JOÃO DE CARVALHO

O ENSINO MÉDIO EM BOA VISTA/RR

(1970-2000)

EDITORA

2022

O ENSINO MÉDIO EM BOA VISTA/RR

(1970-2000)

O ENSINO MÉDIO EM BOA VISTA/RR

(1970-2000)

JOÃO DE CARVALHO

BOA VISTA/RR
2022

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Maria Sharlyany Marques Ramos

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Balbina Líbia de Souza Santos

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Ca11 CARVALHO, João de.

O Ensino Médio em Boa Vista/RR (1970-2000). Boa Vista: Editora IOLE, 2022, 227 p.

Serie: Educação. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-998356-9-8
https://doi.org/10.5281/zenodo.7191206

1 - Boa Vista. 2 - Educação. 3 - Ensino Médio. 4 - Roraima.
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Educação. IV - Série

CDD–370

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *práxis* em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2022

A Deus criador do universo e da vida e ao homem pelo conhecimento e pela busca do saber em suas diferentes áreas da ciência, na certeza de que quanto mais sabemos mais temos certeza de que necessário se faz, aprender e educar para servir.

À Professora Doutora Simone Rodrigues Batista Mendes, pela dedicação, conhecimento e vontade em contribuir com a pesquisa, que com paciência e sabedoria incentivou, acompanhou e orientou ao trabalho de pesquisa desde o início ao encerramento, nossa gratidão.

A minha família, através de meus pais João e Regina (*in memoriam*) e irmãos; Aderbal, José, Paulo (*in memoriam*), Gilvan (*in memoriam*), Irene, Da Paz e Marluce, a minha Esposa Vaguina, filha Regina Maria e o neto Edgar que se constituem numa razão a mais para a busca do saber.

João de Carvalho

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 11

CAPÍTULO 1 |
Natureza da Pesquisa sobre o
Ensino Médio em Roraima (1970-2000) 17

CAPÍTULO 2 |
Marco Teórico-Histórico-Normativo 39

CAPÍTULO 3 |
Marco Metodológico 111

CAPÍTULO 4 |
Análise e Discussão dos Dados sobre
Ensino Médio em Roraima (1970-2000) 135

CONSIDERAÇÕES FINAIS | 193

REFERÊNCIAS | 199

SOBRE O AUTOR | 219

A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.

Jacques Le Goff

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O presente livro, intitulado "O Ensino Médio em Boa Vista/RR (1970-2000)", trata-se de uma obra derivada da pesquisa de doutorado desenvolvida pelo autor em um contexto de aquisição de conhecimentos e compartilhamento da história da educação e do ensino roraimense com base na própria trajetória do pesquisador como professor na rede estadual de ensino em Roraima.

Sem dúvida é uma investigação emocionante, construtiva, educativa e realizadora de um investimento educacional que tem como finalidade, além da conclusão de um estudo a obtenção de um título que contribuirá com a comunidade acadêmica, estudantil e a sociedade, pela coleta de informações para posteriores pesquisas na área.

A temática desta obra nasce da inquietação do pesquisador, que exerceu a docência por determinado tempo e jamais perdeu a essência de educador. Como professor, licenciado em Química, ministrou aulas em várias instituições de ensino médio em Boa Vista, Roraima entre as décadas de 1980 a 1990. Em 1991, por disposição normativa da Constituição da República, foi cedido e lotado no Poder Legislativo Estadual, onde permaneceu em atividade junto à Mesa Diretora da Casa e na Escola do Legislativo-ESCOLEGIS, até o mês de dezembro de 2018.

Portanto, necessário faz-se resgatar, pelo menos, parte da memória do ensino médio em Roraima, diante dos fatos que nortearam e inquietaram o pesquisador. Certamente que muitas ações foram práticas do passado, hoje não se fazem mais presentes no quotidiano, em face de novas atividades que mesmo não acontecendo em sala de aula, ainda refletem as experiências passadas que sempre se fazem presente.

A pesquisa é de cunho histórico, pois ancora-se na perspectiva da educação como prática social, onde concebe-se o indivíduo como ser sócio - histórico e, mantém uma relação dialética entre indivíduo-sociedade, na qual se originam as características tipicamente humanas. De forma que o homem transforma o meio e, ao mesmo tempo, transforma-se a si mesmo. Na perspectiva vigotskiana o indivíduo é um ser histórico-social constrói-se e é determinado nas interações sociais, através da relação com o outro e, por ela própria.

O estudo tem como objetivo analisar a trajetória do Ensino Médio entre 1970 e 2000 em Boa Vista, RR, considerando as dimensões histórico-políticas e educacionais do período. Como situação problema propõe-se a seguinte questão: como se desenvolveu o Ensino Médio em Roraima no período entre 1970 e 2000? Para responder a esta pergunta, o livro foi estruturado em quatro capítulos, incluídas as seções de introdução, conclusão e recomendações.

O Capítulo 1 trata da Natureza da Pesquisa sobre o Ensino Médio em Roraima no período entre 1970 e 2000. Fazendo-se presente, o Problema da Pesquisa, o Objetivo Geral e os Objetivos Específicos sendo estes últimos, os seguintes:

a) Identificar as dimensões histórico- políticas e educacionais do Ensino Médio em Boa Vista, no período compreendido entre 1970 a 2000, por meio das entrevistas com os sujeitos da pesquisa e análise documental;

b) Descrever a trajetória do Ensino Médio em Roraima entre 1970 a 2000, tendo como referência às dimensões histórico, políticas e educacionais do período por meio das entrevistas com os sujeitos da pesquisa e análise documental;

c) Reconhecer os desafios e avanços do Ensino Médio no desenvolvimento da sociedade roraimense, no período entre 1970 a 2000, por meio das entrevistas com os sujeitos da pesquisa e análise documental;

d) Apresentar as contribuições do Ensino Médio no desenvolvimento da sociedade roraimense, no período entre, 1970 a 2000, por meio das análises das respostas dos pesquisados;

e) Criar um blog Interativo, como meio de divulgação de produção científica, sobre Histórias e Memórias da trajetória do Ensino Médio em Boa Vista, RR, entre 1970 e 2000, construído por meio de plataformas digitais.

No Capítulo 2 é apresentado o Marco Teórico-Histórico-Normativo, onde há um estudo introdutório sobre a Educação e Ensino Médio no Brasil, O Ensino Médio no Brasil à luz das Constituições Brasileiras, O Ensino Médio e as normas infraconstitucionais, Aspectos Históricos do Ensino Médio em Roraima entre 1970 a 2000, o 2º grau em Roraima e as Escolas de 2º grau antes de 1980 e, por fim, as primeiras Escolas de Ensino Médio, antes da Década de 1980, O Ensino de 2º Grau em Roraima e o estado da Arte.

No Capítulo 3 encontra-se o Marco Metodológico da Pesquisa, descrevendo a parte da pesquisa que se faz com o objetivo de descrever o caminho científico escolhido pelo pesquisador; a construção do desenho metodológico e a escolha dos procedimentos. Assim tem-se: abordagem e Tipo da Pesquisa, Métodos, Instrumentos de Coleta de Dados, Técnica de Análise dos dados, Sujeitos da Pesquisa, Perfil dos Sujeitos e Caracterização dos Indicadores e Categorias.

No Capítulo 4 encontram-se a apresentação dos resultados da Análise dos Dados, com enfoque nas entrevistas dos sujeitos da pesquisa. Para isso, buscou-se colher os aspectos históricos, determinar a trajetória do ensino médio no período delimitado, em que foram considerados da maior relevância para o entendimento objetivo do estudo. Desse modo, em atenção aos objetivos formulados, buscou-se respondê-los, a partir das questões referentes à temática.

As Considerações Finais trazem os resultados da investigação, em que se verificou a contribuição do ensino médio na construção do desenvolvimento humano e intelectual dos indivíduos, em Boa Vista-Roraima, no período entre 1970 e 2000. Dessa forma, em atenção aos objetivos formulados, buscou-se respondê-los a partir das questões referentes à temática. Ademais, foram indicadas algumas recomendações com base na pesquisa, oportunizando caminhos para que haja possibilidades do uso deste livro como subsídios para análises numa visão holística do contexto atual e o passado. Também poderá servir de ponto de partida para novas e oportunas pesquisas sobre o tema. O futuro não deve ser compreendido somente a partir do presente, mas um fator que pode influenciá-lo. Para compressão do tempo, é preciso entendê-lo a partir da trilogia passado, presente e futuro, sendo os três indissociáveis. Não se pode alterar o passado, mas o presente e o futuro dependem de cada um de nós, principalmente das nossas ideias e ações. Para Byron (1821, p. 6): "O melhor profeta do futuro é o passado. Sem passado não há presente, nem muito menos futuro".

Ótima leitura!

João de Carvalho

CAPÍTULO 1

Natureza da Pesquisa sobre o
Ensino Médio em Roraima (1970-2000)

NATUREZA DA PESQUISA SOBRE O ENSINO MÉDIO EM RORAIMA (1970-2000)

Neste capítulo encontra-se a contextualização da pesquisa sobre a trajetória do Ensino Médio entre 1970 e 2000 em Boa Vista, RR, considerando as dimensões históricas e educacionais do período. O problema que direcionou a pesquisa proporcionou o desenho metodológico da mesma. Os objetivos que deram suporte a pesquisa proporcionaram a reflexão do processo da trajetória do Ensino Médio em Roraima no período mencionado. A justificativa apresenta, em linhas gerais, os motivos que levaram ao desenvolvimento da investigação. Por fim descreve-se o local onde foi desenvolvida a pesquisa retratando seus aspectos geográficos.

CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA

A investigação tem como objeto de pesquisa a última etapa da educação básica, compreendendo o período entre 1970 e 2000. É importante salientar que na Lei n. 5.692/71, o então Ensino Médio era denominado 2º Grau.

Atualmente a educação básica é composta por três etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Este último é a etapa final da educação básica com duração mínima de três anos (Artigo, 35 da LDBEN 9.394/96). A partir disso, buscou-se analisar a trajetória do ensino médio no período entre 1970 e 2000 em Boa Vista, Roraima considerando o contexto histórico e político do período.

Nesse contexto a investigação pautou-se no pensamento de teóricos de referência a respeito do tema, destacamos entre elas considerando o pensamento de Bonitatibus (1991), para quem:

> É importante lembrar que a expressão "ensino médio" é universal e designa, em todos os países, a etapa de ensino situada entre a educação elementar e o ensino superior. É, basicamente, destinada à formação de jovens e adolescentes e dirigida, também, em certos países como o Brasil, aos jovens e adultos que a ela não tiveram acesso na chamada idade própria (BONITATIBUS, 1991, p. 34).

De acordo com Cury (1991), esta etapa da educação básica do sistema educacional brasileiro, constitui-se em uma das problemáticas mais marcantes na história da educação, haja vista, que deixa visível "o nó da relação social implícita no ensino escolar nacional" (CURY, 1991, p. 56).

Desse modo, sua organização e suas imputações vêm colaborando para a "naturalização das diferenças e das desigualdades sociais entre as variadas classes de brasileiros". (BRASIL. MEC, 2017a, p. 5). A educação na Terra de Makunaima[1] leva a refletir sobre os aspectos legais e oficiais do Sistema de Ensino, instituído nos anos de 1945/46 com a instalação do Governo do Território Federal do Rio Branco, criado em 13 de setembro de 1943, principalmente, com a criação da Divisão de Educação e

[1] Roraima Terra de Makunaima: Makunaima entidade sagrada para os indígenas de Roraima, fez novos homens de cera. Mas quando eles saíram ao sol, se derreteram. Então Makunaima fez homens de barro e, quando eles saíram ao sol, ficaram cada vez mais duros. Depois Makunaima os transformou em gente. E assim surgiram os homens que habitam o mundo hoje. Mundo Hoje (SOUZA, 2016).

Cultura, como órgão central e coordenador do Sistema Educacional local.

Levantamentos históricos realizados por pesquisadores dão conta de que a História da Educação em Roraima se dá em dois momentos: àquela ocorrida antes do desmembramento do Estado do Amazonas, através do Município de Boa Vista e de organizações religiosas e, aquela constituída após a criação do sistema educacional oficial, como órgão de coordenação, surgindo, dessa forma, o ensino público propriamente dito. Apesar de haver ensino público, as instituições escolares não existiam, por esse motivo, as residências serviam de sala de aula, normalmente onde residiam os docentes vindos de outros centros, especialmente Manaus - AM.

Até meados da década de 1970 a estrutura denominada de Divisão de Educação e Cultura, vinculada à Secretaria de Saúde Educação e Ação Social, era o órgão responsável pelos processos educativos, funcionando dessa forma, até o ano de 1973, sendo criada nesta época, a Secretaria da Educação Cultura e Desportos (SECD) atualmente Secretaria de Estado da Educação e Desportos (SEED).

A História da Educação em Roraima, para quem quer conhecê-la e compreendê-la, necessário se faz beber nas fontes primeiras, e principalmente através das memórias, pois ainda é incipiente a literatura como fonte acerca do tema, sejam elas, as fontes, oficiais ou não, "as memórias correspondam às realidades vividas, espaços e lugares, tempos, pessoas, sentimentos, percepções, sensações, objetos, sons e silêncios, aromas e sabores, texturas, formas" (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 49).

Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar a trajetória do ensino médio no período entre 1970 e 2000 em Boa Vista Roraima considerando o contexto histórico, político e educacional do período.

Realizar uma pesquisa para descrever a implantação e desenvolvimento do ensino médio em Boa Vista, Roraima, no período entre 1970 e 2000, a partir do contexto histórico e educacional do referido período, requer bastante perseverança. Para tanto, exige uma garimpagem nas obras que tratam do tema em questão através do olhar minuciosa do investigador sobre esta etapa da educação básica, desde a criação do Território de Roraima até sua transformação em Estado.

Salienta-se que até a década de 1990, o ensino médio era a última etapa da escolarização ofertada à população do Estado de Roraima, o ensino superior era ofertado por meio de convênios com Universidades de outros Estados da Federação.

Portanto, entende-se que, fazer esse resgate da Educação em Roraima, em um dado período histórico é contribuir com a pesquisa histórica, pois da história partem as questões relativas à produção de conhecimento historiográfico e educacional, necessários à análise dos fenômenos educativos, para além da mera descrição de instituições e de políticas educacionais.

A contribuição pessoal proveniente das memórias e dos relatos através da história oral devem ser formas de coletar relatos sobre vivências das pessoas num determinado período, passado ou presente. Dessa forma, através dos relatos dos protagonistas pesquisados, no meio educacional, em diferentes épocas, especificamente no período entre 1970 e 2000 se fará uma discussão teórica considerando-se a especificidade de cada período.

LÓCUS DA PESQUISA

Para que se possa conhecer o local onde se desenvolveu o presente trabalho de pesquisa, foram trazidas informações acerca da

Capital do Estado, bem como fotos que a retratam, no ano de 1925 e na atualidade, bem como mapa atualizado que retrata a divisão político administrativa do Estado de Roraima.

O Estado de Roraima

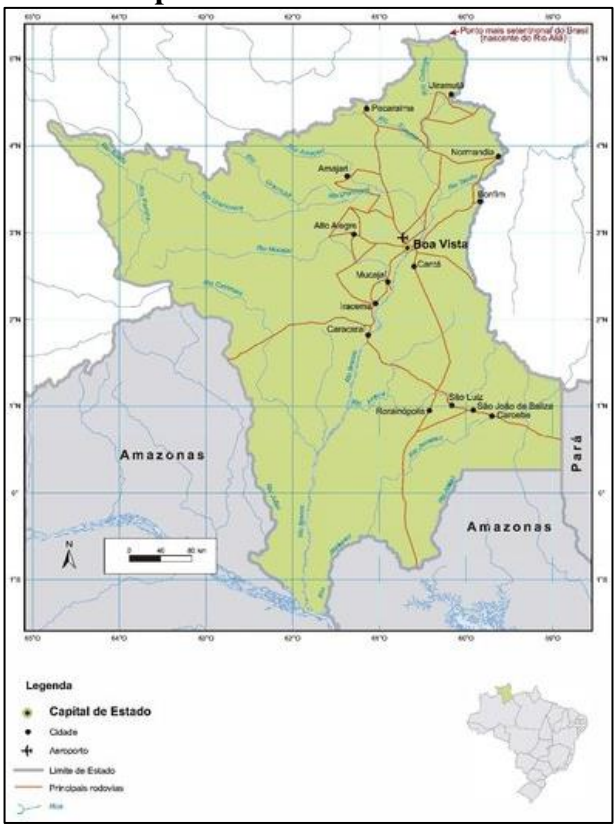
Roraima localiza-se na Região Norte do Brasil, Estado mais setentrional, ou seja, ao norte da federação. Faz Fronteira ao norte com a República Bolivariana da Venezuela e a noroeste com a República Cooperativista da Guiana, ao leste com Estado do Pará, ao sudeste, sul e oeste com o Estado do Amazonas, em uma área de 224.300,506 mil km² é o décimo quarto maior Estado brasileiro. Tem como capital a cidade Boa Vista, única capital brasileira situada totalmente no Hemisfério Norte.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), o Estado é o menos populoso do país, com uma população estimada de 514 229 habitantes, apresentando a menor densidade demográfica na federação, com 2,25 hab/km².

Sua economia centraliza-se no setor terciário, registrando uma alta taxa de crescimento, embora o produto interno bruto (PIB) seja o menor do país, com seus R$ 9,027 bilhões, representando 0,15% da economia brasileira.

O Estado localiza-se numa região periférica da Amazônia Legal, no noroeste da região Norte do Brasil, predominando em seu território a floresta amazônica, havendo ainda uma enorme faixa de savana no centro oeste, regionalmente conhecida como lavrado, com pouca vegetação de porte médio, predominando os campos.

Mapa 1 – Estado de Roraima



Fonte: IBGE. Disponível em: <https://ibge.gov.br>.

Encravado no Planalto das Guianas, uma parte ao sul pertence à planície amazônica, com predominâncias de áreas de Floresta, no entanto ao norte, região serrana, localiza-se seu ponto culminante, o Monte Roraima, que marca a tríplice fronteira, Brasil/República Bolivariana da Venezuela/República Cooperativista da Guina, como sendo o ponto extremo do norte brasileiro, o qual empresta-lhe o nome Roraima, ao Estado.

Etimologicamente o topônimo é resultado da contração de roro (verde) e imã (serra ou monte), o qual foi batizado por indígenas Pemons, Venezuelanos.

Conforme Pacievitch (2016):

> Antes da colonização do Brasil, a região onde atualmente está situado o Estado de Roraima era povoada por índios de diversas tribos. Sabe-se que na região, existiam índios Aicanãs (Tronco Linguístico: Aicanã); Ajurus (Tronco Linguístico: Tupari); Ingarikó, Macuxis, Patamona, Uaimiris-atroaris, Iecuanas (Tronco Linguístico: Karíb); Uapixanas (Tronco Linguístico: Aruak); e Ianomâmis (Tronco Linguístico: Yanomami), entre outras que foram dizimadas (PACIEVITCH, 2016).

Desde o ano de 1962 até a promulgação da Constituição da República de 1988, o atual Estado, denominava-se Território Federal de Roraima, uma Autarquia Federal, cuja gestão recaía sobre governadores nomeados pelo Governo Federal, dentre os quais Militares da Aeronáutica e do Exército, alguns civis, até sua transformação em Estado.

O Território Federal do Rio Branco foi criado pelo Decreto-Lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943, que segundo Freitas assim expressa: "O território do Rio Branco foi criado com as terras e bens do Município de Boa Vista do Rio Branco e parte das Terras do Município de Moura-AM [...] pelo Decreto-Lei de sua criação, apenas um distrito, que era a capital com o nome simplificado de Boa Vista" (FREITAS, 1993, p. 30).

Conforme Freitas (1993, p. 31): "Uma semana depois da assinatura do Decreto-Lei de criação do Território do Rio Branco, corrigiram o erro inicial", e o então "território foi dividido em dois Municípios: Boa Vista e Catrimani".

Por outro lado, a denominação de Território do Rio Branco, foi mantida até 1962, quando através da Lei n 4.182 de 13 de dezembro daquele ano, passou a denominar-se Território Federal de Roraima.

Registre-se ainda, que de acordo com a Lei Federal n. 7.009 de 1º de julho 1982, o Território Federal de Roraima foi politicamente reorganizado pela criação de seis novos Municípios, pelo desmembramento dos dois até então existentes.

Dentre os Municípios destaca-se a Capital, Boa Vista, em face de suas características físicas e geográficas, uma vez que é a única capital brasileira situada acima da linha do equador.

No entanto, em 1988 transformou-se em Estado, no dia 05 de outubro, deixou de ser território e tornou-se o Estado de Roraima, com a promulgação da Constituição Federal vigente.

A transformação do Território, em Estado ocorreu por força das disposições normativas do art.14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988, cuja instalação ocorreu em 1º de janeiro de 1991, com a posse dos primeiros Parlamentares Estaduais Eleitos no pleito de 1990, que, logo após esse ato, empossaram o primeiro Governador e o Vice-Governador, eleitos no mesmo pleito que os demais legisladores representantes do povo roraimense, no Parlamento Estadual, no Parlamento Federal, na Administração do Governo do Estado e na sua representação no Senado Federal.

Cumprindo o comando normativo do art. 11 da Constituição Federal de 1988, em seu primeiro ano de existência, após sua instalação e posse dos respectivos titulares que conduziriam a Administração Pública, no mês de abril daquele ano foi instalada a Assembleia Estadual Constituinte, responsável pela elaboração da primeira Constituição do Estado, que foi promulgada em 30 de dezembro daquele ano de 1991.

Conforme o pensamento de historiadores, dentre eles, Pacievitch (2016), a população de Roraima foi constituída inicialmente de indígenas vindos da região do Caribe, entre eles os índios Macuxis, a principal tribo que dá a denominação a quem aqui nasceu. A chamada população branca começou a chegar ao final do século XVIII e início do século XIX.

Roraima, a apenas 29 (vinte nove) anos que se transformou em Estado, interessante ressaltar que foram nas décadas de 1960 a 1980 que se registrou o maior crescimento populacional, uma espécie de explosão demográfica no território do Estado.

Uma população formada, por indígenas e migrantes de todas as unidades federadas foram seduzidos pela promessa do *El Dorado*[2] , na perspectiva de enriquecer com a exploração fácil de ouro e diamantes, bem como o incentivo à atividade agrícola, povoamento e aquisição de terras fácil, a baixo custo ou mesmo gratuitamente.

[2] El Dorado: o lugar onde o ouro é abundante e que inebria os homens através de cinco séculos até os dias de hoje, é uma antiga lenda indígena da época da colonização da América e atraiu muitos aventureiros europeus. A lenda falava de uma cidade que foi toda feita de ouro maciço e ouro puro, apesar de ter muitos outros tesouros na cidade. Acreditou-se que o Eldorado fosse em várias regiões do Novo Mundo: uns diziam estar onde atualmente é o Deserto de Sonora no México. Outros acreditavam ser na região das nascentes do Rio Amazonas, ou ainda em algum ponto da América Central ou do Planalto das Guianas, região entre a Venezuela, a Guiana e o norte do Brasil-Roraima (SOARES, 2012).

BOA VISTA

A capital Boa Vista reúne cerca de dois terços dos habitantes do Estado e está localizada a margem direita do Rio Branco. Segundo o IBGE (2017), sua população é 332.020, sendo o município que concentra 63,11% da população de Roraima. O censo de 2010 aponta que 140. 801 habitantes eram homens e 143.512 habitantes eram mulheres. O mesmo censo apresenta que 277.799 habitantes viviam na zona urbana e 6.514 na zona rural.

Figura 1 – Imagens aérea de Boa Vista do Rio Branco tirada em1925



Fonte: Fotógrafo George Huebner (1925). Disponível em: <http://www.aimberefreitas.com.br>.

Historicamente foi o primeiro povoado com características urbanas de Roraima. Tem sua origem no século XIX, em virtude das várias fazendas que se instalaram ao longo das margens dos rios que constitui a bacia do Rio Branco. Dando, portanto, início a formação do pequeno povoado que se chamou Freguesia de Nossa Senhora do Carmo e depois se elevou a categoria de cidade de Boa Vista do Rio Branco, em 1890 (BRASIL ESCOLA, s.d.).

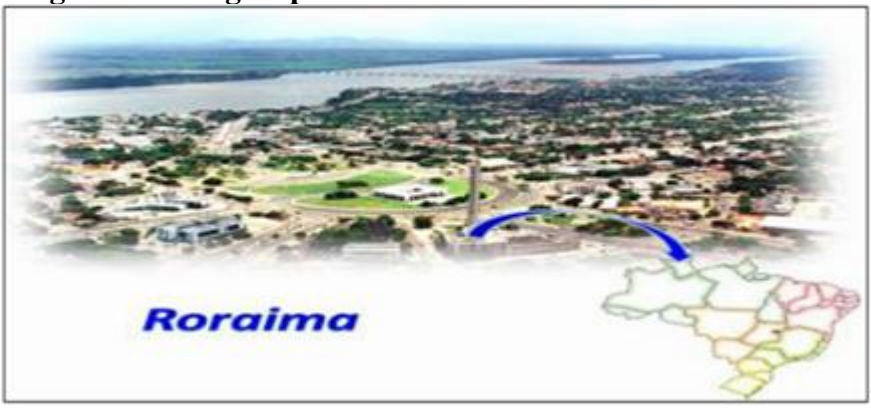
Tabela 1 - Taxa de crescimento populacional de Boa Vista (1970 - 2000)

ANOS	POPULAÇÃO
1970	36. 464 hab.
1980	67. 017 hab.
1990	144. 249 hab.
2000	200.568 hab.

Fonte: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>.

O município de Boa Vista agrupa a maioria das escolas públicas e particulares do Estado e as Faculdades. Sendo o Sistema Estadual de Educação o que detém a maior rede, e este em dado momento já ganhou status de ter a melhor infraestrutura do país. Existem duas Instituições Federais de ensino fundamental e médio: Centro de Educação - CEDUC (da Universidade Federal de Roraima) e Instituto Federal de Roraima – IFRR, este com mais de um campus.

Figura 2 – Imagem panorâmica atual da cidade de Boa Vista



Fonte: Estradas e Caminhos. Disponível em: <http://estradasecaminhos.blogspot.com.br>.

Com IDHM de 0,752(IBGE - Censo, 2010), é considerada uma das cidades do país com melhor qualidade de vida. Cidade planejada com desenho arquitetônico projetado em forma de leque inspirado na cidade de Paris, posiciona-se na margem direita do Branco. É a Capital Estadual mais setentrional do Brasil e a única situada ao norte da linha do Equador e a mais longínqua de Brasília, Capital Federal.

PROBLEMA

A pesquisa tem como tema a Educação em Roraima na perspectiva de analisar a história do Ensino Médio, última etapa da educação básica. Assim traz como problematização a seguinte questão: Como se desenvolveu o Ensino Médio no período entre 1970 e 2000 em Boa Vista, Roraima?

JUSTIFICATIVA

A escolha do tema Educação em Roraima: Histórias e Memórias do Ensino Médio, no período entre 1970 e 2000, manifesta-se a partir da inquietação do professor e pesquisador, pela ausência de literatura que narre como se desenvolveu essa etapa de ensino antes e depois da transformação do Território de Roraima em Estado.

Este período, marcado pelo regime militar e início da democratização do país, é rico em conhecimentos históricos, políticos, sociais e educacionais que abrangem o Brasil na sua totalidade.

O interesse pela história da Educação em Roraima, tendo como foco o Ensino Médio é uma temática fértil e atual

considerando-se que as pesquisas nessa área ampliam conceitos e conhecimentos sobre Educação a partir do estudo, a História da Educação. Estudiosos da área afirmam que as impactantes pesquisas, na Educação e na História proliferaram estudos de história cultural. A utilização das memórias na investigação pode problematizar temas e objetos da educação que não estão contemplados em documentos escritos.

Além do que, na condição de objeto de estudo, permite-se novas possibilidades de análise, quando confrontados com escalas espaciais mais amplas, como a regional, e a nacional. Corroborando com esse pensamento, em face da história que se busca registrar, Aranha (2014) diz que:

> A história resulta da necessidade de reconstruirmos o passado, relatando os acontecimentos que decorreram da ação dos indivíduos no tempo, por meio da seleção (e da construção) dos fatos considerados relevantes e que serão interpretados a partir de métodos diversos (ARANHA, 2014, p. 20).

Nesse sentido, necessário se faz que os educadores, enquanto formadores sociais, apresentem atitude reflexiva com a problemática educacional, o que nos mostra, enquanto educadores lócus regionais, a necessidade de contar a história da educação em Roraima em diferentes períodos de sua construção.

Conforme Magalhães (2005, p. 101):

> História é por inerência uma narrativa escrita, pelo que, quando uma instituição referenciada é uma instituição educativa, se compõe basicamente de um historial, de um quadro, de uma ação que corresponde

> a uma intriga/trama e de um epílogo (MAGALHÃES, 2005, p. 101).

Dessa forma, compreende-se esta pesquisa como uma contribuição para a História da Educação em Roraima, visto que, ela parte da análise documental e da construção de narrativas dos sujeitos que vivenciaram e fizeram parte da construção dessa mesma história. Desse modo, Magalhães (2005) e Fernandes (2013) contribuem com o pensamento de que uma pesquisa sob esta ótica abrange não só as narrativas, mas também, fontes de dimensão espacial, históricas, geográficas que se estabelecem a partir das inter-relações dos processos sociais no contexto temporal.

É indispensável reescrever fatos históricos, por meio de análise documental e também através da narrativa de sujeitos que vivenciaram e participaram da construção deste período histórico no contexto da educação.

Portanto, a presente pesquisa, é uma forma de resgate da história educacional de diferentes gerações, em épocas distintas e com objetivos propostos de acordo com o momento legal e político vivido pelos sujeitos, condutores do sistema educacional nos diversos governos no período citado e, certamente diferentes visões e concepções de educar, que pautaram suas práticas.

Diante da escassez de pesquisas voltadas para o tema em âmbito loco regional , há necessidade de dar voz aos protagonistas, em momento próprio, para registro de suas visões sobre educação, sendo este o instrumento adequado para resgatar as memórias de vida e de gerações de roraimenses.

Há de se pensar em um maior incentivo para dar vasão a essa demanda reprimida, no contexto da história da educação local, haja vista, que a Universidade Estadual de Roraima (UERR) única

instituição do Estado que possui pós-graduação na área de Educação não comtempla linha de pesquisa na área.

Nesse sentido, tem-se a convicção de que a construção intelectual edificada por meio desta pesquisa não será apenas uma representação das experiências vividas e do questionamento do caráter universal do conhecimento histórico, os quais têm desdobramentos no campo epistemológico, que, por sua vez, certamente, influenciaram de forma marcante as atividades relacionadas com o ensino, desde o planejamento, concepção e práticas docentes adotadas.

Portanto, entende-se, não ser possível, efetivamente, educar um povo sem conhecer a história de sua gente, nem mesmo fazer as críticas, sem conhecer suas realidades, nem apontar caminhos sem ter como fundamento a memória daqueles que deram suas contribuições para a formação educacional e cultural da sociedade e, possíveis decisões políticas motivadoras, presentes em diferentes momentos históricos.

Dessa forma, o presente trabalho é relevante, em face da pequena produção existente, na comunidade social e acadêmica a respeito dos fatos sociais, políticos e educacionais que contribuíram para a construção do saber, através do ensino ofertado pelo poder público e iniciativa privada no período mencionado e, das possíveis decisões que motivaram os idealizadores e executores dos processos educacionais. Para Aranha (2014, p. 20):

> A história resulta da necessidade de reconstruirmos o passado, relatando os acontecimentos que decorreram da ação dos indivíduos no tempo, por meio da seleção e da construção, dos fatos considerados relevantes e que serão interpretados a partir de métodos diversos (ARANHA, 2014, p. 20).

Dessa forma, vai se construindo o conjunto de informações, que registradas em documentos, ou na memória das pessoas dá origem de fato, o que se chama em determinados momentos, de história. Para se construir uma sociedade melhor, é preciso conhecer o passado nos aspectos das tradições sociais, culturais, políticas e econômicas de um povo. Informar-se sobre os fatos históricos de uma sociedade, entender como ela surgiu, perceber "as dificuldades que teve para firmar-se como tal e, inevitavelmente, também oferecer condições de modificar aquilo que precisa ser modificado, sem ter que repetir os mesmos erros do passado".

Assim, a investigação caminha olhares às histórias e às memórias dos protagonistas/sujeitos dessa mesma história. Em relação às memórias, deve-se compreender incialmente que ela acaba por ser seletiva de acordo com o foco do objeto de estudo.

Contudo, elas não devem ser aceitas "como um mero registro, mas como dados impregnados de intenções, que se apresentam simultaneamente nos planos material, simbólico e funcional" (RAMALHO, 2012, p. 14).

Para Von Simson (2004, p. 11) a memória pode ser entendida como "a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações por meio de diferentes suportes empíricos".

Pollak (1992) aponta que:

> para os estudos históricos é importante levar em consideração os elementos essenciais que compõem a memória seja individual ou coletiva, pois é interessante aprender dessas memórias, as vivências pessoais e as vividas no coletivo do qual o sujeito faz parte (POLLAK, 1992, p. 02).

Diante do exposto, escrever sobre a História da Educação em Roraima, ainda é um desafio e, também um terreno fértil, em virtude da parca produção científica sobre a temática. Em busca ativa, pouco se encontrou, de produção na área de formação de professores e educação intercultural, dado a incidências indígenas no Estado.

A busca ativa foi realizada no contexto loco-regional nos sites repositórios das Universidades locais, após a primeira empreitada e percebida a ausência de produção em torno da temática, é que se aventurou para outros destinos, assim, foram encontradas três teses e duas dissertações.

Desse modo, não se determinou um período para revisão literária, pois, as produções, nesta área, são muito recentes e outras, muito antigas com mais de 10 anos de produção. Ateve-se aos bancos de teses e dissertações da Universidade Federal de Roraima e de monografias da Universidade Estadual de Roraima e outras instituições como Universidade Federal da Grande Dourados que apresentam trabalhos nesta área.

Uma das primeiras produções identificadas pode-se destacar foi tese de doutorado de autoria do Prof. Dr. Sebastião Monteiro de Oliveira que tem como Título: Origem e Organização do Sistema de Ensino e as Políticas de Formação Docente no Estado de Roraima, defendido no ano de 2016, junto ao Programa de Pós- Graduação da Universidade Nove de Julho - UNINOVE-SP.

Um trabalho que tem como pano de fundo o sistema educacional roraimense, na perspectiva dos seus desafios, dificuldades, avanços, retrocessos e as políticas educacionais para a formação de professores para atuar na educação básica.

A pesquisa apresenta um recorte histórico 1945-2015, retroagindo em alguns momentos a 1890, quando foi criado o Município de Boa Vista. A temática da pesquisa é o sistema educacional, mas, o cerne é a formação de professores.

A similitude encontrada com nosso trabalho estar no contexto histórico, sendo essa a grande contribuição. Conforme o pesquisador: “a construção da tese foi uma oportunidade encontrada para fazer registros das inciativas educacionais de Roraima.” (OLIVEIRA, 2016, p. 24).

Depois foi possível identificar no banco de dissertações da Universidade Federal da Grande Dourados a dissertação de Mestrado de autoria da Professora MSC Milen Margareth Fernandes Schramm, com o Tema: História da Educação de Roraima: O Colégio Monteiro Lobato (1965 -1970), defendida no ano de 2013, junto ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados-MS. Essa mantendo uma estreita relação com a pesquisa em tela tendo em vista, que segundo a autora Mestre:

> [...] teve como objetivo realizar um estudo sobre o Colégio Normal Monteiro Lobato no período de 1965 - 1970. A instituição iniciou seu funcionamento como Curso Normal Regional Monteiro Lobato em 1949 na cidade de Boa Vista, capital do Território Federal do Rio Branco/Roraima (1943-1962/1962-1988). (FERNANDES, 2013, p. 8).

Por Conseguinte, um trabalho de suma importância para história da educação de Roraima, pois resgata a historicidade de uma escola que muito contribuiu para formação intelectual da sociedade roraimense. Pensa-se ser este um trabalho de extrema relevância social, pois traz grandes contribuições para o cenário das ciências da educação em Roraima.

De igual forma, defendida no ano 2013, encontrou-se no banco de teses da Universidade Federal de São Carlos-SP a tese de

autoria de Maria Edith Romano Siems Marcondes intitulada de Educação Especial em Roraima: História, Política e Memória.

Assim sendo, a partir deste estudo, apresenta "como compreender as primeiras iniciativas de implantação de serviços educacionais destinados às pessoas com deficiência na rede pública de ensino na década de 1970" (MARCONDES, 2013, p. 8).

Dessa forma, em comum com o nosso trabalho somente a análise descritiva do contexto histórico que compreende o primeiro momento da pesquisa em foco e, a referência que a autora faz sobre as dificuldades de pesquisa em campos históricos "realizar uma pesquisa que assume como problemática a constituição histórica da "[...]é um desafio ao qual me proponho com o conforto de atuar como professora neste Estado, situado no extremo norte brasileiro, desde o início da década de 1990" (MARCONDES, 2013, p. 30).

Assim sendo, de acordo com Marcondes (2013, p. 36) perpetrar "estudos exploratórios do universo da historiografia foi fundamental, corroborando, entende-se como extremamente importante estas inciativas, pois, vão estimular outros pesquisadores a aventurar-se por esse universo".

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Analisar a trajetória do ensino médio em Boa Vista - Roraima, entre 1970 e 2000, considerando o contexto político, histórico e educacional do período.´

Objetivos Específicos

1) Identificar as dimensões históricas e políticas do Ensino Médio em Boa Vista, no período compreendido entre 1970 e 2000, por meio das entrevistas com os sujeitos da pesquisa e análise documental;
2) Descrever a trajetória do Ensino Médio em Roraima entre 1970 e 2000, tendo como referência às dimensões históricas, políticas e educacionais do período, por meio das entrevistas com os sujeitos da pesquisa e análise documental;
3) Reconhecer os desafios e avanços do Ensino Médio para a Educação em Roraima entre 1970 e 2000; por meio das informações documentais existentes;
4) Apresentar as contribuições do Ensino Médio no desenvolvimento da sociedade roraimense, no período entre, 1970 e 2000, por meio das análises das respostas dos pesquisados;
5) Criar um blog Interativo, como meio de divulgação de produção científica, sobre Histórias e Memórias da Trajetória do Ensino Médio em Boa Vista, RR, entre 1970 e 2000, construído por meio de plataformas digitais.

CAPÍTULO 2

Marco Teórico - Histórico - Normativo

MARCO TEÓRICO - HISTÓRICO - NORMATIVO

Neste capítulo apresenta-se um recorte histórico do Ensino Médio no Brasil e em Roraima considerando os aspectos legais e contextos lócus regionais. A partir dos autores norteadores da pesquisa buscam-se ideias, fatos, memórias, documentos e conceitos que geram informações para construção de novos conhecimentos. Os informes adquiridos serão analisados à luz da teoria e do olhar do pesquisador.

A EDUCAÇÃO E ENSINO MÉDIO NO BRASIL: BREVE RETROSPECTIVA

De acordo com os registros de Guiraldelli Jr. (2015, p. 28), a educação no Brasil inicia-se "com o fim do regime de capitanias hereditárias (1532/1549) e início dos Governos Gerais". Sendo estes os primeiros movimentos voltados para a organização e oferta do ensino /educação nas terras brasileiras.

Coube aos Jesuítas o papel de instruir o povo aqui encontrado, além daqueles que vieram para colonizar as novas terras, foram eles, os jesuítas, os responsáveis pelo planejamento e execução dos processos de ensino, além da criação das unidades escolares, desde suas localizações à construção. Segundo Guiraldelli Jr. (2015, p. 29): "Aos Jesuítas coube, praticamente o monopólio do ensino escolar no Brasil durante tempo razoável. Algo em torno de duzentos anos." O mesmo ainda afirma que:

> A atividade educativa tornou-se a principal tarefa dos Jesuítas. A gratuidade do ensino da Companhia de

> Jesus favoreceu a expansão de seus Colégios. Em 1556, quando da morte de Santo Inácio, criador da Companhia, havia 46 Colégios sob seu controle. No Final do Séc. XVI o número de Colégios era de 372 (GUIRALDELLI JR., 2015, p. 29).

Historicamente a escolarização deu-se pela necessidade de catequisar e escolarizar o povo desta terra bem como cumprir com os deveres religiosos para os quais foram destacados e, ainda, de acordo com a formação e o conhecimento que detinham.

Por conseguinte, observa-se, que nos diferentes seguimentos administrativos do Brasil Colônia, Império e mesmo República seu corpo normativo e regulador não teve aqui seu berço, pois nasceu no território europeu, sendo seus galhos repicados para as terras Brasileiras.

Na estrutura educacional implantada pelos Jesuítas havia regras a serem cumpridas pelas organizações escolares, as quais buscavam manter um padrão de disciplina e qualidade no trabalho que era desenvolvido, Saviani (2015) destaca:

> A regra nº. 17, referente à função de "ouvir e observar os professores", estipula de quando em quando, ao menos uma vez por mês, assista as aulas dos professores, leia também por vezes os apontamentos dos alunos. Se observar ou ouvir de outrem alguma cousa que mereça advertência, uma vez averiguada, chame a atenção do professor com delicadeza e afabilidade, e, se mister leve tudo ao conhecimento do Padre Reitor (SAVIANI, 2015, p. 23).

Em se tratando de terras brasileiras, sempre cobiçadas, pode-se perceber como foram as mesmas conquistadas e mantidas ao

longo dos tempos, mas de acordo com os Jesuítas que tinham objetivo definido, pode-se perceber. "O objetivo dessa ordem era o de formação integral do homem cristão, de acordo com a fé e a cultura daquele tempo" (SAVIANI, 2015, p. 29). Essa era aquela presente e praticada na Europa e repicado para as colônias portuguesas de acordo com a vontade dos governantes da coroa.

Por outro lado, para que se estabelecesse e se continuasse cumprindo o papel que lhe coube,

> os colégios jesuítas tiveram grande influência sobre a sociedade e sobre a elite brasileira. Todavia foram suficientes para gerar uma relação de respeito entre os donos de terras e os que eram os donos das almas, o que se considera causa das ações e efeito em suas realizações (SAVIANI, 2015, p. 30).

Nesse sentido, naquele momento em que o Brasil colônia seguia as determinações do Governo Português e as orientações passaram por novas diretrizes, naturalmente houve uma ruptura com o sistema posto, no que se observou em relação aos Jesuítas, segundo Guiraldelli Jr. (2015):

> A Companhia de Jesus foi expulsa de Portugal e do Brasil quando o Marquês de Pombal, então Ministro de Estado em Portugal, empreendeu uma série de reformas no sentido de adaptar aquele país e suas colônias às transformações econômicas políticas e culturais que ocorriam na Europa. No campo cultural, o que se queria era a implementação em Portugal de ideias mais ou menos próximas do iluminismo (GUIRALDELLI JR., 2015, p. 30).

O evento de expulsão dos Jesuítas foi emanado de um instrumento normativo legal, transplantado de Portugal para o Brasil, que teve consequências para o sistema educacional que vinha sendo praticado. Segundo Carvalho (1978, p. 59/99/140), o qual afirma que: "com o Alvará de 28 de julho de 1759, que instituiu as reformas Pombalinas da Instrução Pública em decorrência da expulsão dos Jesuítas e extinção de seu sistema de ensino foram criadas as aulas régias".

Nesse sentido, observa-se que com os jesuítas em terras brasileiras havia uma estrutura de ensino trazida e implantada sob a coordenação do Padre Manoel de Nóbrega, ocorrendo também aulas através de mestres-escolas. Assim, segundo Maciel e Shiguhov Neto (2006, p. 6): "as aulas régias eram aulas isoladas que substituíram o curso de humanidades criado pelos jesuítas", naturalmente que tais aulas eram ministradas para os filhos de quem detinha meios de pagar, desse modo e por esse motivo foi dado o permissivo legal para tais atividades docentes.

Segundo Santos (2010, p. 4), passado esse momento, deu-se a independência do Brasil com período regencial e no ano de 1834, foi instituído Ato Adicional cabendo às províncias o direito de regular sobre construção pública e estabelecimentos próprios a promovê-las. A partir de então foram criados os liceus que tinham como principal objetivo preparar os alunos para o exame de admissão para o ensino superior.

Assim, em 1837 foi criado o Colégio Pedro II[3] , sendo o primeiro com instrução secundária, criado para ser referência de

[3] Colégio Pedro II: Fundado em 2 de dezembro de 1837, o Colégio Pedro II é uma das mais tradicionais instituições públicas de ensino básico do Brasil. Ao longo de sua história, foi responsável pela formação de alunos que se destacaram por suas carreiras profissionais e influência na sociedade. Seu quadro de egressos possui Presidentes da República, músicos, compositores, poetas, médicos, juristas, professores, historiadores, jornalistas, dentre outros. COLÉGIO PEDRO II (s.d.).

ensino no Brasil. Foi do Império à República o grande protagonista da educação brasileira nos aspectos científico, artístico e cultural. Conforme Santos (2010, p. 4), "a função essencial do ensino secundário era preparar o sujeito para o ingresso nos cursos de nível superior".

Cabe ressaltar ainda, que:

> a partir 1870, os estudos secundários, realizados desordenado e parceladamente, achavam-se entregues quase exclusivamente à iniciativa dos particulares. Entre 1872 e 1884, funcionavam na província de São Paulo apenas as aulas avulsas de latim e francês de Itu, reduzindo o papel do governo frente a formação segundaria (BRASIL, 2017a, p. 7).

Da República até 1961 vigorou a Lei orgânica do Ensino Secundário, de acordo com Marques (2007):

> [...] com tal decreto, havia uma divisão entre ensino primário e ensino secundário. O ensino primário era compreendido por quatro anos, já o ensino secundário possuía duração de sete anos, dividido em ginásio, com quatro anos de duração, e colegial, com três anos. Para o ingresso no ensino secundário, ginásio, era necessário à aprovação em um exame de admissão (MARQUES, 2007, p. 2).

A partir do ano 1971 com a promulgação da Lei 5.692/1971[4] o ensino sofreu alteração

[4] Furlan Elisangela: A Lei n. 5.692/71 assegurava em seu Art. 1º "O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e

> com a unificação do primário e do ginásio[5], de modo que o primário ficou com duração de oito anos e o colegial que passou a chamar-se de 2º grau teria duração de três anos. Esse modelo foi até os anos de 1982.

Com a Lei Nacional n, 5.692/71 o ensino de 2º grau passa a ser pautado na formação para o trabalho, com vistas a formar mão-de-obra para atender ao crescimento da economia do país. Um ensino que não tinha como princípio a formação crítica do indivíduo, "Aos alunos caberia realizar atividades voltadas à formação para a atuação, e não de desenvolvimento das habilidades individuais mais amplas e diversificadas" (BRASIL, 2017a, p. 18).

Com o final do Regime Militar veio à redemocratização do país e, a partir dos anos de 1980 o Brasil passa a viver um novo momento, o de transformação social. Com a promulgação da nova Constituição Federal de 1988, como consequência da redemocratização do país, foi instituída a nova Lei de Diretrizes e Base da Educação – Lei Nacional n. 9.394/96.

Segundo Cury (1991, p. 576) foi quando "[...] a educação básica passou a ser "a categoria abrangente que envolve educação infantil, o ensino fundamental [ex. 1º grau], o ensino médio [ex. 2º grau] e a educação de jovens e adultos".

preparo para o exercício consciente da cidadania. O ginásio era "um curso de caráter aristocrático, profundamente seletivo" e predominantemente masculino: os pobres e as mulheres raramente tinham acesso a esse tipo de ensino (ANTUNHA, 1976, p. 38).

[5] O ginásio era "um curso de caráter aristocrático, profundamente seletivo" e predominantemente masculino: os pobres e as mulheres raramente tinham acesso a esse tipo de ensino (ANTUNHA, 1976, p. 38).

O ENSINO MÉDIO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

Os fundamentos primários para a oferta da educação têm sua origem na criação do Estado, pela edição de sua Constituição, como fundamental para sua organização e seu governo, além de estabelecer direitos fundamentais para seus cidadãos.

Dessa forma inicia oficialmente à oferta de ensino de acordo com um currículo que viesse a ser aplicado pelas instituições públicas de ensino primário que viessem a ser criadas e instaladas no território nacional, mantidas ou subvencionadas pelo Poder Público, nas diferentes esferas de atuação da Administração Pública. Assim sendo, segundo Saviani:

> A Lei de 15 de outubro de 1827 determinou a criação das Escolas de Primeiras Letras, além de destacar nos artigos 4º e 5º, a obrigatoriedade do método pelo ensino mútuo, no artigo 6º, estipulava que os conteúdos que os professores deveriam ensinar: ler escrever, as quatro operações de Aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, os princípios de moral cristã, e de doutrina da religião católica apostólica romana, proporcionadas à compreensão dos meninos (SAVIANI, 2008, p. 127).

Sob o aspecto constitucional, como norma superior, nas ordens jurídicas estabelecidas, dentre os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos brasileiros, encontram-se expressos nos incisos XXXII e XXXIII da Constituição do Império do Brasil de 25 de março de 1824 o seguinte: XXXII - "A *Instrucção* primária, é gratuita a todos os cidadãos", no entanto, cidadãos são aqueles que

preencherem os requisitos constantes do art. 6º da Carta Constitucional.

Por sua vez, o inciso XXXIII, assegura que; "*Collegios*, e Universidades, onde serão ensinados os elementos das *Sciências*, Bellas Letras, e Artes", ou seja, asseguram-se as existências de instituições de ensino naquelas áreas, mas não propriamente, o ensino médio.

No império do Brasil, foram criadas normas esparsas de organização do ensino em todo o Território Nacional, visto que a Constituição vigente, à época, apenas tratou da "*Instrucção* primária, e gratuita a todos os cidadãos" (Constituição do Império do Brasil/1891, art.179, XXXII).

Assim, a nova ordem constitucional, surgida com o advento da Proclamação da República de 24 de fevereiro de 1891, novos rumos surgem para o governo brasileiro que busca dar uma nova organização ao Estado, declarando no inciso VI do art.72 que: "Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos", permanecendo sem a responsabilidade direta do poder central sobre o ensino médio nacional, ocorrendo assim a desvinculação do Estado Brasileiro com a Igreja e com uma religião oficial.

Segundo Antunha (1976, p. 39): A Constituição garantia ainda "o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial", o que permitiria a continuidade da participação da iniciativa privada no domínio da educação, o mesmo ocorrendo com as municipalidades". Assim, percebe-se a forma pela qual o poder público busca suprir suas deficiências relativas ao ensino, permitindo à iniciativa privada, sua oferta concomitante.

Por outro lado, na primeira Constituição Republicana, de 24 de fevereiro de 1891 em seu art. 72, direitos fundamentais, § 6º encontra-se que; "Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos", o que denota, ausência de vontade

política sobre o tema deixando-o às leis infraconstitucionais serem editadas e, várias normas nacionais disciplinando o ensino em suas diferentes áreas e níveis de escolarização.

Por sua vez, a Constituição da República de 16 de julho de 1934, no Título V, Capítulo II da Educação e da Cultura em seu art.150 afirma: "Compete a União: alínea: a) fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País", a quem compete o que, não fora definido pelo constituinte brasileiro, deixando para normas outras cuidar do tema.

Dessa forma, permanece a inexistência de preocupação com o ensino secundário, desde a norma superior. Assim, isso demonstra as possíveis decisões de ordem política que vão sendo tomadas. Por conseguinte, na Carta Política de 10 de novembro de 1937 o Estado Brasileiro, apenas procurou afirmar que:

> Art. 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

Logo, vem sendo mantida, pelo Estado Brasileiro, a omissão no tocante ao ensino médio como garantia constitucional, fato marcante, até então, em todas suas Constituições, especialmente nesta última que constituiu o estado novo.

Por oportuno, no Estado Democrático instituído pela Constituição de 18 de setembro de 1946, ampliaram-se as

responsabilidades sobre a educação, porém a União passou a ser apenas uma espécie de tutora, pois assim encontra-se disposto:

> art.170 - A União organizará o sistema federal de ensino e o dos territórios", o que organizar não significa realizar e oferecer, nem mesmo responsabilizar-se por sua oferta.
>
> Parágrafo único - O sistema federal de ensino terá caráter supletivo, estendendo-se a todo o País nos estritos limites das deficiências locais.

Assim sendo, mantém-se o ensino médio afastado das preocupações do Estado ora estabelecido, constitucionalmente.

Como pode-se perceber definida está a tradição do Constituinte Brasileiro, seja em Assembleia Nacional Constituinte para adotar um Estado Democrático e de Direito, seja nas Assembleias que outorgam constituições aos novos Estados algo em comum, a omissão sobre temas relevantes para a sociedade, fato presente também na Carta Constitucional de 24 de janeiro de1967.

No entanto, esta, apenas faz menção à educação, declarando-a direito de todos, quando assim expressa no art. 168:

> A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola, assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana", logo presentes estão os valores postos pelos governantes na visão política de então, cujo lema era "Brasil integrar para não entregar.

Ainda pode-se observar que, em comandos normativos posteriores, no tocante a educação para quem não tem condição de custeá-la, conforme, inciso III, § 3º do art.168, citado, faz-se menção aos pobres nos seguintes termos:

> § 3º. III - o ensino oficial ulterior o primário será, igualmente, gratuito para quantos, demonstrando efetivo aproveitamento, provarem falta ou insuficiência de recursos. Sempre que possível, o Poder Público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo, exigindo o posterior reembolso no caso de ensino de grau superior.

Portanto, ausente está o ensino médio dentre as preocupações do Estado Brasileiro. Diferindo da tradição até então presente, nas ordens jurídicas constitucionais conhecidas e emanadas no Estado Brasileiro, em pleno regime de exceção, foi editada a Emenda Constitucional nº 1 de 17 de outubro de 1969.

Com a nova ordem avançou-se um pouco no tocante à educação quando assim expressa: "art.176 A educação, inspirada no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana, é direito de todos e dever do Estado, e será dada no lar e na escola", logo, as reponsabilidades vão sendo definidas em pleno regime militar.

Vê-se que o estado se declara responsável por sua oferta, de forma que deverá tomar as providências necessárias para que todos possam ter acesso. Ainda se encontra uma breve inovação, quando declara que incentivará a pesquisa nos seguintes termos: "Art.179 [...], Parágrafo único - O Poder Público incentivará a pesquisa e o ensino científico e tecnológico", o que não se encontra nos Diplomas Constitucionais anteriores, sendo que a partir do ano de 1970, foram

ampliadas as vagas nas Universidades, especialmente nas instituições privadas.

Na vigente Constituição, considerada cidadã, o tema encontra-se disposto na Seção I do Capítulo III do Título VIII em que seu art. 205 expressa:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nesse sentido, o Constituinte já definiu quem deveria oferecer e ainda a declarou direito público subjetivo para o cidadão, logo, fixado foi o direito a educação bem como a obrigação por sua oferta fato que não ocorreu nas ordens jurídicas anteriores.

Por outro lado, além de se garantir à educação como direito subjetivo do cidadão, nos termos do § 1º do art. 208, assim expresso; ”O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo”.

Assim sendo, avançando mais ainda, o constituinte ainda definiu a quem caberia oferecer o ensino expressando no art. 211, mas no tocante ao Ensino Médio, também expressou de forma objetiva, ao afirmar: “§3º - Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio”, logo os entes federados Estados e o Distrito Federal têm como prioridade a oferta do Ensino Médio.

Portanto, indispensável compreender, a educação como direito de todos, a oferta do ensino público e gratuito até os 17 anos, bem como, de quem se pode cobrar quando não ocorrer sua oferta,

ou, se esta oferta for irregular. Por outro lado, as legislações infraconstitucionais, acompanhando a vigente Constituição elencaram princípios norteadores das ações a serem desenvolvidas nas instituições de ensino.

Por oportuno, o ensino no Brasil, em seus diferentes níveis, passou por grandes modificações, ou por pelo menos tentativas legais de modificá-lo, em face das demandas sociais, exigindo das autoridades dirigentes e suas equipes um repensar à luz da ideologia presente e vigente, a equipe governamental procurou uma forma de manter certo controle sobre a massa populacional.

No entanto, pode-se perceber como vem o poder público agindo para oferecer e manter-se com o controle, segundo o pensamento de Reis Filho (1981), para quem:

> Somente depois de realizados estudos analíticos capazes de aprofundar o conhecimento da realidade educacional, tal como foi sendo construída, é que poderá ser elaborada uma história da educação brasileira na sua forma de síntese. Trata-se de um conhecimento histórico, capaz de fornecer à reflexão filosófica, o conteúdo da realidade sobre a qual se pensa, tendo em vista descobrir as diretrizes e as coordenadas da ação pedagógica (REIS FILHO, 1981, p. 2).

Portanto, é indispensável lembrar que nesse campo do conhecimento e do saber, nossa terra sempre recebeu influências, especialmente da Europa, onde as principais correntes de pensamentos divulgavam suas ideias e levavam ao público, defendendo-as. Deste modo, pode-se afirmar ainda que os modelos e pensamentos, na formulação das políticas educacionais brasileiras, são de origem europeia.

Os registros literários dão conta que o ensino médio no Brasil, passou por diferentes momentos de oferta e regulamentação legal, visto que coube aos Estados a responsabilidade sobre o sistema. Segundo Cunha (2002) em relação à organização do ensino profissionalizante no Brasil:

> A organização do ensino industrial no Brasil, até o ano de 1941, estava bastante confusa, pois além das escolas mantidas pelo Governo Federal, havia às dos Estados, às das instituições privadas e também às das forças armadas, em cada uma delas os ofícios eram ensinados com critérios distintos uma das outras (CUNHA, 2002, p. 33).

Naturalmente que ocorreram diferenças entre as unidades federadas, em face dos meios que dispunham, de acordo com a legislação posta, especialmente quando se tratou do ensino profissionalizante o quadro ainda foi desorganizado.

Portanto, na História do Ensino Médio, encontra-se também presente o ensino profissionalizante inicialmente, como ofício e em seguida como técnico com o nível escolar correspondente.

O Ensino Médio e as Normas Infraconstitucionais

O processo de instituição do sistema ou mesmo de unidades de ensino, bem como a necessidade de preparação de pessoal em determinadas épocas, tende sempre a atender demandas do poder público, da sociedade e das instituições que necessitem de recursos humanos preparados para atender suas necessidades.

Logo, se tem na preparação de pessoal, o que naturalmente exige a existência de instituições escolares ou não, que possam atender as demandas que são postas muitas vezes, por iniciativa do próprio Poder Público. Seguindo essa linha de pensamento, em relação à Pátria Brasileira, de acordo com Manfredi (2002, p. 74), quando afirma no Brasil colônia:

> A Companhia de Jesus adotava, em suas escolas, pedagogia, modelos institucionais e currículos próprios, tudo isso condensado na *Ratio Studiorum*. A expulsão da Companhia, em 1759, durante certo período, desorganizou o sistema de educação escolar existente, e o Estado foi obrigado a montar outro aparato escolar para substituí-la, contudo, isso levou tempo. As primeiras medidas rumo à constituição do aparelho escolar estatal vão ocorrer após a transferência do reino português para o Brasil, em 1808. O desmantelamento do sistema educacional jesuítico, contudo, não impediu a rearticulação das iniciativas privadas e confessionais de educação, que se reconfiguraram em outros períodos históricos, embora já não sob a hegemonia jesuítica (MANFREDI, 2002, p. 74).

Dessa forma, vê-se que das decisões de ordem política tem-se o direcionamento tomado pelas autoridades, as quais no sistema brasileiro priorizaram o ensino superior.

Por conseguinte, segundo Cunha (2000, p. 69): "a instituição dos sistemas educacionais principiou pelo topo, ao passo que os demais níveis de ensino - o primário e o secundário - serviam como cursos propedêuticos, preparatórios à universidade", estas normas mesmo assim foram denominadas de reformas, que ocorreram por leis específicas, no que se pode perceber o distanciamento do atendimento da totalidade da população educacional.

Por conseguinte, percebe-se, a ocorrência de certos gargalos presentes e que a regulamentação do ensino trazia alguns entraves de maneira que não permitia flexibilização para o discente se movimentar entre diferentes cursos no mesmo nível. A partir disso, Romanelli (2014) afirma nos seguintes termos:

> O grande problema, que não foi resolvido pela reforma, foi o da flexibilidade entre o ensino secundário e os demais ramos do ensino médio. Aliás, a reforma da educação levada a cabo por Francisco Campos criou um verdadeiro ponto de estrangulamento no ensino médio, para todo o sistema educacional. Os cursos profissionais (a reforma só cuidou do ensino comercial) não tinham nenhuma articulação com o ensino secundário e não davam acesso ao ensino superior (ROMANELLI, 2014, p. 141).

No entanto, os anseios sociais, manifestados pelos pensadores de época, fizeram com que fosse preparado um documento e entregue aos governantes contendo o pensamento presente sobre a educação e sua forma de oferta pelo poder público, documento originado através de congresso de educadores, pensadores e professores, conhecido como manifesto do movimento renovador.

Por conseguinte, observando a trajetória do ensino médio à luz dos fatos históricos presentes e nas normas postas, Botelho (2009, p. 34-35) afirma:

> A pressão do movimento estudantil por mais vagas no ensino superior levou o governo militar a sancionar a Lei n.5.540/68 que reformula o ensino superior e a Lei n. 5.692/71 que instituiu a reforma do ensino

> médio. Segundo Cunha (2000), esta lei trazia dois princípios: o da terminalidade e o da continuidade: Princípios expressos na possibilidade de terminar os estudos em nível de 2º grau, por meio da profissionalização. Ao mesmo tempo em que permite a continuidade dos estudos (BOTELHO, 2009, p. 34-35).

Por outro lado, percebe-se que a participação da sociedade na busca de soluções para as necessidades educacionais vai se manifestando pelos estudantes como também pelos professores e pensadores da época, que nos legaram os manifestos postos, de conhecimento público.

Dessa forma, no manifesto encontravam-se as reivindicações dos educadores que se fundamentam nos pensamentos mais avançados à época e assim de acordo com Romanelli, (2014) encontra-se nos seguintes termos:

> Em nosso regime político, o Estado não poderá, de certo, impedir que, graças à organização de escolas privadas de tipos diferentes, as classes mais privilegiadas assegurem a seus filhos uma educação de classe determinada; mas está no dever indeclinável de não admitir, dentro do sistema escolar do Estado, quaisquer classes ou escolas, a que só tenha acesso uma minoria, por um privilégio exclusivamente econômico (ROMANELLI, 2014, p. 150).

Portanto, os movimentos sociais se manifestaram através de um documento nascido da vontade coletiva de pensadores da época, contribuindo de forma efetiva com o pensamento de que a educação não é neutra, mas como política de Estado, é apenas leiga.

Torna-se necessário, perceber-se ainda, que o movimento também defendia a não exclusividade da oferta de educação pelo poder público o que assegurava a participação da iniciativa privada, de forma mais proativa nos diferentes seguimentos, quando afirma nos seguintes termos:

> Afastada a ideia de monopólio da educação pelo Estado, num país em que o Estado, pela sua situação financeira, não está ainda em condições de assumir a sua responsabilidade exclusiva, e em que, portanto, se torna necessário estimular, sob sua vigilância, as instituições privadas idôneas, a "escola única" se entenderá, entre nós, como uma conscrição precoce arrolando, da escola infantil à universidade, todos os brasileiros e submetendo-os durante o maior tempo possível a uma formação idêntica, para ramificações posteriores em vista de destinos diversos, mas antes com a escola oficial, única, em que todas as crianças de 7 a 15 anos, todas ao menos que, nessa idade, sejam confiadas pelos pais à escola pública, tenham uma educação comum, igual para todos (ROMANELLI, 2014, p. 140).

Logo, as autoridades buscaram entender as propostas nascidas dos movimentos sociais, não acolhendo-as em sua totalidade, mas editando normas que mantivessem o discurso, como sendo a criação oficial, em face das ideias constantes do manifesto.

Dessa forma, providências legais, foram tomadas para que fosse o ensino organizado, oferecido em estabelecimentos públicos, que segundo Haidar (1972):

> O aparecimento dos Liceus em 1835 e a criação do Colégio Pedro II em 1837, representam no campo do

> ensino público os primeiros esforços no sentido de imprimir organicidade a esse ramo. Embora a cargo das províncias, o ensino secundário foi mantido durante todo o Império sob o controle do poder central (HAIDAR, 1972, p. 14).

Percebe-se que o Ensino Médio, à época chamado de secundário, que se constituía em dois ciclos, o primeiro ginasial e o segundo colegial, clássico ou científico, não tinha muita relevância, até mesmo porque buscava-se tão somente preparar professores para lecionar no ensino primário, conforme as políticas públicas até então desenvolvidas pelos governantes, relegando essa importante etapa da formação da juventude às Províncias.

Por conseguinte, pode-se perceber que para Manfredi (2002), no tocante ao Ensino Médio, este se mantinha distante da grande massa, em face do pequeno número de instituições para atender a população estudantil, quando afirma que:

> O ensino secundário era ministrado, na época, em alguns estabelecimentos, como o Colégio São José e o Colégio São Joaquim, no Rio de Janeiro. Este último serviu de gérmen para a criação do Colégio Pedro II, em 1937. [...] Com o tempo, o ensino secundário foi sendo desenvolvido, por ampliação e diferenciação, mas sempre tendo em vista o ensino superior (MANFREDI, 2002, p. 71).

O Ensino Médio no Brasil dos anos de 1930 até nossos dias passou por diferentes momentos, e reformas em que o sistema político procurou dar as respostas que a sociedade reclamava para o crescimento, denominado de desenvolvimento, que se pode considerar ainda, como processo de evolução social.

Portanto, ocorrera a reforma Francisco Campos constituída por uma série de atos normativos editados com a finalidade de regulamentar e organizar o sistema até então existente, na oferta do ensino médio.

Assim sendo, segundo Romanelli (2014 p. 132) foram editados os seguintes instrumentos legais, correspondendo às reformas de cada área do conhecimento, por etapa:

> Decreto 19.850 - de 11 de abril de 1931: cria o Conselho Nacional de Educação;
>
> Decreto 19.851- de 11 de abril de 1931: Dispõe sobre a Organização do Ensino Superior no Brasil e adota o regime universitário;
>
> Decreto 19.852 - de 11 de abril de 1931: Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro;
>
> Decreto 19.890 - Dispõe sobre a organização do ensino secundário;
>
> Decreto 20.158 - de 30 de junho de 1931: Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências;
>
> Decreto 21.241- de 30 de junho de 1932: Consolida as disposições sobre a organização do Ensino Secundário.

Dessa forma, praticamente, todas as áreas do conhecimento, e do ensino tiveram regulamentação através dos instrumentos normativos próprios, o que não significava oferta de ensino pelo poder público, principalmente, o ensino médio, mas normatização a ser observada para que fossem instaladas instituições de ensino.

No tocante à Educação e ao Ensino, muito se tem apreendido das teorias produzidas naquelas plagas chamadas de primeiro mundo, e no que concerne a este último diz-se que:

> É importante lembrar que a expressão "ensino médio" é universal e designa, em todos os países, a etapa de ensino situada entre a educação elementar e o ensino superior. É, basicamente, destinada à formação de jovens e adolescentes e dirigida, também, em certos países como o Brasil, aos jovens e adultos que a ele a não tiveram acesso na chamada idade própria (BANITATIBUS, 1991).

Por conseguinte, percebe-se que dentre os níveis de ensino oferecidos em nosso país, talvez seja, o ensino médio o mais difícil de ser compreendido, que, segundo Cury (1991): "O nó da relação social implícita no ensino nacional", considerando sua qualidade e obrigatoriedade para se ingressar no ensino superior.

De acordo com as necessidades do cumprimento dos planos políticos da Presidência da República através do Ministério da Educação - MEC, além da forma pela qual foi utilizada para organizar o sistema de ensino nacionalmente, e antes do surgimento das diretrizes nacionais para à educação, foram utilizados diferentes instrumentos normativos infraconstitucionais para atender ao desiderato.

Por oportuno, encontram-se presentes em diferentes normas a forma pela qual o Estado brasileiro procurou organizar, normativamente os diferentes níveis de ensino. Assim, seguindo e observando o pensamento de Romanelli (2014), para quem:

> Em 1942, por iniciativa do então Ministro de Vargas Gustavo Capanema, começam a ser reformados alguns ramos do ensino. Ainda o governo preferia conduzir-se pelo campo das reformas parciais, antes que para o da reforma integral do ensino como exigia o momento (ROMANELLI, 2014, p. 157).

Dessa forma, sob o ponto de vista de um panorama histórico, que segundo Haidar (1972, p. 14) "O período, posterior a emancipação política, representa um marco na história do ensino secundário entre nós", logo tem-se que o poder público busca a todo momento afirmar o que está a fazer sem, no entanto, alcançar toda a população nos diferentes pontos do território sob sua responsabilidade.

Desse modo, além de a fase entre o ensino primário e o ensino médio, ser o preparatório para ingressar em um curso superior, é, nesse momento, que se forma a mão de obra técnica da juventude para o mercado de trabalho.

Percebe-se, ainda, que não se consegue com bastante objetividade atender as demandas, causando desigualdades na oferta e na qualidade do que se oferece em termos de Ensino Médio. Denota-se, no entanto que, segundo o pensamento de Beisiegel (1974), em relação à oferta dessa modalidade de ensino, que:

> Embora, no Brasil, não tenha se constituído um "rígido padrão dualista de ensino" observado nos países europeus do século XIX, percebe-se, mesmo assim, a existência de dois sistemas paralelos de educação, um para o "povo" e outro para as classes superiores, de nítidos contornos no ensino posterior ao primário (BEISIEGEL, 1974, p. 21-22).

Por oportuno, necessário lembrar que o Ensino Médio no Brasil, ainda não assumia uma característica de educação popular, mesmo porque em muitos momentos foi destinado a formação de trabalhadores para a indústria o comércio e para a agricultura.

Isso era oferecido pelas instituições específicas para cada seguimento, não só sob o aspecto normativo, mas também de acordo com a conveniência política e administrativa presente, para que os diferentes seguimentos tivessem acesso ao ensino para atender possíveis peculiaridades.

Por conseguinte, as reformas de então, em face de serem apenas parciais, para as quais, indispensáveis eram os instrumentos normativos para dar o suporte e obrigar ao cumprimento, foram realizadas através de normas que foram denominadas de Leis Orgânicas, que Romanelli (2014, p. 157) ao elencá-las, busca demonstrar algumas das que ocorreram durante o Estado Novo, na seguinte ordem:

> Decreto- lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942; Lei Orgânica do Ensino Industrial;
>
> Decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942; Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI;
>
> Decreto-Lei 4.244, de 9 de abril de 1942, Lei Orgânica do Ensino Secundário;
>
> Decreto-lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943; Lei Orgânica do Ensino Comercial.

Por outro lado, seguindo a trajetória das reformas parciais do ensino, no que após a mudança de governo, ainda foram editados novos instrumentos normativos, sob a vigência do governo provisório. Isso, caracteriza uma continuidade do pensamento

presente, que dentre tais instrumentos normativos, são apontados por Romanelli (2014, p. 157):

> Decreto-lei 8.529 de 2 de janeiro de 1946, Lei Orgânica do Ensino Primário;
>
> Decreto-lei 8.530, de 2 de janeiro de 1946, Lei Orgânica do Ensino Normal;
>
> Decreto-lei 8 621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946, Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial;
>
> Decreto-lei 9.613, de20 de agosto de 1946, Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Denota-se que, o ensino tornou-se classista, de acordo, com seus destinatários, seletivo, porque era destinado a uma elite, ou a grupos determinados. Deste modo, Silva (1961, p. 80) observa o seguinte, em relação às escolas secundárias:

> Eram nitidamente seletivas, num triplo sentido. Socialmente, seus alunos provinham das classes sociais mais elevadas [...]; pedagogicamente, seus alunos eram recrutados, desde o ensino elementar, por meio de classes ou escolas preparatórias; profissionalmente, visavam essas instituições habilitar, com exclusividade, às ocupações que exigiam nível superior (SILVA, 1961, p. 80).

Portanto, segundo os autores da equipe (MORAES *et al*., 2013) analisando os dados históricos, presentes naquele contexto histórico e educacional do país e observando os aspectos normativos presentes para a oferta do ensino, afirmam que:

> Durante toda a primeira República, portanto, houve uma nítida separação entre o ensino popular, constituído pelas escolas primárias, pelo ensino normal e pelo profissional, e a educação das elites, com as melhores escolas primárias, os ginásios e as escolas superiores (MORAES *et al*., 2013, p. 9).

Por outro lado, percebe-se que há necessidade da aplicação de mecanismos, mediante os quais a equipe dirigente, mantenha controle sobre os dirigidos e possa selecionar aqueles que venham ocupar lugares na estrutura governamental, como seus auxiliares, independente do título que possam ou venham atribuir ao posto com a respectiva função.

Dessa forma, tem-se um arcabouço normativo para praticamente todas às áreas do Ensino Médio além daquela que tratou do ensino primário, fechando os ciclos de ensino que mais tarde vieram a ser denominados de 1ºe 2º Graus.

De acordo com o processo de formação e educação aplicado e os conhecimentos internalizados, naturalmente que há uma evolução, mesmo que silenciosa daquela população que começa a cobrar, dos dirigentes, novas oportunidades para os demais.

Assim sendo, houve a necessidade de formar pessoal para atender a própria Administração Pública nos diferentes níveis de governo e ainda o mercado de trabalho, o que segundo Nagle (1974), em relação aos aspectos relevantes da escola secundária para atender a tais necessidades, assim afirma:

> [...] seu caráter de ensino propedêutico, preparatório ao ensino superior, destinado "a formar os quadros dirigentes recrutados em certas camadas da população", satisfeitas com o "padrão de ensino e cultura" transmitido, o qual poderia facilitar "suas

> pretensões de dominação" e "fornecer alguns requisitos para exercerem as altas funções a que se julgavam destinadas (NAGLE, 1974, p. 155-156).

No entanto, as buscas pelo acesso ao ensino de qualidade foram surgindo, enquanto as autoridades administrativas formulavam novas políticas, mesmo que domésticas, para atender tais pleitos corrigindo o que, de certa forma, era apontado como motivo de descontentamento pela sociedade. Assim sendo, seguindo a linha de pensamento de Cunha (1980, p. 156) verifica-se que:

> Pela pressão dos candidatos às escolas superiores que acabaram por conseguir sucessivos adiamentos daquele exame ou a possibilidade de entrarem em qualquer série. O exame de madureza foi sendo adiado, sua função modificada e acabou extinto:" de exame de saída do ensino secundário passou a ser exame de entrada aos cursos superiores, confundindo-se com os exames preparatórios prestados nas faculdades (CUNHA, 1980, p. 156).

Logo as exigências que até então ocorriam para os candidatos serem considerados aprovados no ensino médio, passaram a ser realizadas para o ingresso no Ensino superior e que se caracterizaram como sendo os exames vestibulares, em face da procura ser maior que a oferta de vagas nos diferentes cursos superiores existentes.

Portanto, necessário se fez uma reorganização do sistema que até então exigia o exame de admissão para ingresso no curso ginasial, que decorrido certo período, a partir do ano de 1915 recebe a denominação de "exames vestibulares" e passam a ser aplicados como requisito para ingresso aos cursos superiores.

Assim sendo, presente está a busca de controle para ingresso no ensino superior, pelo poder público, uma vez que não consegue atender as demandas presentes que, segundo Cunha (1980, p. 169) para quem:

> Essa última reforma, buscando controlar o acesso às escolas superiores, exigia, além da aprovação no vestibular, "um certificado de aprovação das matérias do curso ginasial, realizado no Colégio Pedro II ou nos colégios estaduais a ele equiparados e fiscalizados pelo Conselho Superior de Ensino (CUNHA, 1980, p. 169).

Dessa forma, pode-se perceber que as poucas oportunidades surgidas, em razão das vagas oferecidas, eram controladas pelo poder público, elitizando sempre o ensino oferecido no país, mas alcançando os escolhidos, o que nos parece uma prática antiga, que se fez presente em diferentes momentos da vida pública brasileira, ainda presente em nossos dias.

Por conseguinte, segundo o pensamento de Antunha (1976, p. 38): "O ginásio era, assim, um curso de caráter aristocrático, profundamente seletivo" e predominantemente masculino: os pobres e as mulheres raramente tinham acesso a esse tipo de ensino". Para Arruda (2014, p. 22), citando Augusto Conte (1798-1857) que sobre a humanidade o mesmo afirma:

> Impregnado pela ideia de progresso, para ele o espírito humano teria passado por estados históricos diferentes e sucessivos até chegar ao estado positivo, caracterizado pelo rigor, científico. A história seria então, a realização no tempo daquilo que já existe em

> forma embrionária e que se desenvolve até alcançar o seu ponto máximo (ANTUNHA, 1996, p. 38).

Logo, percebe-se que a humanidade sempre caminha em um processo de evolução, que em determinados momentos imagina-se ser o homem seu autor, ou o estado seu realizador, dessa forma, para Aranha (2014, p. 24): "a educação não é, portanto, um fenômeno neutro, mas sofre os efeitos do jogo do poder, por estar de fato envolvida na política", visto ser o homem um ser político, nem sempre consegue trabalhar a política para servir, mas para dela servir-se.

Portanto, presentes estão às formas de controle, cujos, instrumentos normativos expressam as ofertas, mas, cuja operacionalização nem sempre alcança todos. Assim, quando se trata da oferta, são necessárias reformas, no que seus mentores, na exposição de motivos, procuram justificá-las, visto ser indispensável motivá-la, no que, segundo o pensamento de Romanelli (2014, p. 136) que se manifesta nos seguintes termos:

> A finalidade exclusiva do ensino secundário não há de ser a matrícula nos cursos superiores; o seu fim, pelo contrário, deve ser a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional, constituindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamento que o habilitem a viver por si e tomar, em qualquer situação, as decisões mais convenientes e mais seguras (ROMANELLI, 2014, p. 136).

Dessa forma, percebe-se como o poder público se propunha a oferecer, legalmente o ensino, que entendia necessário, para atender as demandas, que, postas pela sociedade, a qual buscava

exigir do Estado as condições para se promover socialmente, e que o meio pelo qual alcançaria tal meta seria, através da educação.

Por conseguinte, percebe-se, ainda, que certos gargalos presentes na regulamentação do ensino, trazia alguns entraves de maneira que não permitia flexibilização para o discente se movimentar entre diferentes cursos no mesmo nível, fato esse que impedia o ingresso por certas camadas da população em determinados cursos, no que Romanelli (2014, p. 141) aponta nos seguintes termos:

> O grande problema, que não foi resolvido pela reforma, foi o da flexibilidade entre o ensino secundário e os demais ramos do ensino médio. Aliás, a reforma da educação levada a cabo por Francisco Campos criou um verdadeiro ponto de estrangulamento no ensino médio, para todo o sistema educacional. Os cursos profissionais (a reforma só cuidou do ensino comercial) não tinham nenhuma articulação com o ensino secundário e não davam acesso ao ensino superior (ROMANELLI, 2014, p. 141).

Dessa forma, pode-se perceber de onde podem vir as distorções que se encontram em nossa educação, em face dos referenciais, inclusive normativos, que antes de editados, trazem todo um contexto político subjacente, com o pensamento de quem estar no poder e como forma de controle sobre os governados e destinatários das normas e ações delas decorrentes.

Em relação ao ensino comercial, em face de atender aos anseios dos empresários do ramo, visto que eram também considerados geradores de riqueza através da circulação de mercadorias, verifica-se que lhe foi atribuída uma estrutura capaz de

fazê-lo funcionar de acordo com a norma posta na qual Romanelli (2014, p. 142) destaca o seguinte:

> A administração do ensino comercial passava a ser exercida não só pelo Conselho Consultivo do Ensino Comercial (uma espécie de Conselho Nacional do Ensino para o ramo comercial) órgão destinado a dar pareceres sobre assuntos relativos ao ensino comercial presidido pelo Ministro da Educação e Saúde Pública, mas também por uma Superintendência do Ensino Comercial, órgão administrativo com funções de direção geral do ensino, fiscalização e registro de professores (ROMANELLI, 2014, p. 142).

Assim sendo, o governo procurava atender as demandas sociais, mas que estivessem sob seu controle e ainda mais, para cada ramo de ensino, editou uma norma como parte ou instrumento legal para sua execução.

Esse fato que caracterizou uma série de reformas, em momentos próximos, atendeu a ensinos distintos, alcançando diferentes pontos do território nacional.

Nessa linha de pensamento, conforme afirma Macedo (2004) em relação à política de desenvolvimento do Território do Rio Branco na década de 1940, corroborando com o pensamento sobre desenvolvimento na visão das autoridades federais, afirma que:

> É importante considerarmos, pois, a atuação da política nacional sobre o poder local, uma vez que a política educacional do Território esteve voltada para a fixação da identidade nacional. Tratava-se, certamente, de um modelo compatível com as

> aspirações de cunho nacionalistas. Buscava-se, em última instância, organizar a sociedade e conferir-lhe identidade por meio da ação pedagógico-educativa (MACEDO, 2004, p. 251).

Por outro lado, necessário faz-se compreender, de que forma foram operacionalizados os meios para que o sistema de ensino fosse institucionalizado e viesse a operar, através dos órgãos e entidades que tornariam as ações práticas, efetivas ao alcance da sociedade envolvente, visto que houve um desligamento dessa administração do Município de Moura no Estado do Amazonas com a criação do Território. Assim Macedo (2004) afirma:

> O desenvolvimento da política administrativa do Território Federal do Rio Branco criou as condições para a institucionalização da Divisão de Educação, ocasião em que, por seu turno, as bases da política educacional passaram a ser formalizadas. Assim, do ponto de vista administrativo, podemos considerar a década de 1940 como um momento histórico inaugural para o Território (MACEDO, 2004, p. 251).

Portanto, necessário perceber-se que, para o desenvolvimento da administração do Território Federal, como de fato, de toda e qualquer Administração Pública, indispensável os instrumentos legais, além do objetivo que se quer alcançar em face do bem comum, que se espera para a sociedade, fato esse que deve estar presente nos planos de trabalho daqueles que foram destacados e nomeados para sua instalação e administração, desde o momento inaugural.

Aspectos históricos do Ensino Médio em Roraima entre 1970 e 2000

Para conhecer-se a história do Ensino Médio em Roraima, necessário se faz ir a suas raízes para em seguida focar-se em certo período. Assim sendo, em termos de estruturação do Sistema de Educação de Roraima, necessário compreender sua origem, suas transformações em períodos distintos, especialmente naquele em que se focaliza o presente trabalho.

As décadas correspondentes aos anos entre 1970 e 2000, foram de grandes transformações econômicas, políticas e sociais para o contexto roraimense, trazendo reflexos significativos para o campo educacional.

Nesse sentido visou-se fazer uma descrição da trajetória histórica do Ensino Médio em Roraima para compreender como se deu a constituição dessa etapa de ensino. A pesquisa a "Educação em Roraima: Histórias e Memórias da Evolução do Ensino Médio de 1970 a 2000" é um estudo que, por meio dos caminhos científicos busca-se contribuir para a história de Roraima.

Além disso, se faz necessário observar na condução do sistema de ensino do Território/Estado e como foram procedidas nas tomadas de decisão a respeito do que oferecer, à luz das normas presentes e vigentes, ademais do momento político e histórico vivenciado, considerando ainda, os aspectos do envolvimento nas escolhas para oferta de tais cursos.

De acordo com Fernandes (2013, p. 40): "o sentido de ensino-aprendizagem não é uma prática que ocorre apenas em um espaço pré-determinado, como por exemplo uma Instituição Escolar como se constituído nas sociedades letradas".

Logo, o saber não é apenas aquele estruturado na Escola, mas também o que ocorre antes dela e além de seus muros. Para Veiga

(2013) em face do processo escolar, especialmente na Amazônia, cujo território é imenso, para uma população ainda pequena, o mesmo afirma:

> Observa-se que como todo processo social, o processo escolarizador compreende uma dinâmica repleta de conflitos e tensões entre redes de indivíduos, grupos e instituições(escola, família e Estado) interdependentes, uma vez que o equilíbrio de poder entre estes elementos se faz de maneira bastante diferenciada (VEIGA, 2013, p. 18-19).

Em razão dos dados oficiais colhidos das narrativas, feitas pelas principais autoridades que estiveram à frente da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto-SECD, Órgão Coordenador do Sistema Educacional do Estado, na busca de historicizar, tais fatos com mais precisão, encontra-se em Lima (2017, p. 26) que "o lento amadurecimento na pesquisa em história...", nos leva a compreender os fatos à luz de uma consciência, seja ela crítica ou acrítica, de acordo com nossa postura e o amadurecimento próprio do tempo.

Para Prost (2008, p. 96) para quem; "a história faz-se a partir do tempo: um tempo complexo, construído e multifacetado", e além disso, o autor (p. 106) complementa: "fazer história é construir um objeto científico, (...) historicizá-lo consiste em construir sua estrutura temporal, espaçada, manipulável".

Certamente, é o que será realizado nas linhas do presente trabalho, uma construção constante, como história. Indispensável, mencionar que o processo educacional na Bacia do Rio Branco iniciou, necessariamente, pelo Município de Boa Vista, criado pelo Decreto Estadual do Estado do Amazonas nº. 49 de 9 de julho de 1890.

Assim sendo, a Administração Municipal também teve sua responsabilidade com o ensino, no que se encontra, através dos registros existentes que: "em 1930 a municipalidade viria a criar escolas e nomear professores".

Dessa forma, tem-se uma caminhada de nossa gente em busca do saber oferecido através do Poder Público (PEE/RR, p. 10), e que ainda, segundo registros "em 1934 foi criada uma escola mista municipal, pelo Professor Aristóteles de Lima Carneiro. Em 1938 são inauguradas as Escolas Primárias Coronel Bento Brasil e Major Terêncio" (PEE/RR, p. 10), todas antes da criação do Território Federal do Rio Branco.

Após a criação do Território Federal do Rio Branco, em 13 de setembro de 1945, elabora-se em seguida, uma estrutura educacional, através da Instituição da Divisão de Educação e Cultura.

Este fato foi registrado no Relatório do Diretor da Divisão de Educação, mas que conforme, dados do Diagnóstico Educacional do Território Federal de Roraima, (DETFRR, 1975/76, p. 22), a Secretaria de Educação Cultura e Desporto vem a ser criada posteriormente nos seguintes termos:

> A Secretaria de Educação Cultura- SEC/RR, criada pela Portaria Ministerial nº 01175, de 12 de dezembro de 1973, é órgão central do sistema territorial, vinculado diretamente ao Governador do Território de Roraima, que tem por objetivo primordial programar, promover, coordenar e controlar as atividades de educação e cultura. Anterior a sua criação, funcionava como Divisão Escolar e Cultural da Secretaria de Educação, Saúde e Serviços Sociais (DETFRR, 1975/76, p. 22).

Por conseguinte, a partir do ano de 1974, de acordo com a nova estrutura, do Órgão de Coordenação do Sistema Educacional, pode-se pensar nos diferentes níveis de ensino e das responsabilidades assumidas, diante das necessidades presentes, em uma terra distante dos centros considerados avançados, mas que necessitava desenvolver-se tão quanto as demais unidades federadas e centros urbanos, territórios ou não.

O Ensino de 2º grau em Roraima

A evolução do Sistema Educacional foi gradativamente requerendo providências, em face das necessidades sociais e educacionais, que surgiram e o poder público utilizou os meios e recursos materiais disponíveis para atender, no que de acordo com o (DETF/RR - 1975/76, p. 84) em relação ao 2º Grau oferecido pelo Poder Público, afirma-se: "o Ensino de 2º grau funcionou em dois prédios do ensino de 1º grau, que no horário noturno eram cedidos a esse grau de ensino. O número de salas de aula dos dois prédios eram 25 no noturno e 6 no vespertino".

Indispensável mencionar, que antes do Poder Público, iniciar a oferta do Ensino Médio a iniciativa privada, através da Prelazia do Rio Branco, buscou e obteve autorização para funcionamento da Escola Técnica de Comércio Euclides da Cunha, fato esse ocorrido no ano de 1955, com o funcionamento do Curso Técnico em Contabilidade.

Dado o crescimento da demanda, o que era previsto pela SEC, tornou-se imperioso tomar as providências, conforme quadro que aponta o número de matrículas do ano de 1972 ao ano de 1976 (DETF/RR- 1975/76, p. 84).

A Tabela 2 demonstra o crescimento das demandas por vagas do ensino de 2º Grau, em razão da pequena oferta e, ainda, em face da não existência de escolas especialmente construídas para seu atendimento. Assim, isso levava ao planejamento para construção de unidades Escolares com essa finalidade.

Tabela 2 - Demandas por vagas no ensino de 2º Grau 1972/1976

ANO	MATRÍCULA	SALA DE AULA	RELAÇÃO ALUNO/SALA DE AULA
1972	560	15	37
1973	659	17	38
1974	784	21	37
1975	810	22	37
1976	1.197	25	48

Fonte: Elaboração própria. Baseada em SEC/Assessoria de Planejamento e Coordenação do Ensino de 2º Grau.

Assim sendo, de acordo com dados dos documentos oficiais, na década de 70 o ensino médio era oferecido apenas na capital, conforme descrição do Plano Estadual de Educação (PEE/RR, 2003) que assim expressa:

> O 2º Grau era oferecido apenas em Boa Vista, em duas escolas: Monteiro Lobato e Oswaldo Cruz, uma vez que esta última cedia salas de aula para oferta do ensino de forma regular até a construção das instalações próprias (PEE/RR, 2003, p. 11).

Dessa forma, necessário faz-se perceber que a Escola Monteiro Lobato com a denominação de época já agrupava todo o

ensino médio da capital, mesmo que as aulas fossem ministradas em salas de aula de outras unidades de ensino.

Acessando a Dissertação de Mestrado de autoria da Professora Sandra Mara de Paula Dias Botelho, defendida junto a Universidade Federal do Amazonas no ano de 2009, com o Título "Escola Técnica Federal de Roraima: Retrospectiva da Trajetória de Desenvolvimento através da Memória", a mesma afirma que:

> Os documentos oficiais da Secretaria Estadual de Educação registram que, até o ano de 1984, em Roraima havia três escolas de ensino profissionalizante: Escola de Formação de Professores, Escola Gonçalves Dias e a recém implantada Escola Agrotécnica de Roraima, cuja administração passou para a Universidade Federal de Roraima, dois anos após esta ser implantada, em 1990 (BOTELHO, 2009, p. 39).

Necessário, observar que a Escola Agrotécnica de Roraima - EAGRO, foi criada em 24 de maio do ano de 1982, pelo Governo do Território Federal de Roraima, na Gestão do Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto e, por uma decisão de caráter político, foi doada para a Universidade Federal de Roraima, através da Lei Estadual n. 040 de 25 de maio de 1993, sendo posteriormente, desativada após 5 anos.

Na atualidade, no local funciona o Centro de Ciências Agrárias - Campus Cauamé e ainda, é indispensável registrar que de acordo com Botelho (2009), ajustadas à legislação nacional, que foram objeto de reformas parciais do ensino, em terras roraimenses foram criadas instituições profissionalizantes, dentre elas:

> A primeira Escola de Caráter Profissionalizante criada em Rio Branco/Roraima (1949) destinava-se a formação de regentes e ensino, conhecida por Escola Normal Regional Monteiro Lobato; a segunda Escola Técnica de Comércio Euclides da Cunha- de natureza privada, formava técnicos em Contabilidade, a qual recebeu autorização para funcionamento em 1955 (BOTELHO, 2009, p. 38).

Portanto, com a construção de outras unidades de ensino voltadas para o Ensino Médio, atendendo as demandas sociais da juventude estudantil, fora de sala de aula, por ausência da oferta de vagas e cursos, o quadro educacional passa a ter nova configuração.

As primeiras Escolas de 2º grau de Roraima antes da década de 1980

A pesquisa traz uma breve relação das Escolas que ministraram o Ensino Médio no Território do Rio Branco/Roraima até o atual Estado, inclusive em ordem de criação e funcionamento, para que se possa compreender o processo de evolução como ocorreu e possíveis contribuições dessas instituições para a sociedade local.

Escola Técnica de Comércio Euclides da Cunha

De acordo com dados fornecidos pela Auditoria do Sistema de Ensino de Roraima - ASE/RR, hoje Auditoria de Controle da Rede Estadual de Ensino - ACRE/RR, a primeira Escola de nível médio criada nas terras roraimenses, foi a Escola Técnica de Comércio Euclides da Cunha, que funcionou na Rua Bento Brasil

com Rua José Magalhães no centro na Capital, vinculada à Prelazia[6] de Roraima.

A instituição foi criada atendendo a legislação constante do Decreto-lei 6.141 de 28 de dezembro de 1943, Lei Orgânica do Ensino Comercial, que fora prevista no Decreto 20.158 que "organizou o ensino comercial, nos níveis médio e superior, regulamentou a profissão de contador e dá outras providências", o qual foi um dos instrumentos normativos da reforma do ensino, denominada de Lei Orgânica do Ensino Comercial, vigente à época de sua criação.

Por outro lado, conforme, consta no Parecer nº14 do Conselho Territorial de Educação - CTE/RR, aprovado em 17.11.75 de autoria do Relator Conselheiro Presidente, Domingos Antônio CAMPAGHOLO, no qual o relator afirma que:

> Além da iniciativa oficial que acabamos de descrever, a iniciativa particular, representada pela Prelazia de Roraima, os Padres Missionários da Consolata, sob solicitação de alunos do Ginásio Euclides da Cunha, fundou, em 1955, a Escola Técnica de Comércio Euclides da Cunha destinada a formar técnicos de contabilidade (PARECER Nº14/CTE/RR, 1975, p. 2).

Após sua instituição, como escola de 2º Grau começou suas atividades com o Ensino Técnico em Contabilidade, atendendo a uma necessidade da sociedade local, dada a situação de isolamento

[6] Prelazia, segundo dicionário online, é sinônimo de Diocese, jurisdição episcopal de um Bispo Prelado, diferente daquela que é jurisdição episcopal de Bispo, Arcebispo ou outra autoridade episcopal superior.

do restante do país, pois Roraima encontrava-se distante dos grandes centros e com enormes dificuldades de comunicação.

A Escola Técnica de Comércio deixou de existir oficialmente, como tal, no ano de 1972, conforme relatado por CAMPAGHOLO (1973, p. 2), que assim afirma:

> O Curso Científico, o Instituto de Educação de Roraima e a Escola Técnica de Comércio Euclides da Cunha, foram reunidos em um prédio único, sob a denominação também única de Unidade Integrada Monteiro Lobato - 2º Grau. Os três cursos, porém, foram considerados extintos com a saída das últimas turmas respectivas, o que se deu em 1974 (CAMPAGHOLO, 1973, p. 2).

Dessa forma, vê-se que o Ensino Médio, como também todo o ensino, no Território do Rio Branco/Roraima foi desenvolvido com muito esforço, perseverança e dedicação daqueles que foram os pioneiros, na missão de ensinar e educar, por diferentes iniciativas.

A Escola Técnica de Comércio Euclides da Cunha, de acordo com dados fornecidos pela ACRE/RR a instituição surgiu atendendo ao pleito de alunos do Ginásio Euclides da Cunha - GEC, Escola que, apesar do pouco tempo de existência (cinco anos), ia se tornando tradicional, pela organização, disciplina e qualidade dos conhecimentos transmitidos, através de seu quadro docente que era formado por religiosos em sua maioria.

Com seu funcionamento regular nos turnos Matutino e vespertino, permanecia durante a noite com espaço ocioso o que permitiu sua ocupação pelos alunos do Técnico em Contabilidade, funcionou até o ano de 1972 na Rua Bento Brasil, Centro - Boa Vista-RR.

A instituição foi fundada em 1955 pela Prelazia de Roraima, através de diferentes instrumentos normativos teve seu funcionamento autorizado pelo Conselho Federal de Educação, atendendo legislação aplicável, constante do Decreto 20.158 - de 30 de junho de 1931: que "Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências" e do Decreto-lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943; "Lei Orgânica do Ensino Comercial".

Dessa forma, conforme, Portaria n. 77 de 10.02.1955, da Diretoria do Ensino Comercial do Ministério da Educação e Cultura, foi autorizado o funcionamento do Curso Técnico, instrumento que foi renovado por diferentes instrumentos normativos, atendendo a legislação federal aplicável.

Figura 4 –Atual fachada Escola Estadual Euclides da Cunha



Fonte: Folha de Boa Vista. Disponível em: <http://www.folhabv.com.br>.

No entanto, no mês de março do ano de 1972 o Curso foi reunido em prédio Escolar único, juntamente com o Curso Científico

e o Instituto de Educação de Roraima, sob a denominação de Unidade Integrada Monteiro Lobato de 2º Grau.

Por conseguinte, no ano de 1973/74, ocorreu a extinção da Escola Técnica de Comércio Euclides da Cunha, em seu prédio, funciona até nossos dias a Escola Estadual de Ensino Fundamental Euclides da Cunha, antigo Ginásio de mesmo nome que mantém a tradição de nome – GEC, na atualidade, de propriedade do Governo do Estado de Roraima.

Portanto, o funcionamento da Escola Técnica de Comércio Euclides da Cunha, preencheu o vazio encontrado pelo comércio local, em face da inexistência de Técnicos em Contabilidade, profissionais responsáveis pelos registros legais dos fatos contábeis e que dão vida legal a existência das empresas.

Ainda é possível serem encontrados profissionais da Contabilidade, que foram estudantes daquela época, apesar da grande maioria não se encontra mais em nosso meio.

Logo, uma instituição de ensino nascida em um momento que poucas oportunidades haviam para a preparação e formação profissional da juventude roraimense, pois os mesmos não dispunham de meios para se deslocar a outros centros. Desse modo, pode-se afirmar, que com certeza veio em bom momento, até mesmo para suprir as necessidades do mercado seja no serviço público, e até mesmo na área comercial, que junto com o setor primário da economia local sentia a necessidade de mão de obra qualificada.

Dessa forma, com a contribuição dos missionários religiosos que aqui chegaram, tornou-se possível a realização de mais uma etapa: a missão de ensinar e educar, nos padrões que eram conhecidos daqueles religiosos.

Por conseguinte, a instituição de ensino cumpriu uma função social até que o poder público assumisse a responsabilidade pela

oferta do ensino com a junção dos cursos de nível médio em uma mesma Escola.

Fato esse conhecido, da sociedade roraimense, em face da atuação dos profissionais, que ainda atuam na área contábil, desde aquele período, para os que estão vivos e em condição de trabalhar.

Foi trazida ao presente trabalho, esta instituição de ensino cuja foto retrata o prédio onde funcionou a Escola Técnica de Comércio Euclides da Cunha, visto que foi criada antes daquela e que permaneceu em funcionamento junto com a Escola Técnica de Comércio e funciona até nossos dias no mesmo endereço.

Portanto, criada pelo Decreto Territorial n. 443 de 1950, sob Direção e Administração da Prelazia do Rio Branco, com funcionamento e reconhecimento- através do Parecer CTE/RR-102/83 de 25.11.1983. Seu Regimento Interno foi aprovado pelo Parecer n. 02/79, 27.01.1979, com a alteração constante do Parecer nº 102/83 -25.11.1983.

A Instituição está sendo mencionada no presente trabalho em razão de ter abrigado, em suas dependências, a primeira escola de Nível Médio e que mesmo após o advento do encerramento das atividades daquela, continua em funcionamento até nossos dias.

Contribuição da Escola Técnica de Comércio Euclides da Cunha

Escola Técnica de Comércio Euclides da Cunha, funcionamento Rua Bento Brasil, Centro - Boa Vista-RR, fundada em 1955, pela Prelazia de Roraima, através de diferentes instrumentos normativos teve seu funcionamento autorizado, pelo Conselho Federal de Educação - CFE. Com o Curso Técnico em Contabilidade, conforme, Portaria 77 de 10.02.1955, da Diretoria do

Ensino Comercial do Ministério da Educação e Cultura, sendo renovada por diferentes instrumentos normativos.

No entanto, no mês de março do ano de 1972 o Curso foi reunido em prédio Escolar único, juntamente com o Curso Científico e o Instituto de Educação de Roraima, sob a denominação de Unidade Integrada Monteiro Lobato de 2º Grau.

Escola Normal Monteiro Lobato

Atendendo aos comandos normativos do Decreto-lei 8.530, de 2 de janeiro de 1946, Lei Orgânica do Ensino Normal; e seguindo as diretrizes nele contidas foi criada a Escola mencionada.

Ela buscou atender ao Sistema, pela necessidade de pessoal qualificado, mesmo como regente de ensino. Assim seguindo, aos ditames legais do mencionado instrumento normativo, encontra-se que:

> Em 1949, pelo Decreto n. 89 de 1º de abril daquele ano, foi criado o Curso Normal Regional "MONTEIRO LOBATO", no Governo de Miguel Ximenes de Melo, transformado em Colégio Normal, no ano de 1966, pelo Governador Dilermando Cunha da Rocha; em Instituto de Educação e agora na Unidade Integrada MONTEIRO LOBATO, pelo atual Governador Coronel Aviador HÉLIO DA COSTA CAMPOS.

Dessa forma, através do Decreto Territorial nº13 de 17 de fevereiro de 1964, o Curso foi transformado em Ginásio Normal

Monteiro Lobato, nos moldes adotados pelo Plano Trienal de Educação de então.

Na mesma data através do Decreto Territorial nº 14 foi criado em anexo ao Ginásio Normal Monteiro Lobato, o Curso Pedagógico de II Ciclo, atendendo as normas da Lei Nacional 4.024/61, com três séries, para cujo ingresso exigia-se exame vestibular.

Registre-se que o Curso Pedagógico foi reconhecido pelo Parecer nº263/64 do Conselho Federal de Educação, em face do mesmo pertencer ao Sistema Federal de Ensino. Deste modo, ainda é necessário registrar que, através do Decreto 02/65, de 02 de fevereiro de 1965 o Ginásio Normal Monteiro Lobato e o Curso Pedagógico foram unidos com a denominação de Colégio Normal Monteiro Lobato, que passou a ministrar o ensino normal de 1º e 2º ciclos.

Figura 5 – Atual fachada da Escola Estadual Monteiro Lobato



Fonte: 3BP. Disponível em: <http://3.bp.blogspot.com>.

Por outro lado, através do Decreto Territorial Nº, 23 de 23 de dezembro de 1966, foi criado o Curso Científico Monteiro Lobato, o qual atuaria a partir de 1967 no prédio do Instituto de Educação. Ainda, por meio do Decreto Territorial 16 de 24 de fevereiro de 1970 ocorreu a transformação do Colégio Normal Monteiro Lobato em Instituto de Educação de Roraima, que ministraria o Curso Pedagógico destinado a formar professores para o ensino primário.

Por conseguinte, com a publicação da Lei Nacional, 5.692/71, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 11 de agosto de1971, a Divisão Escolar e Cultural, atendendo às novas disposições legais que reformulou o ensino de 1º e 2º Graus implantou a nova lei em todas as escolas do Sistema, em março de 1972.

Nessa data, o curso científico, o Instituto de Educação de Roraima, e a Escola Técnica de Comércio Euclides da Cunha foram reunidos em um único prédio escolar, sob a denominação também única de Unidade Integrada Monteiro Lobato de 2º Grau.

No entanto, três cursos foram considerados extintos, após a conclusão das últimas turmas em 1973. A partir daquele ano, com a implantação da nova Lei de Diretrizes, o ensino de 2º Grau em Roraima, passou a funcionar em três anos, sendo a primeira série, considerada básica, com currículo de formação geral, enquanto a 2ª série visava a opção profissional, escolhida pelo aluno.

A partir do ano de 1973, aos alunos egressos do básico, cursado no ano anterior, a Instituição Escolar ofereceu um leque de 4 opções profissionalizantes: Técnico em Contabilidade, Técnico em Secretariado, Técnico em Enfermagem e o Magistério destinado à formação de professores de 1º Grau, 1ª a 4ª séries, do 1º Grau, sendo que no ano de 1975, foi acrescido o Curso Técnico de Assistente em Administração.

Em 1974, formaram-se as primeiras turmas de Técnicos em Contabilidade, Técnico em Secretariado e Técnico em Enfermagem, nos termos da reforma do ensino prevista na Lei 5.692/71. De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP), ano de 2011, a instituição tinha como objetivo geral:

> Preparar o educando com sólida formação acadêmica de qualidade, que garanta a aprendizagem essencial para participar, de forma crítica, responsável e competente, das ações culturais, sociais e políticas da sociedade, contribuindo com a construção e valorização da cidadania, melhorando o relacionamento entre alunos, pais e comunidade.

Nessa linha de pensamento a equipe de educadores participantes da construção e elaboração do PPP, fixaram também objetivos específicos e, dentre eles, observa-se que, o que mais reflete o pensamento da equipe, tem a ver com a seguinte afirmação:

> Compreender a cidadania como participação social e política, assim como o exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia a dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si mesmo, respeito.

Necessário registrar que a Instituição de Ensino, ainda se encontra em funcionamento, no mesmo endereço, oferecendo Ensino de 1º Grau e Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA. Por sua vez, o Curso Normal, posteriormente, foi transferido para o Colégio Roraimense, que funcionou na Rua Alferes Paulo Saldanha, no Bairro São Francisco,

até ser transferido para o prédio próprio da Escola de Formação de Professores de Boa Vista. No local, do antigo Colégio Roraimense, funciona a Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Diva Alves de Lima.

Registre-se ainda que segundo (DETF/RR- 1975/76, p. 26). "encontra-se em estudo a criação de um estabelecimento de Formação de Professores", fato esse que ocorreu com as novas instalações da sede própria, inauguradas no ano de 1982.

Indispensável, perceber que a equipe coordenadora do sistema educacional local seguia as diretrizes federais, especialmente, quanto à formação de professores, quando pode-se perceber que:

> Com relação à formação de professores, a Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-lei 8.530, de 2 de janeiro de 1946, Lei Orgânica do Ensino Normal) subdividiu esse curso em dois ciclos. No primeiro nível, passava a funcionar o curso de formação de regentes do ensino primário, com a duração de quatro anos nas escolas normais regionais. Estas coexistiam com as escolas normais e os institutos de educação, que incorporavam também; o jardim de infância e a escola primária, bem como os cursos de especialização de professores primários e administradores escolares (BRASI, 2017a, p. 17).

A Instituição de Ensino mencionada teve e tem importante função social na formação de gerações de jovens, que após conclusão dos estudos de nível médio, buscavam em outros centros a formação em nível superior, visto que em não havia oferta, no Território Federal de Roraima.

Além do mais a grande maioria desses jovens, passaram a integrar os quadros da Administração Pública Municipal ou Territorial, fato esse que pode ser verificado dentre aqueles que ainda estão residindo em nosso meio.

Contribuição da Escola Normal Monteiro Lobato

A Instituição de Ensino mencionada teve e tem importante função social na formação de gerações de jovens, que após conclusão dos estudos de nível médio, buscavam em outros centros a formação em nível superior, visto que não havia oferta em Roraima. Além do mais, a grande maioria desses jovens passou a integrar os quadros da Administração Pública Municipal ou Territorial, fato esse que pode ser verificado dentre aqueles que ainda estão residindo em nosso meio e atuando na Administração Pública.

Outro fato, que necessário faz-se destacar, é que a instituição serviu de berço para outras escolas que eram criadas e necessitavam iniciar o funcionamento, sem, no entanto, disporem de prédios próprios para realizar suas missões, daí ocorreu o funcionamento de cursos de nível médio que foram transferidos logo após a instalação das respectivas escolas.

Logo após sua criação foi preparada para reunir os cursos de Ensino Médio que funcionavam na Capital, fato que permaneceu até que fosse construída à Escola de 2º Grau Gonçalves Dias, que foi inaugurada no ano de 1977.

Escola Agrotécnica de Roraima, criada e inaugurada no ano de 1982, na qual a mesma turma assistia aulas nos turnos matutino e vespertino, pela exigência da carga horária do curso, após o início das aulas, não dispondo de refeitório para preparação dos alimentos

dos alunos e professores, ministrou suas aulas no turno vespertino nas dependências desta.

Dessa forma, as aulas do turno vespertino, no primeiro ano de funcionamento, foram oferecidas nas dependências da Escola Monteiro Lobato, fato esse vivenciado pelo próprio pesquisador, à época um dos dirigentes da instituição escolar visitante, visto que a mesma tinha suas instalações localizadas na zona Rural da Capital.

Registre-se ainda que o Curso Normal funcionou no Colégio Roraimense, até que fosse construída a sede da Escola de Formação de Professores de Boa Vista. Dessa forma, a Instituição, cumpriu e ainda cumpre um papel social de relevância para a coletividade roraimense, oportunizando a quantos buscavam o saber oferecido pelo poder público em suas dependências.

O fato é que Escola Normal Monteiro Lobato serviu de lócus para atender as várias leis aplicadas ao ensino e em diferentes momentos. Hoje a escola recebe a denominação de Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Monteiro Lobato funcionando no mesmo endereço desde sua criação. Há em sua história, uma inestimável folha de serviços prestados à coletividade como pioneira em muitas atividades de formação de pessoal, especialmente de professores.

Dessa forma, caracteriza-se a função social da Escola, pelo papel desempenhado na formação de diferentes gerações de jovens em diferentes áreas, no ensino médio, como também no suporte a outras escolas que necessitavam de apoio e espação físico para iniciar o desiderato para o qual foram criadas.

Vale ressaltar também, a importância da Escola para o Território e para o Estado, visto que, com o passar dos anos a mesma continua cumprindo o papel social na formação da juventude, pois ainda se encontra em funcionamento em prédio mais moderno em

condições físicas bem diferentes das instalações em que fora concebida.

Escola Estadual de Formação de Professores de Boa Vista

O ensino de 2º Grau, magistério como formação de Professores teve seu início a partir de 1960, através do Curso Normal Regional, que funcionava conforme já mencionado, na Escola Normal Monteiro Lobato que recebeu outras denominações até permanecer com sua atual denominação.

No entanto, após a criação das Escolas de Ensino Médio em Roraima o Curso Normal, denominado de Magistério, passou a funcionar em Escola com características, próprias, ou seja, voltada para a formação de professores, como de fato foi a proposta de sua criação.

Após a transferência do Ensino Médio, o Curso Normal, passou a funcionar no Colégio Roraimense, em 1977/78, até ser concluída a obra do prédio onde funcionaria à Escola de Formação de Professores de Boa Vista - Magistério.

Dessa forma, a Escola passa a preencher o espaço destinado a formar os docentes e preparar os candidatos que se propunham a exercer o Magistério, o que se encontra registrado, no Plano de Educação e Cultura - PEC/RR-1980/83, p. 16, onde a equipe gestora se manifesta nos seguintes termos:

> O ensino de 2º Grau em Boa Vista conta com a Escola de Formação de Professores, oferecendo habilitação para o Magistério em quatro séries, sendo a última série de "Estudos Adicionais" [....].

Por conseguinte, as autoridades educacionais, reconheciam as necessidades existentes, mas, pelo menos na Capital, ofereciam o necessário para a preparação de pessoal destinado à educação de sua gente.

No entanto, ao observar as diretrizes do sistema de ensino posto, verifica-se a grande preocupação da equipe com a construção de um projeto pedagógico para atender as peculiaridades e necessidades locais. Tal preocupação é esboçada no (PEC/RR - 1980/83), nos seguintes termos:

> A concepção de Educação que se procura adotar requer mudanças consideráveis no modo de administrar o sistema educacional do Território e, particularmente, no posicionamento de todo o pessoal que com ela trabalha e convive. Embora lentas, essas mudanças deverão ser significativas e dirigidas mais diretamente para o funcionamento do que para a estrutura da administração. Por isso uma diretriz para este período é a presença e discussão constante das questões básicas da educação, em todos os níveis que se possa alcançar (PEC/RR, 1980-83, p. 12).

Portanto, já se pensava em uma escola voltada realmente, para a formação de professores em que a educação fosse fruto de debate e uma construção coletiva, com plena participação da sociedade e do poder público.

Logo, a Escola de Formação já constava com um caminho a ser trilhado e, por conseguinte, construído por toda sua equipe docente e comunidade escolar. Assim, no ano de 1982, ocorreu a inauguração do prédio próprio para seu funcionamento. A partir disso, houve a formação de diversas turmas de professores que vieram a integrar o sistema estadual de ensino.

Dessa forma, em se tratando de formação de professores existem preocupações com o estabelecimento de ensino voltado para essa finalidade, quando no Plano Operacional de Educação e Cultura (POEC/RR-1984/1985, p. 25), consta que:

> Nessa direção se encaminhará o Ensino de 2º Grau em Roraima, sem perder de vista a necessidade de solucionar problemas como: a carência de um corpo docente próprio e estável; a não consideração dos valores culturais no desenvolvimento dos currículos, especialmente da Escola de Formação de Professores, e o insuficiente atendimento à demanda. Com relação a alterações curriculares na Escola de Formação de Professores. Já se tem discutido a possibilidade de: iniciar a parte profissionalizante desde a 1ª série, realizar estudos para o desenvolvimento curricular de metodologia de classes multisseriadas e definir propostas em conjunto com o 1º Grau.

Assim sendo, a instituição de ensino, vinha sempre, cumprindo o papel educativo, que se esperava na formação de professores. Registre-se que a Instituição Escolar, foi extinta pelo Decreto 8.866-E de 23 de abril no ano de 2008, quando funcionava o ensino 1º Grau, como laboratório para os Professores em face da nova política educacional voltada para a formação de docentes, que exigia que os mesmos fossem graduados em Licenciatura ou em Pedagogia para o exercício do Magistério.

Nas Instalações do prédio da antiga Escola de Formação de Professores conhecida como Magistério, onde funcionaram também, a Escola Técnica de Roraima, quando de sua criação até a construção de sua sede própria e o Centro de Ciências de Roraima (CECIR). Na atualidade, funciona Academia de Polícia Integrada API/RR vinculada à Secretaria de Estado da Segurança Pública-SESP.

Dessa forma, a instituição Dirigida por Oficiais da Polícia Militar do Estado e, no entanto, em suas dependências encontra-se em funcionamento o Colégio Militar de Roraima, Coronel Derly Luiz Vieira Borges, criado pela Lei Complementar Estadual n.192, de 30 de dezembro de 2011.

Contribuição da Escola de Formação de Professores

À Escola cumpre seu papel, cada vez que com os conhecimentos que consegue produzir traduz mudanças significativas nas pessoas e na sociedade sempre para melhor, visto que o processo educativo proporciona os meios pelos quais, os alcançados por suas ações, internalizam o saber e realizam as mudanças internas que vão refletir no exterior, através de seus atos e ações.

A instituição exerceu esse papel semeando novos conhecimentos, fazendo com que seus educandos se transformassem em semeadores do saber construído e transformado, visto que as preocupações da equipe central dos sistemas se voltavam sempre para essa construção.

Além de laboratório para os professores que se propunha preparar, para atender o sistema e o mercado local, ainda serviu de berço para o acolhimento daquelas instituições nascentes e que ainda não dispunham de instalações físicas próprias a exemplo da Escola Técnica de Roraima que iniciou seu funcionamento nas dependências desta, até o término da construção de sua sede no Bairro Pricumã, em Boa Vista, onde se localiza o Campus I de IFRR.

Dessa forma, até que fosse exigido que o Professor do Ensino fundamental tivesse cursado o nível superior a Escola de Formação de Professores de Boa Vista cumpriu seu papel social de agência

formadora e transformadora de recursos humanos para atender as necessidades do Estado e da coletividade.

Escola de 2º Grau Gonçalves Dias

Escola criada no ano de 1977, pelo Decreto Territorial n. 12 de 24.03.1977, sendo transformada para 1º e 2º Graus pelo Decreto n. 027 - 12.10.1988, conforme o parecer n. 52/78 - 11.11.1978 - CTE/RR obteve do Conselho Territorial de Educação, autorização para funcionamento, através do Parecer n. 54/80 - 28.11.1980 - CTE/RR.

Por sua vez, a instituição foi reconhecida e ainda se encontra em funcionamento no mesmo endereço: Av. Getúlio Vargas c/ Rua das Nações, Bairro - São Pedro - Boa Vista/RR.

As normas de funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino exigiam que os respectivos Regimentos Internos fossem aprovados pelo Conselho Territorial de Educação o que ocorreu mediante o Parecer 01/78 - 27.01.1978 CTE/RR, e a alteração regimental aprovada pelo Parecer CTE/RR 04/80 - 27.02.1980.

Em relação ao Ensino Médio, no final da Década de 1970/1980, de acordo com o Plano de Educação e Cultura- PEC/RR (1980-1983, p.16), em relação ao funcionamento do Ensino de 2º Grau na Capital, consta que:

> [...] a Escola de 2º Grau Gonçalves Dias, funciona com as seguintes habilitações: Técnico em Contabilidade, Assistente de Administração, Habilitações Básicas em Construção Civil e Agropecuária, Auxiliar de Escritório e Topógrafo de Agrimensura.

Dessa forma, aquela escola atendia as principais necessidades de formação de pessoal técnico, para atender, desde às necessidades do mercado até o serviço público.

A equipe técnica responsável pelo sistema educacional, ainda reconhecia, grandes dificuldades na oferta do ensino de 2º Grau, em face de fatores os mais variados possíveis, manifestando-se através do PEC/RR-1980/1983, nos seguintes termos:

> O 2º Grau enfrenta sérios problemas decorrentes da indefinição do papel socioeconômico do técnico de nível médio, tais como: organização curricular, escassez de especialistas e docentes habilitados, deficiências no estágio supervisionado.

Dessa forma a instituição de ensino funcionou até que surgissem outras de nível médio para atendimento das demandas sociais bem como da legislação aplicável.

Figura 6 - Atual fachada da Escola Estadual Gonçalves Dias



Fonte: Roraima em Tempo. Disponível em: <http://roraimaemtempo.com>.

Assim sendo, ao melhor juízo, a escola cumpriu um papel social relevante, visto que nos anos finais da década de 1970 e na década de 1980, permaneceu oferendo o ensino médio, de acordo com suas possibilidades, a sociedade roraimense que habitava na Capital, para todos que buscavam de acordo com a oferta.

Por conseguinte, após a mudança na legislação que deixou de exigir a obrigatoriedade para oferta da profissionalização no ensino médio, possibilitou a criação de novas escolas e oferta de novas vagas, mas com poucas escolas exclusivas para o 2ºGrau.

Conforme o pensamento da equipe gestora do Sistema de Ensino, reconhecendo tais preocupações em face das mudanças legais, assim manifestou-se no (POEC/RR-1984-1985, p. 25), nos seguintes termos:

> A vigência da Lei n. 7.044/82, suprimindo a obrigatoriedade da profissionalização no 2º Grau, veio trazer nova perspectiva a esse nível de ensino, que há muito vem questionando a indefinição do papel do técnico de nível médio nos moldes da formação atual. Essa Lei, entretanto, determinando a obrigatoriedade da preparação para o trabalho, criou a necessidade da realização de estudos aprofundados para delineamento de novos cursos a serem implantados ou para reestruturação dos atuais.

Assim sendo, o órgão central coordenador do sistema de ensino, procurou atender as normas legais adequando-se aos novos ditames normativos em face das exigências legais, quando da criação de novos cursos ou de escolas para oferta do ensino de nível médio.

Contribuição da Escola de 2º Grau Gonçalves Dias

A instituição, conforme já afirmado, exerceu relevantes serviços junto à população boa-vistense, visto ser, a época, a única que oferecia o ensino médio profissionalizante, na Capital do Território Federal de Roraima, exceto o Curso Normal.

Portanto, dentre os jovens que buscaram suas salas de aula para obter conhecimento, é possível se encontrar, Médicos Advogados, Magistrados, inclusive Desembargador (a), Conselheiro do Tribunal de Constas do Estado, Administradores, Professores, Enfermeiros, e demais profissionais, em Roraima e fora do Estado.

Deste modo, percebeu-se que a Escola cumpriu um papel social relevante, em uma época que os meios de comunicação ainda ocorriam em sua maioria, por telefonia fixa, Fax, pois os meios digitais ainda se iniciavam timidamente sua aplicação por essas terras, que ainda padecia da ausência de um quadro docente próprio, permanente e preparado com a visão de onde se queria chegar.

Dessa forma, cumprindo as diretrizes da Legislação Nacional, aplicável, bem como aquelas diretrizes governamentais, de ordem local, percebe-se que a Instituição Escolar, mesmo sentindo a falta de Professores habilitados para o atendimento de todas as áreas de ensino por ela ofertadas, conseguiu, cumprir sua função social, até a vigência da Lei Nacional n. 7.044 que alterando a Lei Nacional n. 5.692/71, deixou de exigir a profissionalização.

Assim, a nova lei nacional, cria novas disposições normativas relativas ao ensino de 2ºGrau, fazendo com que o mesmo deixe de ser obrigatoriamente profissionalizante, a prova é que com a criação de novas instituições de ensino, foram as mesmas voltadas para o ensino de 1º e 2º Graus, neste último a oferta da formação geral, ou preparação para ingressar no ensino superior.

Dessa forma, daquele momento em diante os cursos de nível médio Profissionalizantes ou Técnicos passaram a ser ministrados em instituições criadas com essa finalidade. Portanto, a Escola Gonçalves Dias aos poucos deixou de oferecer as diferentes modalidades de Ensino, para voltar-se ao ensino médio regular.

No entanto, a quantidade de jovens e adultos atendidos pela instituição, são provais cabais de que a mesma cumpriu com sua função social prestando enorme contribuição social para o que se pode chamar de desenvolvimento desta terra, visto que este não ocorre sem a formação ou escolarização de seu povo.

Escola Agrotécnica de Roraima - EAGRO

A Escola Agrotécnica de Roraima (EAGRO) foi criada 24 de maio do ano de 1982, pelo Governo do Território Federal de Roraima, na Gestão do Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto, com o objetivo de formar Técnicos em Agropecuária.

Portanto, profissionais voltados para o atendimento ao setor primário da economia, visto que se vislumbrava a necessidade de formação de mão de obra especializada para o atendimento ao campo, na produção de alimentos diversos, bem como à pecuária, visto que já contava com grande rebanho, que era a criação extensiva.

Sua sede estava na zona rural do Município de Boa Vista, mas precisamente no Distrito Hortifrutigranjeiro de Monte Cristo, tendo iniciado seu funcionamento em 17 de julho do mesmo ano, com o Curso de nível médio, profissionalizante.

A instituição contava com 04 salas de aula, salas para Direção, Secretaria Coordenação Pedagógica e Orientação Educacional, dependências para a Coordenação Administrativa,

dependências para refeitório, depósito de alimentos, pátios para recreação, castelo d'água, além de banheiros e sanitários para atendimento de mais de 100alunos, contava ainda com área física superior a 200 há, para o desenvolvimento das mais diversas atividades curriculares iniciais.

Por outro lado, deve-se registrar que o primeiro ano de funcionamento foi bastante difícil, em razão do clima seco com verão prolongado, dificultando sobremaneira o início das primeiras plantações, como laboratórios para o alunado.

No ano, de 1983, através de convênio com a Coordenação Nacional do Ensino Agrícola - COAGRI foram recebidos recursos financeiros e iniciaram-se os processos de aquisição de máquinas e equipamentos para o atendimento as aulas práticas, bem como iniciaram as construções de aviários e pocilga para criação de animais, e, ainda a preparação do solo para o plantio de culturas regionais.

Pela necessidade de conhecer o processo de arborização, visto que a entidade estava localizada em área de cerrado, teve início a construção de viveiros de produção de mudas além da continuação do plantio de árvores permanentes, especialmente árvores frutíferas.

Já com equipe de professores, das disciplinas da parte geral, além da formação específica, as aulas, tiveram início no segundo semestre se 1982, com seleção do alunado após a realização dos exames médicos necessários para evitar possíveis doenças transmissíveis entre os mesmos, fato que trouxe bastante tranquilidade para a administração, causando surpresa para os demais estabelecimentos.

A instituição foi sendo equipada para atender seu desiderato, no entanto, após cerca de 10 anos de funcionamento, por uma decisão de caráter político, foi doada para a Universidade Federal de Roraima, através da Lei Estadual n. 040 de 25 de maio de 1993,

sendo posteriormente, desativada após 5 anos, hoje no local funciona o Centro de Ciências Agrárias - Campus Cauamé- UFRR.

A Universidade resolveu reativá-la, mas em outro local, junto a um projeto de assentamento, denominado de Nova Amazônia, distante cerca de 27 Km da Capital, onde oferece o Ensino Médio Técnico, atendendo a uma clientela de 320 alunos do Curso Técnico em Agropecuária. Ainda é considerada como LABORATÓRIO para os Cursos tecnológicos de Agronomia e Zootecnia cujo endereço de funcionamento é: Campus Murupu - Rodovia BR- 174 Km 27 - P.A, Nova Amazônia Zona Rural da Capital.

Contribuição da Escola Agrotécnica de Roraima - EAGRO

As necessidades da sociedade roraimense, por mão de obra técnica qualificada, para atender ao setor primário da economia, vocação natural ressentia-se de uma instituição com característica, estrutura física e pedagógica capaz de preparar, esses jovens que necessitavam de ambiente escolar para o aprendizado e aprimoramento.

Dessa forma, após a instalação e funcionamento da instituição, buscou-se trazer das diferentes localidades do interior do então Território, aqueles jovens que desejassem receber a formação técnica além do núcleo comum do ensino médio para voltar aos seus labores junto aos familiares, ou seguir no ensino superior,

Conforme faziam suas escolhas, os alunos eram recebidos na instituição, também a formação estava aberta aos jovens das comunidades indígenas. Assim, após a conclusão do Curso eram submetidos a concurso público para poderem ingressar na EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, no

quadro do Governo do Estado, e também na Agência de Defesa Agropecuária- ADER/RR.

Além desses que buscaram o concurso, também, muitos outros procuravam a formação em nível superior, estando em atividades e em diferentes instituições, ou desenvolver suas atividades em fazendas dos familiares.

Dessa forma, a instituição, cumpriu e cumpre um papel social relevante para a coletividade em face da proposta de trabalho que vem sendo realizada na preparação e formação de Técnicos de Nível Médio.

Escola Técnica de Roraima

Roraima já tinha vivenciado com outras instituições de formação profissional que em muito contribuíram com o seu desenvolvimento social, econômico e intelectual. Então qual o grande diferencial da Escola Técnica? Primeiro uma instituição de nível federal que contaria com todo apoio do poder central, segundo uma escola com expertise de profissionalização criada única e exclusivamente para este fim.

Além do que, Roraima se constitui em uma região com potencial econômico a partir dos recursos minerais e do turismo, configurando-se, portanto, em um significativo espaço para formação de profissionais para atender esta demanda, ou seja, um cenário de oportunidades para criação de uma instituição com foco na qualificação profissional.

Outro aguamento usado para criar a escola segundo Botelho (2009, p. 42): “Uma das justificativas para criação [...] residia na dificuldade que os estudantes roraimenses encontravam para dar

prosseguimentos aos seus estudos, precisando estes se deslocar para outros Estados da Região Norte, a fim de se qualificar".

Figura 7 – Imagem da fachada da Escola Técnica de Federal de Roraima



Fonte: IFRR. Disponível em: <http://www.ifrr.edu.br>.

Assim, no pensamento da equipe coordenadora do sistema estadual de educação do então Território Federal de Roraima, havia necessidade da formação técnica para a preparação profissional e atender ao setor terciário e de prestação de serviços em Roraima, especialmente para dar oportunidade à juventude na preparação profissional.

A Escola Técnica foi criada pelo governo do Território, quando da emancipação do Estado o Governador de Plantão chamou

para si a criação, em seguida o governo federal no cumprimento da política de expansão do ensino técnico em todas as unidades federadas encampou nossa Escola Técnica que passou a denominar-se de Escola Técnica Federal de Roraima. Segundo Pereira (2010):

> A Escola Técnica de Roraima, criada em 1987, período em que Roraima era uma autarquia da União, ou seja, Território Federal, passando pelo período de estadualização da escola, e, por fim da criação da Escola Técnica Federal, sendo que desta feita, considerada efetivamente uma instituição pertencente a rede federal de educação profissional (PEREIRA, 2010, p. 258).

A escola inicialmente funcionou nas dependências da Escola de Formação de Professores de Boa Vista, até a conclusão da obra destinada a suas instalações físicas. Com a transformação do Território Federal de Roraima em Estado em 05 de outubro de1988, ocorreram alguns eventos que impediram a prática de certos atos da administração em face de Roraima ser Estado e o Governo local não dispor de orçamento próprio para realização de suas despesas.

Posteriormente, a instituição foi instalada na Av. Glaycon de Paiva no Bairro, Pricumã em Boa Vista e a partir daquele momento como Federal e, com independência financeira e administrativa, passou a gerir seus próprios recursos financeiros e a investir de acordo com suas necessidades e disponibilidades.

Dessa forma, foi desenvolvendo-se e de acordo com Lei Federal n. 11.892 de 29.12.2008- foi transformada em Instituto Federal de Educação de Roraima – IFRR, hoje com 4 (quatro) campus em Roraima e aquele onde tudo começou, conta com uma matrícula de 727 alunos do ensino médio.

No decorrer da sua história a Instituição sofreu algumas transformações a ver-se pelas suas denominações: Escola Técnica de Roraima - ET/RR, Escola Técnica Federal de Roraima - ETF/RR, Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET/RR, Instituto Federal de Educação Tecnológica de Roraima – IFRR.

Contribuição da Escola Técnica de Roraima

No contexto do desenvolvimento social e econômico de Roraima é que se compreende a grande contribuição da Escola Técnica, esta intuição de ensino foi e continua sendo, fundamental para o futuro do Estado, pois através de seus cursos pode-se qualificar e preparar uma geração inteira. A formação técnica ainda é uma excelente opção para aqueles que precisam ingressar no mercado de trabalho, sem esquecer que podem continuar seus estudos.

Figura 8 - Imagem da fachada do Instituto Federal de Roraima



Fonte: Mundo Educação. Disponível em: <http://vestibular.mundoeducacao.bol.uol.com.br>.

A Escola Técnica veio fortalecer a formação de profissionais em Roraima, possibilitando a jovens e adultos roraimenses, maiores opções de qualificação, sem terem que sair da sua zona de conforto, de sua terra natal.

Assim, a instituição chegou em um momento crucial para Roraima, com a missão de suprir uma lacuna na formação técnica, pois:

> A carência de pessoal [...] qualificado tem se constituído num dos pontos nevrálgicos mais importantes que estrangulam a expansão da educação profissional no país. Por outro lado, ampliou-se o entendimento de que essa modalidade educacional contempla processos educativos e investigativos de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas de fundamental importância para o desenvolvimento nacional e o atendimento de demandas sociais e regionais, o que requer o provimento de quadros de formadores com padrões de qualificação adequados à atual complexidade do mundo do trabalho (MACHADO, 2008, p. 14).

Para Adam Smith, filósofo e economista escocês do sec. XVIII," investir na educação profissional significa pensar em desenvolvimento de uma nação". De modo que, para este autor a educação profissional deve ser compreendida como uma importante ferramenta para que cada vez mais jovens e adultos, tenham acesso às descobertas científicas e tecnológicas da sociedade contemporânea, colocando-os definitivamente no mercado de trabalho.

Para Botelho (2009):

> Educação Profissional tem se desenhado para classes menos favorecidas como ferramenta de "ascensão social", pois à medida que esta modalidade de ensino vem congregando as novas figurações do mundo e do mercado de trabalho, possibilita o acesso dos menos favorecidos, e eleva-se o nível de escolarização da população influenciado, diretamente, no desenvolvimento social e econômico da sociedade (BOTELHO, 2009, p. 43).

Portanto, pode-se perceber, que através o ensino profissional, mediante os cursos técnicos vem contribuir, com a possibilidade de reconhecimento social com a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho, além da educação do ser na dimensão maior.

DEMONSTRATIVO: EXPANSÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO, ENTRE 1970 E 2000

A Tabela 3 demonstra o aumento do número de escolas no período de 1970 a 2000, levando-se em consideração o crescimento demográfico do Território a Estado. A partir da década de 1970 Roraima começa a apresentar um crescimento populacional significativo, em função desse crescimento demográfico, sente-se a necessidade de expansão da rede ensino.

Segundo Diniz (2006, p. 2) o crescimento se deu em decorrências:

> os principais atrativos populacionais do Estado são as áreas de assentamento agrícola, o garimpo e, há pouco tempo, a possibilidade de emprego no setor público, sobretudo da cidade de Boa Vista, que hospeda as sedes municipal e estadual, além de várias agências federais (DINIZ, 2006, p. 2).

Tabela 3 - Escolas de Ensino Médio das décadas de 1970 a 2000 (capital)

ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO	ATÉ 1970	ATÉ 1980	ATÉ 1990	ATÉ 2000
Escola Técnica de Comércio Euclides da Cunha	1955			
Escola Monteiro Lobato	1949			
Escola Lobo D'Almada	1946			
Escola Prof. Ana Libória Decreto Territorial n. 75 de 25 de março de 1975		1975		
Escola de 2º Graus Gonçalves Dias		1977		
Escola de Formação de Professores de Boa Vista, Dec. Territorial n. 11 de 24.03.1977.		1977		
Escola Hildebrando Ferro Bitencourt – Decreto Territorial n.80 de 05/09/1980.			1980	
Escola Agrotécnica de Roraima- EAR			1982	
Escola de 1º e 2º Graus Maria das Dores Brasil, Dec. Territorial n. 97 de16/12/1983			1983	
Escola de 1º e 2º Graus Prof. Camilo Dias, Dec. Territorial n. 13 de 07.03.1983. Escola de 1º e 2º Graus Prof.ª Airton Sena da Silva, Dec. Governamental 1994.n.780 de 27.07.1994.			1983	
Escola de 1º e 2º Graus Presidente Tancredo Neves, Dec. Territorial n. 79 de 07.01/1986			1986	
Escola Técnica de Roraima, Dec. 751/86			1987	
Escola de 1º e 2º Graus Senador Hélio da Costa Campos, Dec. Gov. n.114 de 12.09.1991				1991
Escola Major Alcides Rodrigues dos Santos, Dec. Governamental n.375 de 24/09/1992				1992
Escola de 1º e 2º Graus Prof. Antônio Carlos Natalino, Dec. Territorial n.1.289 de 28.09.1990, alterado pelo Dec. Governamental n. 40 de 23/01.1993.				1993
Escola América Sarmento, Decreto Governamental n. 957 de 31/05/1995				1995
Escola Luiz Ribeiro de Lima, Dec. Governamental n. 1.070 de 16.10.1995				1995
Escola Prof.ª. Wanda David Aguiar, Dec. Gov. n. 1.660 de 18.08.1997.				1997
Escola Prof. Paulo Freire. Dec. n.1.668 de 01/09/1997- doada para a UFRR				1997 doação
Escola Prof.ª. Vanda da Silva Pinto, Dec. Gov. n. 3.385 de 08.03.1999.				1999
Escola Prof. Carlo Casadio, Dec. Governamental n, 3.744 de 16.02.2000.				2000

Fonte: Elaboração própria. Baseada em: ACRE (2017).

Seguindo o pensamento de Diniz (2006), percebeu-se que a necessidade de expansão do Ensino Médio em Roraima deu-se principalmente no período entre 1970 e 2000, haja vista que, neste mesmo período a população duplicou "apresentando taxa anual de crescimento na ordem de 6,8% ao ano. Vale destacar que a população masculina apresentou taxa de crescimento geométrico de 6,9%, enquanto a feminina apresentou taxa de 6,7%" (DINIZ, 2006, p. 5).

Nota-se conforme a tabela que a expansão das escolas de Ensino Médio ocorreu entre as décadas de 1980 e 1990, a primeira marcada pela transformação do Território em Estado, a segunda pela invasão populacional em função do garimpo.

Diniz (2006) destaca que no final dos anos 1980 e o início dos anos 90, deu-se a descoberta de ouro e diamantes em terras de roraimense, trazendo milhares de garimpeiros para o Estado. Relatos dão conta que mais de 40.000 mil pessoas chegaram à região entre 1987 e 1991 e quem não foi ao garimpo, esteve ligado a ele indiretamente ou seja, em alguma atividade de suporte ao garimpeiro.

CAPÍTULO 3

Marco Metodológico

MARCO METODOLÓGICO

Neste capítulo, através dos caminhos metodológicos da pesquisa e dos métodos utilizados, buscou-se, descrever como se desenvolveu o Ensino Médio no Território/Estado de Roraima, considerando as peculiaridades do período entre 1970 e 2000, bem como fundamentos de pensadores e teóricos.

DOS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Como forma de contribuir para o registro da História da Educação em Roraima, a pesquisa de cunho histórico objetiva analisar documentos através das memórias dos sujeitos pesquisados. Assim faz-se uma incursão entre a história e memórias, na perspectiva de compreensão dos fenômenos históricos e educacionais.

Assim, faz-se uma incursão entre a história e memórias, na perspectiva de compreensão dos fenômenos históricos e educacionais. Para Borg (1963):

> A pesquisa histórica preocupa-se com o passado do homem [...] consiste em localizar, avaliar, sintetizar e sistematicamente para estabelecer os fatos e obter conclusões, referentes aos acontecimentos do passado (BORG, 1963, p. 81).

À época, entre 1970 e 2000, foi um período de grandes transformações econômicas, políticas e sociais para o contexto roraimense, trazendo reflexos significativos para o campo

educacional. Nesse sentido visou-se fazer uma descrição da trajetória histórica do Ensino Médio em Roraima para compreender como se deu a constituição dessa etapa de ensino. A pesquisa a "Educação em Roraima: Histórias e Memórias da Evolução do Ensino Médio entre 1970 e 2000" é um estudo que através dos caminhos científicos busca-se contribuir para o arcabouço histórico roraimense.

Ressalta-se, ainda, que uma das motivações para o estudo foi a possibilidade de contribuir para a pesquisa acadêmica, devido à escassez de referenciais na área que tratam da temática da História da Educação de Roraima.

Mesmo, no presente momento, atuando na área do direito, o pesquisador, entende que tem o dever de colaborar com a educação no Estado, como ser político e sujeito do processo socioeducacional. Além disto, acredita-se na relevância e impacto social do estudo como motivador para outras pesquisas na área.

Como educador e pesquisador entende-se que o desafio deste estudo é fazer história a partir da localização e sintetização dos fatos, indo além da mera narrativa. Nesse sentido Saviani (2004) julga necessário que o pesquisador deva empreender uma narrativa dos fatos com interpretações, ou seja, a partir da releitura de fotos e documentos que se apresentem na proporção da representação das versões instrucionais, memoriais e dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Por tratar-se de uma pesquisa no campo da História e da Ciência da Educação optou-se pela abordagem qualitativa, compreendendo ser a mais adequada para tratar do assunto e compreender a complexidade que envolve o campo teórico e prático da investigação.

Para André (1983), "a abordagem qualitativa cabe muito bem com complexidade e o caráter multidimensional dos fenômenos

educacionais, possibilitando ao pesquisador apreender os diversos significados proporcionados pelas experiências vivenciadas entre o campo teórico e as relações entre o indivíduo e o pesquisador, permitindo a compreensão das relações entre os sujeitos, seus contextos e as ações".

Colaborando com o pensamento de André (1983), Bogdan e Biklen (1994, p. 17) dizem que: "o caráter flexível deste tipo de abordagem permite aos sujeitos responderem de acordo com sua perspectiva pessoal, em vez de terem de se moldar a questões previamente elaboradas".

As afirmações de André (1983) e Bogdan e Biklen (1994) se fortalecem com a fala de Chizotti (2003) quando ratifica que:

> A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o real e o sujeito [...]. E o conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa [...] (CHIZOTI, 2003, p. 79).

Sem contar que na pesquisa qualitativa o pesquisador tem papel essencial, haja vista que, como pesquisador deve se portar de forma aberta, sem preconceitos, demonstrando, além de tudo, uma conduta participante, partilhando das práticas, percepções e experiências, sem, contudo, intervir nas respostas dos sujeitos.

DOS MÉTODOS

Entende-se que os métodos usados na pesquisa se moldam para responder a problemática e satisfazer os objetivos traçados, bem

como, servem para explicar algumas questões que podem aparecer no decorrer da investigação.

Como método central elegeu-se o hermenêutico, método que responde de forma satisfatória a abordagem qualitativa, como ponto de partida para as reflexões teórico-metodológicas, possibilitando ao pesquisador novos enfoques, não só em relação ao objeto de estudo, mas também ao próprio conceito ou significado da compreensão do fenômeno que se apresenta em torno da investigação.

Na atualidade, o método hermenêutico é muito usado nas pesquisas das ciências humanas e ciências da educação, tendo em vista, "sua oposição ao método analítico, que esclarece e disseca o objeto", sua grande contribuição para essas ciências, está relacionado a um método interpretativo, compreensivo e apropriado à interpretação das coisas humanas (GADAMER, 1998, p. 277).

Assim, pode-se afirmar que o método permite ao pesquisador compreender a realidade com consciência metodológica, não a termo das próprias interpretações, mas sim alicerçadas na compreensão sobre o próprio objeto a interpretar. Pois, de acordo com Gadamer (1997, p. 13): "qualquer caso de compreensão de qualquer coisa necessariamente envolve interpretação".

Para Ghedin (2016):

> Estamos sempre diante de uma realidade problemática e complexa, do mesmo modo que precisamos "objetivar" para poder "captar" o real. Mas a realidade não se mostra, por vezes se oculta em imagens inatingíveis. De certo modo, conhecer é entregar-se à realidade de forma que ela realidade que nos atinja e nos envolva a ponto de nos tornarmos parte dela. Assim, procuramos compreender as coisas que nos são incompreensíveis à primeira vista. O limite de nossa busca não está nas interpretações

> teóricas que encaminham muito bem a "objetivação" do real, mas no caminho - na metodologia - mais adequada para captar os significados que estão postos, não por objetos, mas por sujeitos que significam e ressignificam o mundo e sua realidade a cada instante (GHEDIN, 2016, p. 5).

Para Gadamer (1997) e Ghedin (2016) o método possibilita ao pesquisador conhecer as entrelinhas ocultas na mensagem, fala ou discurso do sujeito, sendo que, esta interpretação vem a ser o contexto histórico, social, econômico e político que estão no contexto do excerto encontrado nos discursos. Nesse sentido, a hermenêutica é a arte de compreender a linguagem falada e escrita. Para apoiar o método hermenêutico optou-se pelos métodos auxiliares:

a) Documental: caracterizando-se por fazer uso de fontes primárias, apesar da proximidade com pesquisa bibliográfica apresenta característica bem diferente. "A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc." DUTRA, 2002, p. 32);

b) Exploratório - analítico: segundo Kerlinger (1980), com este método o pesquisador busca aprofundar as informações sobre o assunto investigado e, transformar as informações em conhecimento científico. A partir disso, tem-se a necessidade do tratamento analítico, tendo em vista, o estudo decompor e avaliar de forma densa as informações elencadas, procurando assim, explicar o contexto do

fenômeno a partir das dimensões histórico e educacional;

c) Descritivo: o caráter descritivo visou realizar descrição em que contexto histórico e educacional se desenvolveu o Ensino Médio no Estado de Roraima no período entre 1970 e 2000. Gil (1999) e Richardson (1999) que congregam do pensamento de que " os estudos descritivos, como o próprio nome sugere, são aqueles que descrevem e identificam as características de determinada população, fenômeno ou situação;

d) Exploratório-descritivo: na concepção de Triviños (1987, p. 110): "O estudo descritivo pretende descrever "com exatidão" os fatos e fenômenos de determinada realidade", de modo que o estudo descritivo é utilizado quando a intenção do pesquisador é conhecer determinada comunidade, suas características, valores e problemas relacionados à cultura;

e) Método Etnográfico, caracterizado pela busca da identificação de um povo comunidade ou grupo social, em face do processo educacional, também é compreendido como forma de busca pelo conhecimento histórico sobre um processo em determinado período, no qual se está a pesquisar, no presente trabalho.

Dessa forma, fundamentou-se no pensamento de Caprara e Landim (2010), que citam (PIZZA, 2005), para quem; "trata-se de uma atividade durante a qual vai sendo construído o saber teórico conjuntamente à coleta de dados", o que de fato foi aplicado ao presente trabalho durante todo o período em que o pesquisador esteve em campo realizando a coleta de dados.

Tencionou-se, com combinação de métodos, responder com maior precisão o problema e atender aos objetivos. Esta associação

enriqueceu o estudo, possibilitando ao pesquisador melhor trato com determinados tipos de informações e resultados revelados no desenvolvimento da pesquisa resultado, de modo a evidenciar processos, impactos.

Mendes (2016) afirma que:

> para materialização da pesquisa, a combinação de métodos e técnicas é uma forma de construir um caminho solido, ou seja, concretizando os rumos metodológicos da investigação a partir do problema (MENDES, 2016, p. 100).

INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Neste tópico, foram utilizados como instrumentos de coleta de dados as entrevistas com roteiro, mediante as quais, foi explicado a cada um dos sujeitos entrevistados, os objetivos do trabalho, para em seguida realizar a entrevista e gravá-la.

Entrevista com Roteiro

É um instrumento complacente quando se quer obter informações qualitativas sobre o objeto de estudo. Contudo necessita-se de habilidade para conduzir o processo, caso contrário, corre-se o risco de não atingir os objetivos propostos. Portanto, o entrevistador, deve ser portador de habilidades como: domínio e conhecimento do assunto objeto da entrevista; ter capacidade de síntese e decisão; apresentar boa comunicação oral; ser imparcial e

demonstrar essa imparcialidade frente ao entrevistado e, principalmente ter autocontrole emocional.

Sampieri (2006, p. 381) afirma que: “o objetivo da entrevista é obter respostas sobre o tema, problema ou tópico de interesse nos termos da linguagem e a perspectiva do entrevistado ("em suas próprias palavras"). O "especialista" é o entrevistado, portanto o entrevistador deve escutá-lo com atenção”.

Neste estudo, a entrevista estruturada, serviu como instrumento para coleta de dados. Este instrumento possibilitou ao pesquisador traçar o perfil dos entrevistados, apresentar dados sobre a formação dos sujeitos e organizar cronologicamente os acontecimentos, estabelecendo uma relação entre fatos e memórias.

Assim apresenta-se na primeira parte: perfil do entrevistado, formação acadêmica, profissão, percurso profissional e ocupação atual.

A segunda parte é composta pelo relato: histórias e memórias dos acontecimentos relacionados ao período a ser explorado e por fim, relatos sobre o Processo de Implantação e Evolução do Ensino Médio em Roraima, desde o Território até a formação do Estado de Roraima, no período compreendido entre 1970 e 2000.

No primeiro momento da pesquisa foram entrevistados: 5 (cinco) Secretários de Educação, 3 (três) Professores que também exerceram cargos técnicos. Após explicação do objetivo da pesquisa, seguiu-se com as gravações a partir de um roteiro visando melhor atingir o objetivo traçado, roteiro esse intitulado: histórias e memórias.

Alguns sujeitos observaram não ser possível fazer um relato década a década, mas, a medida do possível foi revivendo suas memórias e relatando suas histórias. Segundo Alberti (2004, p. 23): “A história oral é a proposta de pensar que o vivido é lembrado de

forma diferente por cada indivíduo, que, ao contar algum acontecimento atribui diferentes configurações de importância ou de percepção".

Incialmente, fez-se a análise dos 8 (oito) sujeitos e de suas falas a partir das seguintes categorias: principais sendo: aspectos histórico-políticos e educacionais preferindo o uso do pseudônimo, mesmo com autorização dos entrevistados, nomeou-se por ordem cronológica do mais antigo ao mais novo no exercício do cargo ou da função.

Diante de tal fato, em relação aos Secretários e Professores, (estes fizeram parte do primeiro bloco de entrevistados) ressaltando que a letra "S" representa a palavra secretário e a letra "P" professor assim, tem-se: 5 (cinco) Secretários de Educação: (SMA01), (SIAXO2), (SDSB)3), (SHNSF04), (SAMLF05) e, 3 (três) Professores (PMMS01), (PLCR02), (PEAM03), num total de 8 (oito sujeitos).

Ressalta-se que número acima de entrevistados se deu no primeiro momento da pesquisa que antecedeu antes qualificação, posterior a pré-defesa, sentiu-se necessidade de ampliar este número em função das descobertas reveladas a partir das falas dos sujeitos. De acordo com as memórias dos sujeitos quatro escolas se destacam na construção na trajetória do ensino médio em Roraima: Escola Normal Monteiro Lobato, Escola de Formação de Professores, Escola de 2º Grau Gonçalves Dias, Escola Técnica de Roraima. Dessa forma, surgiu a necessidade de ouvir outros Professores e Diretores(Gestores), que trabalharam nessas instituições.

No segundo bloco de entrevistas foram ouvidos 1 Secretário, 7 (sete Professores e 8 (oito) Diretores que atuaram nas escolas listadas. Continuou-se a usar com os pseudônimos sendo a letra "P" professores e a letra "D" para diretores escolares, em relação aos

professores deu-se continuidade à sequência numérica e para os diretores trabalhamos sequenciado.

Assim, tem-se que para o segundo momento da pesquisa e bloco de entrevistas: (P04EDS), (P05JSC); (P06LSSP); (P07MFA); (P08AMGM); (D01CGP); (D02CPMN); (D03EDF); (D04EPS); (D05JSCA); (D06SMPDB); (D07SFS0); (D08WS). O número total de entrevistados somou 24 sujeitos sendo: 6 (seis) Secretários, 3 Técnicos 7 (sete) Professores e 9 (nove) Diretores de intuição de ensino. Deve-se afirmar que todos passaram pelos dois momentos da entrevista.

Técnicas de Coleta de Dados

Entende-se que para realização de uma pesquisa cientifica, seja primordial a escolha das técnicas de coleta de dados, tendo em vista, que são procedimentos que vão instrumentalizar os métodos que permeiam o estudo. Assim elegeu-se duas técnicas de coleta de dados: a entrevista e a história real. Em relação à etimologia, o vocábulo técnico tem origem na palavra grega tékhnee, (arte de fazer ou dizer), apreende-se a técnica como a forma de caminhar, pressupondo as nuances, os detalhes, ou seja, a operacionalização do método. O estudo trabalhou com duas técnicas a entrevista e a história oral: 3

Entrevista (gravada)

O objetivo desta técnica é solicitar ao entrevistado para falar a respeito do tema pesquisado, a partir de um roteiro estabelecido com os objetivos da pesquisa.

> As entrevistas permitem, também, uma maior interação entre entrevistador e entrevistados e um contato imediato com as informações desejadas, além de facilitar possíveis correções e esclarecimentos no próprio processo (NEVES, 2002, p. 29).

A entrevista se apresenta como técnica importante para se coletar dados e informações não registradas em documentos sobre a temática, é um método de interação entre: entrevistador e entrevistados, que no caso são considerados sujeitos da pesquisa.

Em face da densidade do trabalho as informações extraídas e as percepções dos sujeitos entrevistados, as entrevistas foram gravadas e posteriormente, descritas para análise e interpretação.

Para interpretar as percepções usou-se como técnica a análise de conteúdos dispondo os indicadores que na análise dos dados recebeu o tratamento de categorias sendo: categoria principal - aspectos históricos e aspectos educacionais e as categorias específicas aspectos legal, cultural e social.

História Oral

História oral é uma prática de depreensão de narrativas, feita por meio eletrônico e destinada a recolher testemunhos. [...] a fim de favorecer estudos de identidades e memórias culturais. Procedidas por pessoas vivas, como expressão do tempo presente, a história oral deve responder a um sentido de utilidade prática. Isso não quer dizer que ela se esgote na apreensão e de eventual análise de entrevista ou mesmo do estabelecimento de um texto (MEIHY, 2002, p. 15-16).

Concorda-se com o autor quando este compreende a história oral como uma técnica que se aproxima das soluções comuns e

tradicionais de apresentação de trabalhos analíticos em diferentes áreas do conhecimento acadêmico.

Dessa forma, usou-se como técnica da história oral por permitir ao pesquisador descrever o que o entrevistado relatou, evidenciando a riqueza das narrativas e experiências dos sujeitos em forma cronológica e/ou em termos gerais sobre um ou mais aspectos específicos.

Assim, Alberti (1998) diz que:

> [...] a história oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas. É claro que, com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos (ALBERTI, 1998, p. 4).

Essa Técnica possibilitou ao pesquisador a centrar-se na memória humana e sua capacidade de rememorar o passado enquanto testemunha do vivido. Dessa forma, pode-se compreender "a memória como a presença do passado, como uma construção psíquica e intelectual de fragmentos representativos desse mesmo passado, nunca em sua totalidade, mas parciais em decorrência dos estímulos para a sua seleção" (MATOS; SENNA, 2011, p. 93).

Segundo o pensamento de Pollak (1992, p. 204):

> Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade,

> tanto individual como coletiva, na medida em que ela é fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 204).

Por conseguinte, o grande mérito da história oral neste trabalho de pesquisa está em se utilizar das memórias dos indivíduos, para construir um arcabouço histórico, esse foi um ganho para pesquisa, a partir da memória individual, pode-se interpretar o passado e buscando atender o pesquisador o entrevistado elencou acontecimentos relacionados ao objeto de pesquisa, revivendo momentos e acontecimentos.

Para Botelho (2009) *apud* Alberti (2004):

> Entrevista de história oral permite recuperar aquilo que não encontramos em documentos de outra natureza: acontecimentos pouco esclarecidos ou nunca evocados, experiências pessoais, impressões particulares etc (BOTELHO, 2009 *apud* ALBERTI, 2004, p. 22).

TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS

Nesse tópico do presente trabalho, o pesquisador utilizou-se da entrevista gravada e da história oral, para obtenção dos dados e informações que foram prestados pelos profissionais, aqui considerados sujeitos da pesquisa.

Análise de Conteúdo

Dessa forma, outra técnica de análise usada na pesquisa foi, a análise de conteúdo, como forma de descrever e interpretar o conteúdo das entrevistas. Essa análise se deu de forma descritiva e sistemática, na perspectiva qualitativa. A técnica auxiliou na decodificação das narrativas, ajudando o pesquisador na compreensão dos significados, que vai além de uma visão do senso comum.

Por sua vez, a análise de conteúdo possibilitou ao pesquisador uma análise crítica, no que para Bardin (2011, p. 15), a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados.

Para a autora, é uma análise de significados, e também uma descrição objetiva, sistemática e qualitativa, do conteúdo extraído das comunicações e sua respectiva interpretação.

Nesse sentido, segundo Campos (2004):

> O conteúdo de uma comunicação, não obstante a fala humana, e tão rica e apresenta uma visão polissêmica e valiosa, que notadamente permite ao pesquisador qualitativo uma variedade de interpretações. Pode-se por assim dizer que o método de análise de conteúdo é balizado por duas fronteiras: de um lado a fronteira da linguística tradicional e do outro o território da interpretação do sentido das palavras (hermenêutica) (CAMPOS, 2004, p. 611-614).

O desafio esteve na abordagem dos conteúdos gerados pelos sujeitos, como enxergá-los no campo objetivo de forma palpável procurando revelar a mensagem contida nas memórias relatadas. Assim, após a realização das entrevistas, os áudios foram transcritos e digitalizados, gerando textos, iniciando-se assim, a própria análise das informações constantes das narrativas dos sujeitos, para em seguida fundamentar com os documentos, já existentes.

De maneira que, a análise de conteúdo é uma técnica combinada por procedimentos sistemáticos proporcionou assim o levantamento de indicadores que permitiu a realização de inferência de conhecimentos. De forma que, o conteúdo gerado pelos sujeitos recebeu o tratamento da análise de conteúdo categorial, uma das possibilidades da técnica de análise de conteúdo, uma forma minuciosa e objetiva para se desvendar as mensagens contidas nas memórias relatadas pelos sujeitos.

SUJEITOS DA PESQUISA

Com objetivo de alcançar maior número de informações e dados originais tem-se como sujeitos da pesquisa: Secretário de Educação, Professores e Diretores (Gestores) de escolas e Técnicos, "os sujeitos de uma pesquisa são aqueles que fornecerão os dados que o autor necessita para fazer a pesquisa" (VERGARA, 2005, p. 53). A pesquisa qualitativa não carrega o rigor numérico, "com frequência esse enfoque está baseado em métodos de coleta de dados sem medição numérica" (SAMPIERE, 2006, p. 5).

Colaborando com o pensamento de Sampiere (2006), Duarte (2002, p. 1) afirma que "tudo depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da

profundidade e do grau de recorrência e divergência destas informações".

A seleção dos sujeitos obedeceu ao critério profissional e temporalidade e os princípios de:

> a) reconhecimento da singularidade do sujeito, significando "conhecê-lo, ouvi-lo, escutá-lo, permitir-lhe que se revele";
>
> b) reconhecimento da importância em se conhecer a experiência social do sujeito, o que significa compreender a sua trajetória histórica no contexto social."; c) conhecimento do modo de vida do sujeito pressupõe o conhecimento de sua experiência social (KOCOUREK, 2017, p. 15).

De forma que, quem participa do processo mantém uma relação estreita com dois aspectos principais da pesquisa. (DOXSEY; DE RIZ, 2002-2003, p. 44-50).

Tabela 4 – Demonstrativo de funções

SUJEITOS DA PESQUISA	QUANTITATIVO
Secretários de Educação	06
Técnicos	03
Gestores Educacionais	09
Professores	06

Fonte: Elaboração própria.

Do Perfil dos Sujeitos da Pesquisa

Para o teórico VYGOTSKY (1991, p. 34), "a relação do sujeito com o mundo não é uma relação direta, mas mediada por instrumentos que orientam a ação humana, sendo a linguagem e as memórias mediadoras da constituição social da consciência".

Dos Secretários tem-se: 01 Licenciada em Matemática, 02 Licenciados em História, 02 Licenciados em Letras, 01 Licenciado em Biologia, dentre os quais dois são Doutores em Ciências da Educação. Em relação aos Professores 01 Licenciada em Pedagogia, 01 Licenciado em História e 01 Licenciado em Educação Física e Mestre em Educação.

Em relação aos Secretários quatro são nascidos em Roraima sendo que dois são de outros Estados, um nasceu na Bahia e outro em São Paulo. Fato que dentre os Secretários entrevistados predominou os roraimenses, dado importante dos Professores é que a maioria é roraimense. Quanto ao tempo de serviço público observou-se que os 6 (seis) Secretários entrevistados são aposentados, ou seja, todos com mais 25 anos de serviço à educação.

Em relação ainda, aos Secretários, são 4 (quatro) são do sexo feminino e 2 (dois) do sexo masculino. Dado o espaço temporal investigado entre (1970 a 2000) percebe-se a presença, em maioria, das mulheres no exercício do cargo de Secretário de Educação em Roraima.

Segundo Monteiro e Gatti (2012, p. 7) no artigo "A mulher na História da Educação Brasileira: entraves e avanços de uma época", texto que faz uma reflexão histórica do papel da mulher no século XIX na educação.

Na função de Professor e Técnico há equivalência entre o sexo masculino e feminino (três homens e três mulheres), em relação

aos Diretores Escolares tem-se a predominância das mulheres (seis mulheres e dois homens) com formação variando entre as Licenciaturas em Educação Física, História e Pedagogia.

Por oportuno dentre os Professores 3 (três) são aposentados, enquanto que o professor (PLCR020) tem 46 anos com experiência nos diversos segmentos do sistema educacional (docência, técnico, dentre outros e, após a aposentadoria retornou as atividades, trabalha a SEED/RR em setor técnico e, o Professor (PEAM0301) encontra-se em pleno exercício na rede de Ensino Federal, mesmo com mais de 25 anos de magistério encontra-se (exercendo função técnica, na Reitoria do IFRR), um aguarda aposentadoria e os demais encontram-se em efetivo exercício das funções do magistério.

Quanto aos Diretores Escolares observou-se que 3 (três) são aposentados, os demais ainda se encontram em efetivo exercício das funções do magistério.

Vale ressaltar que em Roraima não há concurso público para o cargo de Diretor de unidade escolar, logo os professores de carreira em determinado momento exercem o Cargo Comissionado ou a função de Diretor de unidade Escolar. Uma característica herdada do período e do modelo político do ex-Território Federal de Roraima.

A pesquisadora Meira (2009, p. 11) traz uma importante contribuição ao fenômeno "professor aposentado na ativa", onde pesquisa professores aposentados e quais os motivos para seu retorno à docência? A pesquisa aponta que "A abertura de espaço no mercado de trabalho para profissionais já aposentados é um fenômeno que a cada dia mais se faz presente em nossa sociedade".

O esquema, disposto no quadro 4, chamado de convergência de fontes do autor Yin (2001), sintetiza o caminho percorrido pelo pesquisador, buscando responder à pergunta problema.

Quadro 1 - Convergências de fontes

Levantamento Bibliográfico	→	descobertas	→	conclusões
Análise de documento	→	descobertas	→	conclusões
Entrevistas	→	descobertas	→	conclusões

Fonte: Elaboração própria.

CARACTERIZANDO OS INDICADORES

No tópico, procurou-se a transformação dos indicadores em categorias, de acordo com as quais foram observados e descritos os aspectos histórico-políticos, bem como os aspectos educacionais, como uma construção através da cronologia dos fatos relevantes.

Categoria Principal

A categorização foi procedimento escolhido para congregar dados, ponderando os elementos que pudessem auxiliar a alcançar os objetivos da pesquisa. Assim, para processo de análise, transformaram-se os indicadores em categoria. Pode-se afirmar que, em uma pesquisa cientifica, trabalhar com as categorias é sempre um processo complexo, porque estas estão sujeitas à variação de fatores.

Neste caso, traçou-se as categorias principais e especificas que foram baseadas, primeiramente, na fundamentação teórica e, depois, na percepção dos sujeitos da pesquisa.

Em relação à pesquisa em tela, as categorias elencadas para a análise da coleta de dados tiveram origem nos autores que apoiam a sustentação teórica da pesquisa e, estão em harmonia com os

objetivos traçados pelo pesquisador. Nesse sentido definiram-se duas categorias principais:

a) Aspectos histórico-políticos: entende-se como a cronologia de fatos e/ou relatos, bem como, documentos históricos com revelações incomuns sucedidos em um determinado período do tempo, bem como, os acontecimentos políticos relativos ao Estado, ou seja, a organização, orientações e modelo de governo relacionado aos problemas de interesse coletivo. Afinal como dizia Aristóteles o homem é por si só, um animal político e a política está intrínseca em todas as atitudes humanas.

b) Aspectos educacionais: esta pesquisa é compreendida como uma abordagem da construção do conhecimento pré-determinado em uma época determinada, bem como, as políticas elaboradas para este fim.

A categorização possibilitou ao pesquisador dar um maior sentido a coleta de dados e, também possibilitou ao pesquisador a síntese dos dados e conclusão da pesquisa. Para Sampiere (2016, p. 441):

> Cada categoria se describeen términos de su significado (¿a qué se refierelacategoría? ¿Cuál es sunaturaleza y esencia? ¿Qué nos "dice" lacategoría? ¿Cuál es su ignificado?). Luego, se ilustra o caracteriza com segmentos (SAMPIERE, 2016, p. 441).

Desenho da Pesquisa

Quadro 2 - Design da Pesquisa

TEMA	Histórias e Memórias da Trajetória do Ensino Médio em Boa Vista- Roraima, no período entre 1970 e 2000					
PROBLEMA DE PESQUISA	Como se desenvolveu o Ensino Médio no Estado de Roraima no período entre 1970 e 2000?					
OBJETIVO GERAL	Analisar a trajetória do Ensino Médio em Boa Vista - Roraima, no período entre 1970 e 2000, considerando o contexto histórico-político e educacional do período.					
Ordem	**Objetivos Específicos**	**Tipo De Pesquisa**	**Métodos**	**Técnicas**	**Indicadores**	**Instrumentos de Coleta de Dados**
A	Identificar as dimensões históricas e políticas do Ensino Médio em Boa Vista, no período compreendido entre 1970 e 2000, por meio das entrevistas com os sujeitos da pesquisa e análise documental;	QUALITATIVA	Hermenêutico Documental/ Exploratório/ Etnográfico	Análise de Conteúdos	a)Histórico-político	ICD 02/16: Levantamento Bibliográfico e Análise Documental.
B	Descrever a trajetória do Ensino Médio em Roraima entre 1970 e 2000, tendo como referência às dimensões históricas, políticas e educacionais do período por meio das entrevistas com os sujeitos da pesquisa e análise documental;		Hermenêutico Exploratório/ Descritivo/ Etnográfico	Análise de Conteúdos	b)Educacional	ICD 04/16: Levantamento Bibliográfico e Análise Documental.
C	Reconhecer os desafios e avanços do Ensino Médio para a Educação em Roraima entre 1970 e 2000; por meio das informações e documentais existentes;		Hermenêutico Exploratório/ Analítico	História Oral		ICD 03/2017: Entrevista com Roteio e Gravada
D	Apresentar as contribuições do Ensino Médio no desenvolvimento da sociedade roraimense, no período entre 1970 e 2000 por meio das informações e documentais existentes;		Hermenêutico Exploratório/ Descritivo	História Oral		ICD 04/2017: Entrevista com Roteiro e Gravada
E	Criar um blog Interativo, como meio de divulgação de produção científica, sobre "Histórias e Memórias da Trajetória do Ensino Médio em Boa Vista, RR, entre 1970 e 2000", construído por plataformas digitais.	*WORDPRESS*	Descritivo	CSS		ICD/: 05/2017: Blog Histórias e Memórias da Educação em Roraima, interatividade entre pesquisadores, acadêmicos, profissionais da educação e comunidade social, como meio de divulgação de produção científica em torno da temática.

Fonte: Elaboração própria.

Lista de Entrevistados

 Ana Maria Lima de Freitas	 Altivyr Lopes Marques	 Diva da Silva Briglia	 Hildebrando Solano Neves Falcão	 Ilma de Araújo Xaud
 Sônia Fátima dos Santos	 Ana Maria Gois Mesquita	 Cleonides Gomes Pereira	 Cleodon Pereira de Melo Neto	 Edlauva Oliveira dos Santos
 Edmelza Faria Rodrigues	 Edivaldo Pereira da Silva	 Emanuel Alves de Moura	 José Ivanildo Dantas	 Janice de Souza Cruz Araújo
 Joseane de Souza Cortez	 Leila Soares de Souza Perussolo	 Heitor da Silva Briglia	 Laymerie de Castro Ramos	 Maria de Fátima Araújo
 Maria Mirna Souto Maior Sarah, 1	 Sandra Mara de Paula Dias Botelho	 Maria Antonia de Melo Cabral	 Wilton Santos	

CAPÍTULO 4

Análise e Discussão dos Dados
sobre Ensino Médio em Roraima (1970-2000)

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS SOBRE ENSINO MÉDIO EM RORAIMA (1970-2000)

O capítulo apresenta a análise dos dados a partir das categorias principais: histórica, política e educacionais, caracterizadas no capítulo anterior. Os estudos das falas dos sujeitos foram categorizados e comentados à luz da análise de conteúdo, procurando registrar a História e Memórias da trajetória do Ensino Médio em Roraima, no período entre 1970 e 2000.

Por oportuno, interessante se faz dizer que, escrever sobre a trajetória do ensino médio em Roraima, subsidiado pelos relatos memoriais e históricos, nos leva a passear, pelos aspectos históricos, políticos e educacionais. Assim sendo, durante a análise, percebe-se que se revela nas falas, a partir das memórias e experiências vividas por esses sujeitos, evidências de aspectos históricos, políticos e educacionais que contam como se desenvolveu o Ensino Médio, em Roraima, no período entre 1970 e 2000.

Portanto, procurou-se compreender o papel dessa etapa do ensino para o desenvolvimento social, econômico e educacional, bem como, contextualizar a História da Educação em Roraima que merece ser registrada e amplamente divulgada. O acesso à memória desses educadores nos possibilitará contribuir com a construção da identidade da História da Educação em Roraima.

Entre histórias e memórias

De acordo com a categoria mencionada, procurou-se descrever, à luz das falas dos sujeitos da pesquisa, os aspectos histórico-políticos, bem como os aspectos educacionais,

considerando o que mais foi memorizado pelos entrevistados, como fatos importantes para o desenvolvimento do ensino médio.

Aspectos Histórico - Políticos

"Não há trabalho de campo que não vise a um encontro com um outro, que não busque um interlocutor" (AMORIM, 2004, p. 16).

O trabalho de análise inicia-se com a categoria principal aspectos histórico-políticos, em que se buscou evidenciar, por meio dos relatos de vida e experiência vivenciados pelos sujeitos da pesquisa, no espaço temporal entre 1970-2000, e, por meio de uma retrospectiva, questões que contribuíram com a trajetória do Ensino Médio em RR e, até hoje fazem parte das memórias desses educadores.

Nesse sentido, fez-se uma análise das falas de Secretários de Educação, de Professores, de Técnicos e Gestores, personagens vivos e em determinados momentos pioneiros nas instituições de ensino, na docência, gestão, assessoramento, ou à frente da pasta responsável pela coordenação e funcionamento do sistema educacional.

a) Secretário (SMA01):

> Foi professora de Ensino Primário e Secundário em Boa Vista /RR. Em 1964 e 1965, lecionou no grupo Escolar São Vicente e no Colégio Monteiro Lobato. [...] e de Ensino de 2º grau, em Boa Vista, de 1972 a 1973 foi docente da disciplina matemática no Colégio Monteiro Lobato (SMA01 [maio2017, Entrevista I concedida ao pesquisador).

Um dado evidenciado na entrevista da Secretária (SMA01), diz-se da atuação como docente. Foi educadora do Colégio Monteiro Lobato em dois momentos distintos 1964-1965 e 1972-1973, já como Escola de 2º Grau Monteiro Lobato. O primeiro período, não compreende o objeto de pesquisa, mas compreende-se que sua contextualização se faz relevante. Historicamente nesse período, tem-se a recente mudança do nome de território do Rio Branco para Território de Roraima (1962), nome escolhido por votação secreta pelos alunos do Ginásio Euclides da Cunha-GEC.

Para o contexto social e político local, teve grande significado, uma vez que além da escolha, ser realizada por uma votação de estudantes locais, a mudança de nome decorreu de um Projeto de Lei, cuja iniciativa foi de um Paramentar Federal representante do Território na Câmara dos Deputados. É interessante lembrar que Roraima, na língua indígena, quer dizer "serra verde", uma alusão ao verde da floresta amazônica, pois o Estado se encontra dentro da Amazônia Legal.

Portanto, de acordo com Freitas (1996) nesse período Roraima, era governado por Francisco de Assis Albuquerque Peixoto, Procurador Geral, que veio do Estado do Amazonas, indicado pelo então Deputado Federal Gilberto Mestrinho, tendo governado no período de fevereiro de 1963 a julho de 1964. Um governo de curto prazo que associado à falta de conhecimento do Território, região ainda pouco explorada, quase nada pode realizar, não há registros de grandes ações realizadas por esse governo.

Por oportuno, no segundo momento de 1972-1973, é marcada pela implementação do Plano de Integração Nacional (PIN), plano elaborado como ação conjunta entre a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, duas autarquias federais, criadas com propósito, no desenvolvimento regional. O

plano tinha como um dos objetivos, financiar obras nas áreas de difícil acesso.

Dessa forma, a SUDAM foi criada pelo Presidente Castelo Branco em 1966, com o objetivo de promover o crescimento da Amazônia, sendo que um dos feitos da SUDAM, em Roraima na década de 1970, foi a construção da BR-174.

> Rodovia longitudinal que iria cortar no sentido Norte - Sul, ligaria Manaus, Capital do Estado do Amazonas e Boa Vista a época Capital do Território Federal de Roraima, e daí até a Venezuela que serviria de via de escoamento para transportar mercadorias para aquele Estado e a produção da Zona Franca de Manaus (SIMPÓSIO DE HISTÓRIA, 2015, p. 6).

Por conseguinte, a Rodovia Federal-BR-174, foi planejada para ligar o Território, hoje, Estado com as demais regiões e, que poderia trazer o desenvolvimento e progresso. Dessa forma, que o tirá-lo-ia do isolamento.

Para se ter uma ideia da importância dessa rodovia e noção do isolamento vivenciado pela população, alguns números revelam às demais capitais do país, em face dessas distâncias: Boa Vista/Manaus (785 km), Boa Vista/Brasília (4.275Km), Boa Vista/São Paulo (4.756 km); Boa Vista/Porto Alegre (5.348 km); Boa Vista/Caracas-VE (1.582 km).

Portanto, a Rodovia Federal - BR-174 possibilitou o deslocamento via terrestre, da população o, que até então, só se dava via aérea ou fluvial, esta, especialmente, no período das cheias dos Rios: Branco-RR e Negro-AM. No entanto, sua construção também, trouxe dissabores para a população indígena, pois, foi planejada cortando as terras indígenas WAIMIRI- ATROARI.

> O traçado feito pelo DNER[7], para ligação rodoviária de Manaus/Boa Vista [...] compreendida a travessia da região habitada pelos índios Atroaris e Uaimiris, nas nascentes do rio Santo Antônio e a bacia do curso do médio do rio Alalaú (PEREIRA, 1967, p. 47).

Figura 9 – Imagem de obras na BR-174 (1972)



Foto: Acervo/6º BEC.

Outro fato, importante desse período foi a implantação da nova estrutura administrativa do Território de Roraima em 1974.

[7] DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Órgão Federal vinculado ao Ministério dos Transportes. O DNER foi substituído pelo DNIT, que significa Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Instalação do Palácio da Justiça, atualmente Fórum, Advogado Sobral Pinto.

> Ainda tem-se para esta década: Instalação da primeira Legislatura da Câmara de Vereadores, da Capital e a Criação da TV Roraima a televisão, no território, que foi implantada no governo do Cel. Av. Fernando Ramos Pereira (FREITAS, 1993, p. 191).

Para Porto (s.d., p. 1):

> Efetivamente, as instalações dos Territórios Federais, sob a orientação de um processo legal, deram-se à luz da Constituição de 1937. Esta Carta Magna apresentou melhores diretrizes que a anterior, pois segundo o seu art. 6°: a) houve uma justificativa para a sua criação: A União poderá criar, no interesse da defesa nacional: b) determinou que as suas áreas fossem oriundas de partes desmembradas dos Estados: e c) a sua administração seria regulada por lei especial.

Assim sendo, os territórios federais foram criados pelo governo federal para incentivar o preenchimento de áreas com pouca ou quase nenhuma densidade demográfica, sendo o seu principal objetivo gerir suas potencialidades e possiblidades naturais, e garantir o domínio e ocupação da região de fronteira nacional.

Portanto, encontram-se, assim, os primórdios da década de 1970, o discurso do desenvolvimento, com o povoamento das áreas rurais e urbanas do Território Federal de Roraima. Isso se tornou motivo para a criação e instalação de unidades escolares que fossem formadoras de recursos humanos que atendessem as necessidades da

população e do Poder Público com o preenchimento de seus quadros funcionais e com pessoas preparadas. Logo a memória do sujeito revelou essa realidade vivida à época.

b) Secretário (a) (SIAXO2):

> O segundo sujeito a ser entrevistado foi a Secretária (SIAXO2) que exerceu suas atividades profissionais no período de 1972 - 1997, atravessando quase três décadas, historicamente vivenciou muitas mudanças (é filho da terra de Macunaíma), sua memória histórica diz da passagem de Território Federal a Estado.

Ressalta o momento de transição (Território - Estado):

> Assisti o Território passar para Estado em 1988 e vivi também, o primeiro processo eletivo do Estado (1990), com voto direto. Foi eleito o então, Brigadeiro Otomar de Sousa Pinto, que já tinha governado o Território de 1979 a 1983, veio nomeado governador biônico, pelo então Presidente da República João Figueiredo (SIAXO2 [junho2017] Entrevista II concedida ao pesquisador).

Em 1979, Ottomar de Sousa Pinto assume o governo de Roraima, em substituição a Fernando Ramos Pereira. Encontra uma sociedade dividida, entre os grupos de Fernando Ramos Pereira, Júlio Martins e Hélio da Costa Campos, buscando uma gestão que atendesse aos interesses do governo federal. Desta forma, optou por um modelo de gestão pacificadora. Conforme Freitas (1993, p. 195):

"Formando um secretariado de respaldo popular e de partidários das duas correntes arenistas, e na sua maioria, de homens identificados com o povo do território".

Portanto, nesse período, do governo de Ottomar de Sousa Pinto, é marcado pelo desenvolvimento de diretrizes como: ocupação espacial do território, atividade pecuária, e recuperação do lavrado. A partir desse governo, a Secretaria de Planejamento (SEPLAN/TFRR) passa a ser gerida por Getúlio Alberto Souza Cruz, natural de Roraima, e filho de uma grande família.

Então, a partir de sua posse, houve outros projetos para vias de desenvolvimento do território como: Projeto Carneiro, Projeto Pecuária, Projeto Milho, Projeto Caju, Projeto de construção da Hidrelétrica do Contigo, Projeto Diamante, Projeto Cata-vento, Projeto Cana-de-Açúcar, Projeto Café, Projeto Bacia Leiteria, Projeto Arroz, criação e Instalação da Escola Agrotécnica de Roraima no ano de 1982 e Construção do Matadouro Frigorífico-MAFIR, no mesmo período. Além de que nesse governo consolidaram-se as colônias agrícolas de Alto Alegre, Cantá e Mucajaí hoje, todas emancipadas como municípios.

Nesse sentido, Roraima vivenciou a prática de governos nomeados até os idos de 1990, em função de Território ser uma autarquia do governo federal. Deste modo, não podia ter seus governadores eleitos pelo povo, tendo como prerrogativa eleger somente Deputados Federais. Somente com a criação do Estado em 1988, o povo roraimense pode participar das eleições gerais com o pleito para governo, momento histórico para uma população acostumada a governos indicados pelo governo central do país.

Ressalte-se ainda que, nos Municípios existentes em Roraima, só havia eleições para vereadores, visto serem considerados áreas de segurança nacional por estarem localizados em área e fronteira. Por esse motivo, foram realizadas eleições gerais

nesse nível somente no ano de 1985, quando foi eleito o primeiro Prefeito da Capital o Advogado Sílvio Sebastião de Castro Leite, que veio a ser assassinado antes de encerrar o mandato. Conforme descreve STF (2008) no relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade-ADI- 1.921:

> A criação do Estado do Roraima deu-se com a promulgação da Constituição de 1988, ou seja, em 5-10-1988, tendo a sua instalação se projetado no tempo. O Decreto Legislativo 9/1998 da Assembleia local foi editado quando já decorridos 10 (dez) anos da criação do Estado, razão pela qual não estava obrigada a observar os parâmetros inscritos no art. 235 da Carta Magna. Distinção entre criação e instalação de Estado revelada no julgamento da ADI 1.921 (STF, 2008, p. 11).

A Assembleia Nacional Constituinte de 1988, foi quem atendeu a proposição da transformação dos Territórios do Amapá e Roraima em Estados, unidades da federação. Assim, em 5/10/1988, promulgou-se a Constituição Federal em respeito aos comandos normativos constantes do art.14 das Disposições Constitucionais Transitórias-ADCT, elevando os territórios a estados, alterando de vez o mapa geopolítico do país.

Segundo Santos (2010, p. 325), mesmo depois de sua elevação a Estado Roraima ainda, vivenciou dois governos biônicos: o primeiro com o pernambucano Romero Jucá Filho (de set./1988 a mar./1990) e o segundo com o alagoano Rubens Vilar de Carvalho (março a dezembro de 1990.

No entanto, somente em 3 de outubro de 1990 ocorreu o primeiro pleito eletivo, consagrando Ottomar de Sousa Pinto, o primeiro governador eleito do Estado de Roraima, permitindo sua

estruturação política e administrativa e, consequentemente o colocou no cenário nacional, com uma bancada de 08 Deputados Federais representando o Povo e 03 Senadores, como representantes do próprio Estado, no Congresso Nacional.

Pode-se perceber que o quadro político local, com a escolha de representantes da sociedade roraimense no cenário político sempre sofreu influências do governo central quer pelas ações ou ainda por uma espécie de amarras que ocorria através da legislação aplicável.

Dessa forma, o que criava um sentimento de frustração de seu povo pela falta de oportunidade de escolher e ser escolhido, princípio básico da Democracia experiências também vivenciadas pelas unidades escolares que experenciaram a escolha de Gestor/Diretor por eleições diretas, não bem-sucedidas, mas cuja prática vem sendo mantidas pelas Instituições do Sistema Federal.

c) Secretaria (SDSB03):

> [...] aqui a gente quase não percebemos a revolução [...] comunicação mínima para casa e não tínhamos as informações de hoje que nós temos daquele tempo e dos tempos de hoje. Então vivíamos realmente numa cidade pequena e pacata. (SDSB03 [junho2017] Entrevista III. Entrevista concedida ao pesquisador).

Por oportuno, a fala da entrevistada evidencia a falta de comunicação e informação vivenciada pela população roraimense, tendo em vista, que a televisão só chegou em 1974. Portanto, havia pouco acesso ao que estava acontecendo nesta época em outros pontos do país.

Por conseguinte, a falta desses elementos ratificados na fala, retrata a importância da comunicação e informação para desenvolvimento de uma sociedade, de forma que hipoteticamente, compreende-se como um dos motivos para o desenvolvimento tardio dos aspectos econômico, social e cultural desse Roraima.

Por oportuno, como a pesquisa está contextualizada no período entre 1970 e 2000, entende-se que até 1974, com o advento da televisão, a sociedade local deixou de experienciar, principalmente, o processo de luta para democratização do país, em face do regime político que o Brasil viveu entre 1964 e 1985.

Portanto, observe-se, que a mobilização da população no restante do país, foi à força motora para se chegar à democracia, papel esse, não vivido pelos roraimenses, visto que, de fato, era um povo isolado dos principais acontecimentos políticos.

A década de 1970, "com a crise do regime militar brasileiro, a questão teórica da democracia foi substituindo outras - por exemplo, o nacionalismo, a luta armada - na preferência dos intelectuais de esquerda" (SAES, 1998, p. 145).

Dessa forma o meio de comunicação de massa (Televisão) chegou em Roraima bem, no período da efervescência da luta pela democracia, foi a partir de 1975, quando a oposição ao regime começou mais fortemente o processo de mobilização social do povo. Assim sendo, a luta pela democracia continuava "com mesmo ardor, o mesmo idealismo, só que com maturidade, com substância".

"Dessa forma, o segredo estava na mobilização da sociedade civil" (AQUINO, 1996, p. 25). Enquanto isso, a sociedade roraimense "pequena e pacata" vivenciava como processo de desenvolvimento e progresso, eventos outros conforme pode-se constatar no Quadro 7.

Quadro 7 - Fatos Históricos de Roraima

ANO	FATOS
1970 - 72	Implantação das colônias agrícolas do Alto Alegre e Socaraima; Primeira Legislatura da Câmara dos Vereadores da Capital;
1972	Inauguração da Catedral Cristo Redentor na Capital;
1972 - 74	Implantação da nova estrutura administrativa do Território Federal de Roraima;
1975	Abertura da Manaus/Boa Vista/BV-8 (Fronteira com a Venezuela), denominada BR-174;
1977	A Rádio Difusora é transformada em Rádio Nacional, passando a integrar o Sistema Radiobrás;
1978 - 79	Instalação do Palácio da Cultura na Capital;
1979	Criação da Companhia de Desenvolvimento de Roraima – CODESAIMA;
1982	Redivisão administrativa do Território, com a criação de seis municípios: São João da Baliza, S. Luiz, Normandia, Bonfim, Alto Alegre e Mucajaí. (Lei Federal 7.009/82).

Fonte: ASSIS, A. A. Serie Monográfica (Município de Boa Vista) 1987. Território Federal de Roraima.

O isolamento do território se deu principalmente pela falta de integração com o restante do País, fato que só foi superado com a construção da BR-174, a falta dos meios de comunicação e informação, deixou a população de certa forma desinformada, segundo Assis (1987), apesar de já contar com a Rádio Difusora, transformada em Rádio Nacional, passando a integrar o Sistema Radiobrás e a TV Roraima.

Portanto, a instalação da Televisão, da Radio Roraima, esta última vinculada ao sistema Radiobrás, fizeram surgir fontes de informação para o povo roraimense que se ressentia de tais fontes de conhecimento. No entanto, mesmo quando a população obtinha algum tipo de conhecimento, alguns profissionais que aqui se aportavam e muitas vezes, apontavam o povo como sendo sem cultura.

Notadamente, que não seria essa uma verdade absoluta, no entanto, tais afirmações feriam a sensibilidade do povo, pois sempre acolheram a todos com dignidade e da melhor forma possível, com o jeito "macuxi" de receber.

d) Secretário sobre memória histórica (SHNSF04):

> [...] a transformação do Território em Estado, aí, vem naquela época, de fazer a transição, sob a orientação do próprio governador, nós temos que desgarrar de Brasília. [...] criando diretrizes próprias (SHNSF04 [junho 2017] Entrevista IV concedida ao pesquisador).

A nova situação institucional procurou dar fundamentos as linhas estruturais de governabilidade, sobretudo a partir do Governador eleito entre 1991 e 1994, respeitando o enunciado do parágrafo 1º do art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1998, referente às mudanças geopolíticas (OLIVEIRA, 2003, p. 230).

Dessa forma, a implantação do novo estado trouxe consequências, no tocante a máquina administrativa, em função de sua transformação em uma nova unidade federada, com autonomia e governo próprio. E também, nas questões ligadas ao setor primário (agricultura e pecuária). Em Roraima, os governos sempre tiveram dificuldade para desenvolver este último, em virtude da questão fundiária.

> A Fundação do Meio Ambiente e Tecnologia de Roraima (AMBTEC) [...] apontava dados da atual situação das terras de Roraima, lançando dúvidas

> sobre a solução fundiária, pois mais de 76% da área do Território é de propriedade da União, sendo administrada por órgãos federais impedidos de abrir mão da jurisdição sobre o território (OLIVEIRA, 2003, p. 240).

Santos (2010, p. 327) reforça o pensamento de Oliveira (2003) afirmando que, "desde os tempos de Território, sofre-se com o desinteresse e com o esquecimento por parte do Governo Federal". Assim, a partir de agora, tinha um grande desafio, se desenvolver a partir de sua própria economia. Pois, de acordo com a legislação que o emancipou, o Estado tinha amparo federal somente pelos próximos dez anos, ou seja, de 1988 a 1998.

Indispensável perceber que nos anos de 1988, ano de sua emancipação, 1989, 1990, Roraima, não dispôs de administração autônoma, em face do período de transição. Neste período até a posse dos governantes e representantes eleitos pela sociedade, O Estado dispunha de orçamento aprovado pelo Congresso Nacional.

O novo governo tinha como desafio "criar uma nova ordem política, de liberdade, sem descurar a questão social e os problemas do estado, sem mando nas suas terras, nas suas fronteiras" (OLIVEIRA, 1991, p. 12-13). É tanto que, até os dias atuais a economia, fundamenta-se ainda, no setor terciário, com participação altíssima da administração pública, a chamada economia do contracheque.

Percebeu-se, ainda, que para a estruturação do Estado de Roraima, no período de transição, quem legislava sobre matéria financeira era o Congresso Nacional.

Logo, para os exercícios financeiros entre 1988, 1989 e 1990, os recursos administrados pelos governos que estiveram à frente do Poder Executivo Estadual foram aqueles aprovados pelo Congresso

Nacional, visto que o ente federativo não dispunha de Poder Legislativo local para legislar a respeito.

Por último registre-se que no exercício de 1991, o Poder Legislativo Estadual aprovou a primeira Lei Orçamentária Estadual, para ser aplicada no exercício financeiro de 1992. Deste modo, compreendendo-se o porquê de as memórias dos entrevistados apontarem a transformação do Território de Roraima em Estado como acontecimento marcante.

e) Secretária (SAMLF05):

Por sua vez, a última Secretária entrevistada, no primeiro bloco, sob o pseudoanônimo de (SAMLF05), é roraimense, foi Secretária por duas vezes, carregando a bagagem da docência e da gestão, aponta como uma das memórias, a criação dos Poderes Legislativo e Judiciário no Estado.

> Assim manifestou-se: Talvez a gente não consiga pontuar ano a ano anualmente, mas dentro desse período [...]. Como Estado ele começa a se desenvolver, ter suas próprias estruturas, o seu Legislativo e Judiciário, ou seja, começa uma nova história e essa história também influencia (SAMLF05 [junho2017] Entrevista IV concedida ao pesquisador).

Por conseguinte, com a eleição do primeiro Governador do Estado em 1990, também, se deu a eleição da primeira bancada estadual, eleita para formação e composição do Poder Legislativo. Bancada formada por 24 Deputados sendo: quatro mulheres e 20

homens. Uma legislatura marcada pela presença de migrantes dentre seus membros, visto que, do montante, somente oito Parlamentares Estaduais, nasceram no Estado.

Roraima, pertence à região amazônica e, é também área fronteiriça, portanto, estava dentro do plano de ocupação da Amazônia. A política da ocupação dessa região remonta aos governos militares, com um discurso nacionalista de unificação do país por meio da integração, e ainda, com o discurso de proteção da floresta contra a internacionalização. Era a política do "Integrar para não Entregar".

Por oportuno, conforme o dizer do Presidente Emílio Garrastazu Médici (1970) também, "levar os homens sem-terra do nordeste para as terras sem homem da Amazônia". Tanto que dos 24 Deputados dentre os eleitos se têm representantes das cinco regiões do país: norte, nordeste centro-oeste, sul e sudeste. Sendo que a predominância neste período está com os nordestinos. Povo responsável por boa parte da colonização e desenvolvimento do Estado.

O quadro a seguir traz a composição da Primeira Legislatura do Estado de Roraima. Legislatura marcada pela seguinte conjuntura partidária: 6 Deputados Eleitos pelo Partido Trabalhista Brasileiro-PTB, 2 Deputados Eleitos pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, 4 Deputados Eleitos pelo Partido Liberal – PL.

Por sua vez, o Estado ainda contou com, 5 Deputados eleitos pelo Partido da Frente Liberal - PFL, 3 Deputados Eleitos pelo Partido da Social-Democracia Brasileira - PSDB, 1 Deputado Eleito pelo Partido Democrático Trabalhista - PDT, 1 Parlamentar Eleito pelo Partido da Renovação Nacional - PRN e 2 Deputados Eleitos pelo Partido Social Democrático - PSD, sendo a maior bancada a sigla partidária do PTB, também partido do Governador.

Quadro 8 - Primeiros Deputados Estaduais de Roraima - Constituintes

Nº	NOME	SIGLA PARTIDÁRIA	NATURALIDADE
1	Airton Antônio Soligo - **Airton Cascavel**	PTB	Paranaense
2	Almir Morais Sá - **Almir Sá**	PMDB	Paranaense
3	Antônio Evangelista Sobrinho – **Antônio Pampinha**	PTB	Cearense
4	Celio Rodrigues Wanderley – **Célio Wanderley**	PL	Roraimense
5	Eulina Gonçalves Vieira - **Irmã Eulina**	PFL	Maranhense
6	Evônio Pinheiro de Menezes – **Babé Menezes**	PMDB	Roraimense
7	Édio Vieira Lopes - **Edio Lopes**	PSD	Paulista
8	Francisco de Sales Guerra Neto – **Chico Guerra**	PRN	Roraimense
9	Herbson Jairo Ribeiro Bantim – **Berinho Bantim**	PFL	Roraimense
10	Iradilson Sampaio de Souza – **Iradilson Sampaio**	PSD	Pernambucano
11	Jeil Valério – **Jeil**	PTB	Goiano
12	José Maria Gomes Carneiro – **Zé Maria**	PTB	Roraimense
13	João Alves de Oliveira – **JAÓ**	PTB	Potiguar
14	Luiz Afonso Faccio – **Luiz Faccio**	PDT	Gaúcho
15	Noêmia Bastos Amazonas – **Irmã Noêmia**	PFL	Maranhense
16	Odete Irene Domingues – **Odete**	PTB	Gaúcha
17	Otoniel Ferreira de Souza – **Otoniel Ferreira**	PFL	Maranhense
18	Paulo Sergio Ferreira – **Sérgio Ferreira**	PSDB	Roraimense
19	Ramiro José Teixeira e Silva – **Ramiro Teixeira**	PL	Maranhense
20	Renan Bekel Pacheco - **Renan Bekel**	PL	Maranhense
21	Rodolfo de Oliveira Braga – **Rodolfo Braga**	PSDB	Amazonense
22	Rosa de Almeida Rodrigues – **Rosa Rodrigues**	PSDB	Roraimense
23	Vera Regina Guedes as Silveira - **Vera Regina**	PL	Gaúcha
24	Flávio dos Santos Chaves - **Flávio Chaves**	PFL	Roraimense

Fonte: Elaboração própria. Baseada em: Santos (2010).

Dessa forma, aos eleitos para a primeira Legislatura da Assembleia Legislativa, no período entre 1991 e 1994, teve como primeiro e, mais importante desafio, a elaboração da Constituição Estadual, para tanto, no mês de abril de 1991 foi instalada a Assembleia Estadual Constituinte, presidida pelo Deputado Flávio dos Santos Chaves, também eleito, Presidente da Assembleia Legislativa, para o Biênio 1991/1992.

Portanto, para cumprir seu desiderato na efetivação dessa grande missão, colocaram-se a ouvir o povo e, viajaram todo o interior, sede dos Municípios. Assim, eles passaram a consultar a população, ouvindo opiniões, coletando sugestões, analisando necessidades, ou seja, conhecendo a realidade do Estado.

Assim, para retratá-la em forma de uma Lei Moderna, todos Parlamentares, independente de ideologia ou agremiação partidária, visitaram todas as sedes municipais, ouvindo os anseios do povo e, assim trabalharam e fizeram fluir a vontade da população, escrevendo a primeira Constituição do Estado (OLIVEIRA, 1991).

Para Oliveira (2003) o qual, ressalta que, "os constituintes deram corpo à maioria das falas superando as expectativas da população", relatado pelos Constituintes Estaduais em seu texto.

Dessa forma, outro fato histórico importante citado pelo entrevistado, trata-se da criação do Poder Judiciário.

Procurando agir dentro da nova ordem política de estruturação do poder administrativo do novo Estado, foi instituída por Lei Intertemporal as Estruturas Organizacionais do Poder Judiciário, do Ministério Público e do próprio Poder Executivo[8] (OLIVEIRA, 2003, p. 231).

[8] Ottomar de Sousa Pinto (Governador) e Antônio Airton de Oliveira Dias (Vice-Governador).

> Ressaltando que Roraima vivia um momento histórico o Governador Ottomar Pinto assinou os Decretos nomeando os Desembargadores do Tribunal de Justiça de Roraima [...] em solenidade realizada no salão de reuniões do Palácio do Governo no próprio dia 1º de abril (OLIVEIRA, 1991, p. 27).

Portanto, com a instalação do Poder Judiciário local desligava, após 47 anos de serviços à população do Território de Roraima, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal com os juízos e Juízes que aqui estiveram atuando.

Assim sendo, de acordo com o Governador do Estado, acabava-se o "sofrimento por sede de justiça" e, dessa forma, a população não necessitava mais dirigir-se a Brasília para resolver determinadas questões junto ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e buscar seus direitos (PINTO, 1991, p. 27).

Por conseguinte, percebeu-se que de acordo com a visão política bem como do político, os fatos ocorridos têm um valor histórico mais relevante ou menos importante, sempre observando seu olhar sobre aquela realidade.

Para o Governador eleito, quando da posse dos primeiros membros do Judiciário que passaram a compor o Tribunal de Justiça local, o principal objetivo seria trazer a justiça para próximo da população, mesmo que o Estado não dispusesse ainda de Juízes de primeiro grau, ou seja, aqueles onde se iniciam as primeiras buscas pela atuação do Estado Juiz.

Registre-se que, ainda em 1991 foram tomadas as providências para a criação dos cargos de juiz substituto e procedimentos para realização do concurso público que de forma análoga foi providenciado para a composição do Ministério Público Estadual.

Por oportuno, uma observação a ser feita, diz-se, dos Professores entrevistados não se aterem aos momentos históricos e, sim aos momentos educacionais, mais precisamente aos momentos pedagógicos, natural que esteja na alma do professor à preocupação com o fazer educativo. Pois segundo Oliveira (2016) assim afirma:

> [...] a escola o espaço onde acontece a intervenção pedagógica, e o professor mediador da formação do aluno, percebe-se a necessidade de se estabelecer um diálogo entre esses segmentos, objetivando adequar o conhecimento difundido no contexto escolar às práticas sociais (OLIVEIRA, 2016).

Dessa forma, as memórias dos professores estão relacionadas ao caminhar da educação em Roraima, ou seja, com o fazer pedagógico da atividade docente junto ao corpo discente, de forma que, o registro de suas memórias acontece na categoria principal aspectos educacionais, que segue mais adiante, no presente trabalho.

f) Secretário (SALM06)

O último Secretário a ser entrevistado, mostra a visão do Ensino Médio no interior, e também do relevante trabalho do Centro de Ciências de Roraima - CECIR. Este trabalho estimula a iniciação cientifica e valorização do desenvolvimento sustentável realizado pela Secretaria de Educação nos anos de 1980.

Apesar deste Secretário não ter exercido a função no período delimitado na investigação, foi interessante buscar seu relato pelo fato de ter uma experiência, de gestão e por ter exercido à docência no interior do Território/Estado. Assim, mesmo a investigação

abrangendo só o Munícipio de Boa Vista, é um discurso recheado de boas memórias.

> A partir de 1983, fomos contratados pelo Governo Federal e começamos a dar aula e passamos a dar aula no ginasial, depois de algum tempo, muito tempo na realidade, nós tivemos a instalação do ensino médio. Vou falar do meu caso, eu não tinha qualificação necessária para ensino médio, eu tinha o normal superior científico. Formado, naquela época, em ciências físicas e biológicas, que era o antigo científico. Depois, fiz LOGOS II e depois fiz Biologia, vínhamos nas férias fazer a graduação aqui pela Universidade Federal de Roraima. Desta forma, conseguimos fazer a nossa graduação ([agosto 2017] Entrevista XIV concedida ao pesquisador).

A fala do Secretário nos remete a um período em que o território ainda não era Estado, nos relatando o modelo de contratação de pessoal para atuar como professor nas áreas mais distantes da capital e, como se deu a formação em serviço dos professores do quadro. Até a criação e instalação da Universidade Federal de Roraima - UFRR, quem desejasse cursar o nível superior tinha que sair para outros Estados.

Por sua vez, A UFRR foi "implantada em 1989, quatro anos após ter sido autorizada pela Lei nº 7.364/85, a UFRR é a primeira Instituição Federal de Ensino Superior a instalar-se em Roraima" (UFRR, 2017).

> A presença do ensino superior em Roraima favorece o desenvolvimento de vários setores que até então só podiam contar com os profissionais que migrassem de outros locais e, em especial, contribuir com a

> elevação do nível de qualificação dos professores da Educação Básica, já que os primeiros Cursos instalados foram nas áreas de Licenciatura e Pedagogia (UFRR, 2010, p. 4)[9].

Um fato marcante na fala do Secretário (SALM06) foi o modelo instituído para formação dos profissionais que já se encontravam em pleno exercício do magistério. Com o advento da UFRR, criou-se um modelo de curso para atender a demanda de professores leigos. Esses deveriam ter uma característica regional, pois os professores não poderiam ausentar-se no período letivo.

Desse modo, os cursos, para os professores do interior, aconteciam no período de férias: em janeiro e julho. Isso era uma forma de atender a demanda e qualificar os professores do sistema de educação local.

Assim, percebe-se que o entrevistado trabalhou em uma unidade escolar localizada cerca de 340 km da Capital. Nela havia um plano com calendário próprio, para atender a clientela daquela região, constituída, na sua totalidade, por filhos de colonos que necessitavam de mão de obra para realização da colheita. Logo, como esta se realizava nos meses de agosto ou setembro, nessa época era fixado o período de recesso escolar.

Logo se percebe que a trajetória do entrevistado, nos revela sua chegada ao interior de Roraima, sua forma de ingresso na docência, sua preparação para o exercício do magistério, bem como a forma pela qual ocorreu sua formação, além do modelo de curso oferecido para o atendimento aos professores leigos em atividade no sistema educacional.

[9] Projeto Pedagógico do Curso de licenciatura em Informática à distância, Universidade Federal de Roraima, 2010.

ASPECTOS EDUCACIONAIS

A análise da categoria - aspectos educacionais - começou pela fala dos professores que são os responsáveis pelo fazer pedagógico, docente e a prática docente das diferentes escolas. A partir disso, verificam-se grandes contribuições para a história local e para a sociedade roraimense tendo início em suas memórias. Assim, os trabalhos realizados no período e, até mesmo, as experiências vivenciadas nos diferentes momentos, permitiu criações de produções pedagógicas, que sem dúvida, marcaram a vida da juventude escolar de então.

a) Professora (PMMS01)

O relato da professora (PMMS01), remota a ausência de instituições formadoras para habilitarem e formarem professores no território, "existia muitos professores leigos, porque nós não tínhamos formação profissional, a escola normal regional, que formava regente de ensino". (PMMS01 [junho 2017] Entrevista VI concedida ao pesquisador).

Fernandes (2013, p. 51) descreve em sua dissertação de mestrado sob o título História da Educação de Roraima: o Colégio Normal Monteiro Lobato (1965-1970), que "[...] as escolas normais ganharam destaque na província do Amazonas dada a importância do profissional que passaria a ser formado para designar uma função tal qual um apóstolo ou uma espécie de herói responsável pela formação moral e religiosa dos jovens." Como Roraima esteve subordinado a província do Amazonas, é natural que uma das primeiras escolas profissionalizantes fosse a escola normal regional.

Segundo Nunes (2002 p. 11), o curso normal, faz parte da Organização e, da História da Educação Brasileira, as Leis Orgânicas do Ensino vigente entre o período entre 1942 a 1946, trazem no seu interior a organização em nível nacional do ensino de formação de professores. E trouxeram nessa organização as escolas normais de nível médio, os institutos de educação e as escolas normais regionais, quando expressa:

> A versão mais popular do curso normal, a das escolas normais regionais, proliferou-se pelos estados brasileiros. [...] seu currículo, no qual predominavam matérias de cultura geral, aproximou-se do curso secundário ginasial de quatro anos, descaracterizando sua feição profissional, sobretudo porque reduziu o conhecimento profissional (NUNES, 2002, p. 11).

Por oportuno, a professora (PMMS01), no seu depoimento, traz à lembrança da Escola Normal Regional. Este curso foi criado em regime de urgência para atender a formação de professores para lecionar no primário.

Os professores do curso eram profissionais de outras áreas que já atuavam no território como: dentista, médico e técnicos agrícolas. Logo, esse modelo durou de 1949 a 1964.

> Aí foi criado o Curso Normal Monteiro Lobato. Era um curso que você faria depois do antigo Primário. O que correspondeu depois ao Ginásio. E posteriormente ao Ensino Médio. Então era um Ginásio que se fazia com direcionamento das disciplinas para o magistério. Então formava Regentes de Ensino, que eram os professores que atuavam de primeira à quarta série aqui em Boa Vista.

> Ele tinha todas as disciplinas normais de um curso ginasial que a gente chamava naquela época, menos o inglês. E ele era autorizado pelo Ministério, para funcionar e formar professores para atuarem em Roraima. Naquela época no Território do Rio Branco, na década de 1950. Então esse curso foi criado com essa finalidade (Entrevista cedida à pesquisadora FERNANDES, 2013, p. 68. Entrevista com Heitor Bríglia, 2011, p. 2).

De certo que, segundo OLIVEIRA (2016, p. 62) sob o "Decreto nº 89 de 1949, no governo de Miguel de Melo, foi criado o Curso Normal Regional Monteiro Lobato". Portanto, o Colégio Normal Monteiro Lobato, nome dado no período entre 1965 e 1970, iniciou sua história com a instituição do Curso Normal Regional.

b) Professor (PLCR02)

O professor (PLCR02) aborda em seu depoimento, como um momento que merece destaque, na evolução da Educação no Estado. "Em 1970, mais precisamente em 1974, a então Divisão de Educação foi transformada em Secretaria de Educação, apesar de ser Território Federal, mas ela já começou a funcionar como Secretaria de Educação" (PLCR02) [junho2017] Entrevista VII concedida ao pesquisador).

Segundo Castro (1975-1976, p. 22): "A Secretaria de Educação e Cultura (SEC) foi criada pela Portaria Ministerial nº 01175, de 12 de dezembro de 1973". Entretanto somente em 1974, teve início a sua reestruturação. A Secretaria funcionou até 1971 como Divisão de Educação e Cultura da Secretaria de Educação, Saúde e Serviços Sociais. A transformação da Divisão em Secretaria

de Educação trouxe a necessidade de uma reforma administrativa. Trazendo as seguintes proposições:

- Reformulação do Conselho Territorial de Educação: criado em 1972, pelo Decreto nº 9 de abril de 1972 e, reestruturado em 29 de abril de 1975 pelo Decreto nº 100;
- Entidades atuantes no setor Educacional do Território como: MOBRAL, CNAE, PIPMO, DR-1, LBA E CAMPUS AVANÇADO DA UFSM/RS, ficariam ligados a SEC/RR;
- Articulação com órgãos públicos com o setor Educacional: se daria em três níveis órgão públicos locais (Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de Obras, Secretaria de Planejamento e Prefeituras Municipais) Órgãos Públicos Regionais (SUDAM) e Órgãos Públicos Federais (MEC).

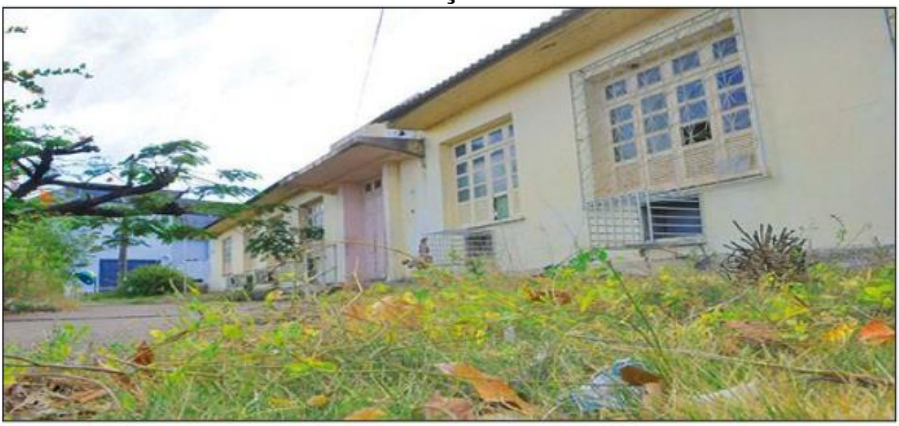
Por conseguinte, esta reformulação ocasionou ainda o enquadramento do pessoal no Plano de Classificação de Cargos dos funcionários contratados em 1973, logo o desejo dos gestores do momento era "promover reformas e modernizar ao nível de mudanças administrativas" (POEC/RR-1984-1985, p. 14).

Assim, a criação da Secretaria de Educação e Cultura significou, naquele momento, a melhoria no atendimento educacional em todos os aspectos tais como a contratação de pessoal, a lotação de pessoal, a definição de atribuição de alguns setores, formação de professores e também melhoria da rede física.

Atualmente, a Secretaria denomina-se Secretaria Estadual de Educação e Desportos (SEED/RR), mas, até 2013 chamava-se Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Desportos (SECD/RR)

quando no Governo de José Anchieta Junior, foi criada a Secretaria Estadual de Cultura através da Lei nº. 890 de 23 de janeiro de 2013.

Figura 10 – Fachada do antigo prédio da Secretaria Estadual de Educação/ SEED em Boa Vista/RR



Fonte: Google. Disponível em: <https://www.google.com.br >.

c) Professor (PEAM03)

No entanto, conforme o relato do Professor (PEAM03) traz como um momento memorável para Educação do Estado:

> [...]foi quando em 30 de junho de 1993, com a Lei de criação da Escola Técnica Federal de Roraima. Nosso Estado não tinha Universidade nem Escola Técnica, [...] as pessoas que moravam aqui, para terem formação profissional técnica neste período tinham que se deslocar para outro Estado (PEAM03).

Por sua vez, a Escola Técnica de Roraima, hoje Instituto Federal de Educação completou em 2016, 23 anos de criação. Portanto, pode-se dizer de uma instituição ainda muito recente, mas, com relevante papel social para o desenvolvimento profissional e intelectual da sociedade roraimense. Criada em 1º de julho de 1993, pela Lei nº 8.670, teve seu início como Escola Técnica em 1986. Nesta época, Roraima ainda, era território, de acordo com histórico constante no Site oficial do Instituto.

Dessa forma, a Instituição deu início a suas atividades educacionais, oficialmente em 1987, conforme autorização do Conselho Territorial de Educação, por meio do Parecer nº 26/89/CTE/RR. A partir de 2002, com a promulgação do Decreto Presidencial de 13 de novembro, credenciou-se como Centro Federal de Educação Tecnológica, passando à denominação de Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (CEFET-RR).

Portanto, em 2008, passou por uma nova reformulação, por meio da Lei 11.892, transformou- se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, com essa lei, O Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, criou 38 Institutos, dentre os quais estava o, Instituto Federal de Roraima (IFRR), começando seu trabalho como instituto com três campi: Boa Vista Centro, o Novo Paraíso na zona Rural do Município de Caracaraí e no Município de Amajari.

Segundo Veras (2016), da CCS/Reitoria:

> [...] a instituição hoje conta com seis unidades, localizadas na Capital, Boa Vista, e nos municípios de Caracaraí, Amajari e Bonfim, que promovem a inclusão social de mais de 4 mil alunos, entre jovens e adultos, por meio das ações de formação profissional e tecnológica, em todos os níveis, nas

> modalidades presencial e a distância (VERAS, 2016, p. 01).

Por oportuno, registre-se que o Brasil tem uma dimensão geográfica que dificulta seu desenvolvimento social e econômico, pois nem todos os estados possuem as estruturas do centro do país. E a formação técnica, por meio das Escolas Técnicas, para os últimos Estados criados com a CF/1988 Amapá, e Roraima, foi uma forma de suprir nas ausências da universidade.

Por conseguinte, o ensino técnico tem contribuído sobremaneira com o desenvolvimento do país, principalmente com o crescimento de Roraima, "as Escolas Técnicas têm importância fundamental para o futuro da juventude, [...] qualificar e preparar uma geração inteira" (GRANDA, 2015, p. 1).

Portanto, essa formação possibilita ao cidadão jovem ou adulto, a participação ativa na construção da sociedade, pois, capacita-os para o exercício profissional e intelectual. Além do que, a formação técnica ocupa "uma posição estratégica importante como elemento de alavancagem, junto com outras políticas e ações públicas, para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil e construção da cidadania." (BISPO et, 2015, XII SEGET, p. 3).

d) O Secretário (SAMLF05):

> Eu vejo assim, já ultrapassado esse período, acho que ele está mais próximo de 2000. Tivemos importantes: primeiro nesse período, onde trabalhamos o dia "D" da educação que foi um programa nacional." (SAMLF05 [junho 2017] Entrevista V concedida ao pesquisador).

O dia “D” da educação foi um movimento promovido pelo Ministério da Educação (MEC), onde se parou o universo educacional para se discutir educação. Com objetivo de refletir sobre a educação do país, este evento ocorreu no dia 18 de setembro de 1985, paralização geral para se debater a educação. “Após a data, o Ministro da Educação considerou a realização do Dia "D" um êxito total, uma vez que cerca de vinte milhões de pessoas, segundo o Ministro, discutiram os problemas da educação” (TESSER, 1985, p. 126).

> O objetivo desse debate era suscitar uma discussão sobre a reforma da educação fundamental, e os resultados seriam enviados ao Ministério da Educação. O Dia D mobilizou toda sociedade brasileira, durante a semana de debate foi constatado que as questões discutidas descendiam de questões já discutidas em décadas anteriores (SILVA, 2011, p. 2).

Para o governo federal o movimento foi um sucesso, contudo, começou a perder força, em virtude das mudanças sugeridas a partir do movimento, não se concretizou em espaço curto de tempo, como esperava os educadores. Para Tesser (1985):

> Há uma descrença no resultado do movimento, com efeito, a enorme energia despendida nestes dias poderia ter sido mais bem aplicada em sanar problemas fundamentais que afetam a educação e são conhecidos por todos (TESSER, 1985, p. 126).

As mudanças desejadas pelo capital intelectual da educação, só se fazia com soluções em longo prazo, pois, o país recém-saído

de um regime de governo, considerado uma ditadura e de um modelo de educação tradicional.

Dessa forma, busca-se trazer para o espaço educacional o novo modelo político do Brasil, o regime democrático. Sendo este, portanto, um dos movimentos que trouxe a discussão sobre o processo de democratização para dentro das unidades escolares, no que nesta semana de evento, as escolas de 1º e 2º graus discutiram sobre "a escola que temos e a escola que queremos" contando, inclusive, com a participação de toda sociedade.

Zotti (2004) credita o sucesso do dia "D", "a grande mobilização realizada pelo veículo de comunicação de massa: a televisão. Essa mídia participou ativamente da campanha nacional disparada pelo Ministério da Educação, sob o comando do ministro Marco Maciel". No entanto, nem todos os Secretários de Educação aderiram ao movimento, não promovendo a mobilização em seu Estado.

Escolas Proeminentes entre 1970 e 2000: fatos, histórias e memórias

Este tópico contempla o registro e análise das falas dos Secretários, Professores e Diretores apontando quatro escolas que influenciaram no desenvolvimento de Roraima as escolas: Monteiro Normal Lobato e Escola de Formação de Professores de Boa Vista, a Escola de 2º Grau Gonçalves Dias e a Escola Técnica de Roraima, sendo que a duas primeiras ganharam notoriedade na formação de professores e a duas últimas relevância na formação técnica. Todas com alto grau de relevância para a história da Educação em Roraima, principalmente em se tratando da trajetória do ensino médio.

Escola Normal Monteiro Lobato (ENML) e a Escola Formação de Professores de Boa Vista: Semblantes da Formação de Professores em Roraima (EFPBV)

Duas escolas se destacam na formação de professores no período entre 1970 e 2000, a ENML até a metade dos anos 1970 e a EFPBV que foi criada em 1977 e tem suas atividades encerradas pelo Decreto nº 8.866.E de 23/04/2008, conforme diário oficial nº 806 de 24/04/2008. Analisa-se as memórias trazidas pelos Professores e Diretores das duas Escolas, para assim compreender o papel dessas instituições para História da Educação em Roraima.

Figura 11 – Atual fachada da Escola Monteiro Lobato



Fonte: Escola Monteiro Lobato. Disponível em: <http://monteirolobatobvrr.blogspot.com.br>.

Perguntou-se aos entrevistados qual a contribuição dessas escolas para o desenvolvimento educacional de Roraima em relação à ENML, dos quais foram destacados dois aspectos fundamentais: o

primeiro: o fato de a instituição ser a primeira escola de ensino médio de Roraima, "o ano de 1949, foi criado o Curso Normal Regional Monteiro Lobato (CNRML)".

"Dessa forma, por meio do Decreto n.º 89 de 1.º de abril com a finalidade de formar Regentes de Ensino para o ensino primário" (LIMA, 2014, p. 2), sendo responsável por formar os primeiros professores de Roraima, curso permaneceu até a década de 1970, quando foi criada a Escola de Formação de Professores de Boa Vista.

De acordo com Fernandes (2012, p. 65), a ENML "foi pioneira na formação docente em Roraima, correspondendo ao ensino ginasial", sendo que o mesmo buscava formar "o Regente de Ensino, apto a lecionar da 1ª a 4ª série primárias". Os cursos normais regionais foram instituídos como uma "providência utilíssima"[10] para resolver a falta de formação dos professores dos locais mais longínquos do país.

No entanto, para ingressar na formação o candidato tinha que apresentar o certificado de conclusão do ensino primário e habilitação do exame de admissão, depois de quatro anos de estudo, com aproveitamento, estaria apto a receber o Diploma de Regente de Ensino do Ensino Primário.

Situação retratada na declaração do Professor (P07MFA):

> A gente tinha muitas restrições, porque Roraima era um Território que tinha poucas escolas, não tinha cursos de formação, tínhamos que nos contentar com pouca coisa, os nossos pais não tinham condições de nos mandar estudar fora do Estado. Estudamos da 1ª a 5ª série na Escola São José, naquele tempo,

[10] Expressão usada na Lei n. 621, de 06 de dezembro de 1951 do Estado do Rio grande do Norte /BR . Cria os cursos de regentes do Ensino Primário e dar outras providências. Atos Legislativos e Decretos do Governo. Natal: Departamento de Imprensa, 1952.

> conforme a Lei 4024/71, a gente fazia o exame de admissão para entrar no ensino fundamental, eu fiz até a 4ª série, eu não fiz a 5ª série, como eu era boa aluna, as irmãs solicitaram aos meus pais para eu fazer o exame de admissão e, eu fiz e passei. Vim estudar na Escola Monteiro Lobato, na época era Escola Normal Regional Monteiro Lobato, eu fiz do 1º ao 4º ano. (P07MFA [setembro2017] Entrevista VII. Entrevista concedida ao pesquisador).

A declaração da Professora é reafirmada pela fala da Diretora (D01EFR):

> Em Roraima os melhores alunos da Escola Euclides da Cunha, eram escolhidos, mas tinha que fazer o exame de admissão [...] fazia quatros anos e, com essa formação já podia contribuir. Eu fui contribuir na escola Monteiro Lobato, como professora de didática (D01EFR [setembro2017] Entrevista X. Entrevista concedida ao pesquisador).

Dessa forma, compreende-se que o Curso Normal Regional veio atender aos anseios da sociedade roraimense, que carecia de professores habilitados para atuar no ensino primário. Deste modo, esta foi a política de formação encontrada pelos governantes locais e nacional para socorrer as regiões de difícil acesso, dada a situação geográfica de Roraima.

Assim, na ausência de uma instituição de ensino superior, essa foi a solução para suprir as necessidades "acredito que foi uma grande contribuição uma vez que não tínhamos Faculdade." (D01EFR [setembro2017] Entrevista X. Entrevista concedida ao pesquisador).

Conforme Xavier (1994, p. 196):

> 1. Prover a formação do pessoal docente necessário às escolas primárias;
> 2. Habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas;
> 3. Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância.

Para Xavier (1994) "o Curso Normal Regional tinha duas grandes finalidades: primeiro formar professores e prover as regiões com professores habilitados e a segunda atender a necessidade do ensino primário", finalidades explícitas no Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946 em seu Art. 6º:

> O ensino normal manterá da seguinte forma ligação com as outras modalidades de ensino: .O curso de regentes de ensino estará articulado com o curso primário. O curso de formação geral de professores primários, com o curso ginasial.

O segundo aspecto referenciado foi sua contribuição "na formação do capital humano para formação de professores, pois o Euclides da Cunha era outro nível, outro tipo de formação, eu acredito que a grande maioria dos nossos professores, passou por outra escola, afinal elas foram a base inicial." (D01EFR [setembro2017] Entrevista X concedida ao pesquisador). Colaborando com o pensamento da Diretora, Ronr (2008) entende que em sociedade:

> O principal compromisso de uma escola é fazer com que seus indivíduos se apropriem dos conhecimentos produzidos pela humanidade para que por meio deles escrevam sua própria história e gerem suas próprias alternativas de ação, ou seja, assumam responsabilidades, resolvam problemas e conflitos, bem como reflitam sobre as consequências de seus atos, emancipando-se e se tornando cidadãos (RONR, 2008, p. 05).

Nesse sentido, acredita-se que a escola ENML dentro do contexto político, econômico social e cultural do momento, conseguiu exercer importante papel social, formando grande parte dos profissionais da educação do Estado, indivíduos que construíram e escreveram sua própria história.

De acordo com Ronr (2008), "a premissa da escola é que os indivíduos se empoderem dos conhecimentos adquiridos no ambiente escolar e construam suas próprias histórias".

Dessa forma, acredita-se que os alunos formados no ENML tenham conseguido esse feito, tanto pois hoje, são sujeitos dessa pesquisa, sendo são cidadãos e profissionais com responsabilidades sociais e, que contam sua própria história.

Pode-se afirmar, então, que esses profissionais foram e ainda são fontes de construção de saberes, pois está na gênese da formação docente esta responsabilidade.

Com relação à Escola EFPBV os Professores e Diretores em suas entrevistas citaram quatro aspectos que fez o grande diferencial da instituição e, também seu aporte para Educação em Roraima e a Formação de Professores: gestão democrático-participativa, formação crítico- reflexiva do professor e do aluno e prática pedagógica e docente consciente.

A Escola EFPBV foi criada nos anos de 1977 dentro de um contexto de luta da sociedade pelo final do regime militar. Neste período, foram reivindicadas mudanças socioeconômicas e a criação da escola coincidiu com o fim do regime militar e a reabertura política do Brasil. Nesse momento, a sociedade brasileira buscou reorganizar valores e construir a democracia. Com isso, a construção do conhecimento começava a tomar novos rumos.

> Ao término do mandato de Geisel, em 1979, a sociedade brasileira tinha sofrido muitas transformações. A repressão havia diminuído; as oposições políticas, o movimento estudantil e os movimentos sociais começaram a se reorganizar. A repressão havia diminuído; as oposições políticas, o movimento estudantil e os movimentos sociais começaram a se reorganizar. Em 1978, o presidente revogou o AI-5 e restaurou o habeas corpus e, no ano seguinte, conseguiu fazer seu sucessor (CANCIAN, 2017).

A escola nasce no redemoinho da redemocratização do país e os educadores brasileiros tiveram participação ativa na luta pela democratização do país e batalharam para que esse processo se estabelecesse também na escola.

O processo de redemocratização trouxe para a educação um novo olhar para a forma de ensinar e, um novo pensar sobre a formação cidadã. Com relação à concepção pedagógica, inicialmente a escola professou o modelo de educação tradicional, ou seja, com o conhecimento centrado na figura do professore e o aluno era considerado um objeto, chegando à escola sem "conhecimento", ainda na perspectiva da tábula rasa.

> A Educação Tradicional, ao tratar o aluno como objecto a modelar e equipar do exterior por um processo de transmissão do saber do professor para o aluno, submetendo a situação educativa ao primado do objecto e não reconhecendo ao educando o estatuto de sujeito, fonte de iniciativas e de acções, compromete o desenvolvimento do processo de personalização do que aprende (NOT, 1991, p. 14-15).

O modelo pedagógico ressaltado na entrevista da professora (P02EOS) "Quando eu entrei a escola ainda tinha um Projeto da forma que eles diziam que era um projeto tradicional", ou seja, um projeto educacional que tinha o professor no centro do processo, a disciplina como indicador de sucesso e a forma de aprender focada na memorização dos conteúdos como forma de assimilação do conhecimento.

Passado esse primeiro momento da escola, no final da década de 1980, seguindo uma proposta nacional a escola reestrutura seu currículo e seu projeto pedagógico. (P02EOS [setembro 2017] Entrevista VIII. Entrevista concedida ao pesquisador).

Conforme a fala da Professora (P08AMGM):

> Eu sei que nós passamos os anos de oitenta e oito, oitenta e nove e noventa já reestruturando esse Curso, fazendo uma nova proposta, um novo Projeto, uma nova Matriz Curricular, uma proposta normal de quatro anos que era o que o Ministério da Educação, inclusive, propunha [...] (P08AMGM [setembro 2017]. Entrevista VIII concedida ao pesquisador).

O novo cenário político em que o Brasil se encontrava exigia um novo modelo de educação e de professor, bradava-se por uma

escola que ensinasse o aluno a pensar, um crítico-social, mas também fosse capaz de transformar sua realidade. Pode-se dizer que é a partir dessa nova proposta que nasce a escola descrita pelos diretores e professores, uma escola com formação política, democrática e participativa.

Com relação à formação crítico-reflexiva de professor e alunos tem-se segundo a professora (P02EOS) que o processo de estudo-reflexivo acontecia toda semana na escola "Todas as quartas-feiras e às vezes, aos sábados a gente estava na escola discutindo a Proposta Pedagógica, que escola nós queríamos, que o aluno queria formar, portanto, foi um momento intenso e importante para as nossas vidas." (P02EOS [setembro 2017]. Entrevista VIII Entrevista concedida ao pesquisador).

A fala reforçada por outra professora: "Eu trabalhava na Formação Continuada dos Professores, a gente começou a fazer reuniões, encontros e, os grupos de estudos". As duas falas reforçam a importância da formação continuada dos professores e como é importante ter a escola como lócus de formação, isso faz uma grande diferença nos resultados.

A formação do professor é um dos indicadores para o sucesso do aluno e uma educação consciente é diferente de uma educação improvisada. (P08AMGM [setembro 2017]. Entrevista IX concedida ao pesquisador).

Para Libâneo, Oliveira e Toschi (2003, p. 388-389):

> A formação continuada refere-se a: a) ações de formação durante a jornada de trabalho ajuda a professores iniciantes, participação no projeto pedagógico das escolas, reuniões de trabalho para discutir a prática com colegas, pesquisas, minicursos de atualização, estudos de caso, conselhos de classe, programas de educação à distância etc.; b) ações de

> formação fora da jornada de trabalho cursos, encontros e palestras promovidos pelas Secretarias de Educação ou por uma rede de escolas (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2013, p. 388-389).

Por sua vez, entende-se que a formação continuada possibilita e promove desenvolvimento profissional, bem como, estudo, a reflexão, discussão e a comparação de suas experiências promove uma prática docente consciente. Ressaltando que, a responsabilidade dessa formação é dos atores envolvidos no processo, a escola e o próprio professor. Acredita-se que o desenvolvimento pessoal e profissional demanda que o professor também assuma essa responsabilidade, dentro e fora no contexto da escolar.

A formação crítica do aluno é outro aspecto relatado pela professora (P02EOS): "Tínhamos um compromisso muito grande com aquilo que a gente fazia um trabalho que dava gosto de ver, ensinávamos nossos alunos a pensar." (P02EOS [setembro 2017]. Entrevista V. Entrevista concedida ao pesquisador).

Para Cortella (2015) em seu vídeo no canal Youtube sob o título "O papel da escola na formação de cidadãos críticos", afirma que "o novo modelo de educação exige que a equipe pedagógica esteja ciente que, além de repassar o conhecimento, é preciso formar cidadãos críticos, com valores sólidos e conhecedores do seu papel na sociedade".

Ratificando o pensamento da professora e de Cortella (2015) compreende-se que a escola não deve preocupar-se somente com o desenvolvimento cognitivo, mas também, com a formação intelectual do educando, em especial com sua formação enquanto ser humano crítico-participativo, nesse sentido o ambiente escolar deve ser um espaço vivo de exercício de cidadania, de modo que ela possa ser exercida a todo o momento.

Colaborando com pensamento de Cortella (2015) Mendes (2010, p. 20) entende que:

> Para que a escola cumpra sua função social é necessário que o projeto por ela proposto trabalhe além do currículo comum, a formação crítica do indivíduo, para tanto deve assumir-se como espaço de convivência e discussão, não numa instância normativa e normatizadora, mas, como lócus social edificante de ações construtivas a toda e qualquer ação de cidadania (MENDES, 2015, p. 20).

Percebe-se, diante das falas, que todo esse processo só foi possível por dois motivos; uma gestão democrático-participativa e uma prática docente crítico-reflexiva. No tocante a prática-docente reflexiva observa-se na fala da professora P02EOS:

> A gente começou a fazer trabalho com o estudo do meio, fazíamos visitas na feira do produtor, fazíamos aulas práticas, experimentos em ciências, trabalhávamos com a matemática na questão de resolução de problemas, na língua portuguesa com a produção de textos, com a interpretação, história e geografia, do mesmo jeito (P02EOS [setembro 2017]. Entrevista VIII concedida ao pesquisador).

O ensino reflexivo tem o objetivo de ajudar os alunos a aumentar a consciência sobre suas ideias e conhecimentos, além de ampliar o controle e sobre a aprendizagem e o pensamento. O objetivo primordial é que os alunos se tornem pensadores e aprendizes independentes, capazes de adquirir, utilizar, avaliar e modificar seu conhecimento (HARTMAN, 2015, p. 5).

A partir do pensamento da professora (P02EOS) e Hartman (2015) acredita-se que o professor é um dos principais atores do processo de ensino e aprendizagem. Necessário se faz entender que a prática docente reflete efetivamente na formação do aluno, assim, "não basta apenas ter o domínio do conteúdo e de algumas técnicas pedagógicas, é preciso ir além, para assim, por meio dessa mesma prática promover o desenvolvimento autônomo e emancipador dos participantes do processo educativo" (BOLFER, 2008, p. 12).

Colaborando com o pensamento de Hartman (2015), Freire (1996) entende que a formação docente deve apoiar-se na reflexão sobre a prática educativa em prol da autonomia de ser dos alunos, de modo que o professor deve apropriar-se dos saberes essenciais à prática educativa de forma crítica e questionadora da realidade escolar.

Outro aspecto importante revelado nas falas dos entrevistados diz-se do modelo de gestão, a escola entre 1985 e 1999 já apresentava uma gestão democrático-participativa. A observar a fala da diretora:

> Ali à gente tinha momentos de discussões dos problemas sejam estruturais, administrativos, sejam pedagógicos que se tinha coragem mesmo de dizer, aluno dizia o que pensava, mas ao mesmo tempo, em que dizia o que pensava, ele também apontava soluções, a gente caminhava naquela lógica de que escola temos que escola queremos, e essa construção, ela gerava compromisso (D05JSC. [setembro 2017]. Entrevista XIV concedida ao pesquisador).

De acordo com Luck (2008):

> A gestão participativa se assenta, portanto, no entendimento de que o alcance dos objetivos educacionais, em seu sentido amplo, depende da canalização e do emprego adequado de energia dinâmica das relações interpessoais ocorrentes no contexto da escola, em torno dos objetivos educacionais, concebidos e assumidos por seus membros, de modo a constituir um empenho coletivo em torno da sua realização (LUCK, 2008, p. 23).

Cabe dizer que estudos na área da educação apontam a gestão como um dos elementos para o sucesso e permanência dos alunos. A forma como se conduz a escola é primordial para construção de um ambiente participativo. Luck (2008) afirma ainda que esta caracteriza-se pela:

> descentralização dos processos de organização e tomada de decisões em coletivo e, consequente construção da autonomia da escola demanda o desenvolvimento de espírito de equipe e noção de gestão compartilhada nas instituições de ensino, em todos os níveis (LUCK, 2008, p. 96).

Para professora a gestão democrática na escola (P06LSSP):

> É o único caminho, é aquele que auxilia para transformação social do sujeito, eu tenho que me tornar um sujeito independente, capaz de ter autonomia de caminhar, de participar da sociedade, de criticar e inclusive melhorar minha própria condição de vida. Para isso, fizemos um trabalho de formação política do professor no magistério, para que sua prática docente levasse o seu aluno a pensar

> (P06LSSP [setembro 2017]. Entrevista XI concedida ao pesquisador).

Percebe-se no pensamento da professora princípios de uma gestão democrático-participativa. Colaborando com a fala da professora, Comenius (1651), em relação à aplicação da didática e a forma de ensinar e aprender reconhece o direito à educação e a sua importância em relação ao ensino e ao aprendizado na vida de todo ser humano. Quando afirma:

> Nós ousamos prometer uma didática magna, ou seja, uma arte universal de ensinar tudo a todos: de ensinar de modo certo, para obter resultados, de ensinar de modo fácil, portanto sem que docentes e discentes se molestem ou enfadem, mas, ao contrário, tenham grande alegria; de ensinar de modo sólido, não superficialmente, de qualquer maneira, mas para conduzir à verdadeira cultura, aos bons costumes, a uma piedade mais profunda (COMENIUS, 1651, p. 13).

As memórias trazidas pelos professores e gestores da escola EFPBV demonstram que gestão democrática para se consolidar enquanto valor deve fazer uso de práticas que permitam a participação de todos da escola, como forma de promover a formação do indivíduo, para o exercício da cidadania e participação social.

No entanto, as falas dos sujeitos demonstram que entre as décadas de 1980 e 1990, se apresentam como os anos áureos da instituição, foi um período marcado por uma corrente de pensamento que defendia uma escola autônoma, participativa e democrática.

Naquele momento a Escola de Formação de Professores de Boa Vista, trazia para Roraima um novo olhar para formação de professores, gestão democrática e prática docente, sua equipe gestora e docente trouxe para o lócus da escola discussões que permeavam à educação nacional e do Estado, de forma que para a Diretora:

> Esse projeto não começou a partir das ideias, foi feito primeiro uma grande formação com todos que estavam ali, grupos de estudos mesmo, praticamente muitos, principalmente os professores do ensino médio, o magistério, a partir de estudos grupais e naturalmente isso desencadeou num grande projeto que foi a construção do PP numa linha democrática e eu posso até dizer que eram democráticas, se faziam reuniões setoriais, com alunos, com pais, com servidores, no sentido dessa coparticipação (D05JSC. [setembro 2017]. Entrevista XIV concedida ao pesquisador).

Para professora (P04AMGM): "Essa escola tinha uma tradição de formação no Estado que era única." (P08AMGM [setembro 2017]. Entrevista IX. Entrevista concedida a João de Carvalho/pesquisador. A fala demonstra que a escola tinha tradição e identidade, pois, sabia que cidadão queria formar. Revelando ainda, que a prática docente crítico-reflexiva pode promover uma educação para vida.

Escola de 2º Grau Gonçalves Dias e Escola Técnica de Roraima: protagonistas da educação profissional

Outras duas escolas que se destacam no cenário educacional estão entre o período de 1970 a 2000. São elas: Escola de 2º Grau

Gonçalves Dias e a Escola Técnica de Roraima. Essas instituições aparecem no relato de três secretários entrevistados, uma nova etapa do ensino de 2º Grau no Território de Roraima. As duas Instituições marcam, depois da Escola Técnica de Comércio Euclides da Cunha, o ensino profissional do Estado.

Cabe lembrar que, a Lei Nacional nº 5.692/71, tornou obrigatórios os cursos técnico-profissionais. Deste modo, diante da nova lei, novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime de urgência. Conforme relata o diretor (D02CPMN):

> […] a educação tecnicista, aquela que preparava exclusivamente para o trabalho, não a situação da formação voltada para as licenciaturas. Hoje a gente percebe que isso está voltando, mas, no final da década de 70, início da década de 80, a ênfase da educação era mais voltada para a educação tecnicista (D02CPMN [setembro 2017]. Entrevista XIII concedida ao pesquisador).

O ensino técnico representava naquele momento econômico do Brasil a possibilidade de acesso ao mercado de trabalho, sendo a forma mais rápida de formar de mão-de-obra para um mercado carente, como era o Brasil naquele período. Sem contar, este modelo tecnicista expõe a intenção governamental de não universalizar o ensino superior. O nível superior não era para todos, afinal o país precisava de trabalhadores e não de "doutores".

De modo que, a educação privilegiava o caráter utilitário do conhecimento, visto que, foi formulada em um contexto sociopolítico da busca pelo crescimento do país.

Conforme fala da Secretária (SMAO01): "É nesse contexto que em 1977, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Escola

de 2º Grau Goncalves Dias passa a contar com o Ensino de 2º grau". Passando a funcionar em prédio próprio a partir de 1977 (SMA01 [maio 2017]. Entrevista I concedida ao pesquisador).

Criada por meio do Decreto Governamental nº 12 de 24 de março de 1977, na gestão do Governador Fernando Ramos Pereira e como Secretário de Educação o Professor Aldo Gomes da Costa, nasceu com objetivo de ampliar a rede de escolas de 2º grau, com cursos profissionalizantes como: Técnico em Contabilidade, Assistente de Administração, Habilitações Básicas em Construção Civil e Agropecuária, Auxiliar de Escritório e Topógrafo de Agrimensura.

A reforma do ensino com a Lei nº. 5.692/71 deu impulso a implementação da escola.

> Nós não tivemos, não diria na criação, mas no processo de planejamento. A escola Gonçalves Dias foi uma escola que tivemos uma grande participação como, apesar de nunca ter dado aula no ensino médio, mas já fazia parte de uma equipe dentro da Secretaria de Educação (SAMLF05 [junho 2017.] Entrevista IV concedida ao pesquisador).

A fala da Secretária (SAMLF05) demonstra que havia uma equipe na Secretaria pensando e implementando o ensino apoiado na reforma como preconizada pela lei.

Mota (2010, p. 40) ressalta que esta lei tinha como finalidade a profissionalização do ensino secundário, unificando do antigo ensino primário e médio, de maneira a diminuir ou excluir as diferenças entre as áreas do ensino secundário, agrícola, industrial, comercial e normal.

Assim, a finalidade refletida na fala do diretor (D02 CPMN):

> O Gonçalves Dias (GD) é uma escola que foi um marco excepcional no transcorrer de toda minha vida enquanto profissional de educação, por que no Gonçalves Dias tínhamos a oportunidade de iniciar o ensino médio, eu iniciei fazendo o curso de Técnico em Contabilidade (D02CPMN [setembro 2017]. Entrevista XIII concedida ao pesquisador).

No contexto do Território de Roraima, o ensino técnico atendia bem suas necessidades região de difícil acesso, distante das grandes capitais, carecia de formar técnicos, pois, sem o devido incentivo, não eram todos que queriam vir prestar serviço no Território, outro aspecto é que nem todos tinham condições de sair para cursar graduação fora do Estado.

No entanto, na falta de profissionais para atender a região amazônica o Governo militar, vigente neste período, incentivou a vinda de vários profissionais para garantir a ocupação da região e dos territórios. No regime militar havia para região amazônica a política de ocupação.

A Escola por determinado tempo atendeu as necessidades de formação técnica, principalmente para o serviço público, o maior contratante. Entretanto a equipe técnica responsável pela Secretaria de Educação, reconhecia que existiam dificuldades na oferta do ensino de 2º Grau, em face de vários fatores manifestados através do PEC/RR-1980/1983, nos seguintes termos: "O 2º Grau enfrenta sérios problemas decorrentes da indefinição do papel socioeconômico do técnico de nível médio, tais como: organização curricular, escassez de especialistas e docentes habilitados, deficiências no estágio supervisionado".

Figura 12 - Fachada da Escola Estadual Gonçalves Dias



Fonte: Regimento Interno da Escola Estadual Gonçalves Dias (2011).

Por conseguinte, após a mudança na legislação que acabou com a obrigatoriedade da oferta do ensino profissional no nível médio, possibilitou a criação de novas escolas e oferta de novas vagas, mas com poucas escolas exclusivas para o ensino de 2º Grau. Conforme o pensamento da equipe da Secretaria de Educação de Roraima, reconhecendo tais preocupações em face das mudanças legais, assim manifestou-se (POEC/RR-1984-1985, p. 25), nos seguintes termos:

> A vigência da Lei n. 7.044/82, suprimindo a obrigatoriedade da profissionalização no 2º Grau, veio trazer nova perspectiva a esse nível de ensino, que há muito vem questionando a indefinição do papel do técnico de nível médio nos moldes da formação atual. Essa Lei, entretanto, determinando a obrigatoriedade da preparação para o trabalho, criou a necessidade da realização de estudos aprofundados

> para delineamento de novos cursos a serem implantados ou para reestruturação dos atuais.

Assim sendo, a Secretaria de Educação, procurou atender as normas legais adequando-se aos novos ditames normativos em face das exigências da legislação vigente quando da criação de novos cursos ou de escolas para oferta do Ensino de Nível Médio.

No entanto, sem obrigação com a oferta do ensino médio profissionalizante em razão da mudança na legislação foram construídas novas unidades escolares de 1º e 2º graus, com a nova nomenclatura adotada em face da nova realidade normativa. Em função do crescimento populacional surgem as novas demandas sociais e a Escola de 2º Grau Gonçalves Dias- GD concentrou alunos dos diferentes Bairros.

Por ser uma das primeiras escolas de 2º grau, uma instituição escolar que atendia todas as comunidades, seus alunos eram oriundos dos diversos bairros da capital, Boa Vista e, ainda, aqueles que viessem do interior (zona rural) cursar o Ensino Médio.

A Escola jamais teve uma comunidade própria, sendo desde o início um espaço multicultural. Na ausência de instituições escolares privadas o GD foi um grande caldeirão social, sua comunidade era composta por todos os níveis sociais, socialmente, do filho do fazendeiro, servidor público, aos trabalhadores domésticos.

Atualmente a escola, conta com o ensino médio regular e o ensino médio integrado, ainda por um bom período nas décadas de 1980/90, acolheu em suas dependências o Projeto LOGOS II este destinado a formação de professores, de forma complementar, pois era oferecido em forma modular.

Hoje, de acordo com o (Censo/SEED/RR, 2016) atende 880 alunos, matriculados no Ensino Médio Regular e no Ensino Médio Integrado, distribuídos em 29 turmas, nos turnos matutino e vespertino, com um corpo docente de 40 professores das diversas áreas do conhecimento.

A Unidade Escolar procura trabalhar na perspectiva democrático-participativa e tem um grêmio estudantil extremamente atuante, instituição estudantil que existe desde 1987, contudo esse mecanismo de controle social passou 17 anos sem efetiva atividade, somente em 2004 voltou a funcionar (PPP, 2011, p. 13). Sendo uma marca das intuições o grêmio estudantil, dentre as Escolas de Ensino Médio de Boa Vista o GD é que tem o grêmio mais atuante e participativo.

Escola Técnica de Roraima

Como se descreveu no capítulo III, a Escola Técnica foi criada pelo Decreto nº 751/86, ainda sob a égide da Lei de Diretrizes Base da Educação 5.692/71.

Assim, com sua premissa encontra-se no duplo proposito "de atender a demanda por técnicos de nível médio e de conter a pressão sobre o ensino superior" (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 33 *apud* BOTELHO, 2009, p. 30).

Por sua vez, reforçando a afirmação de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), Botelho (2009) e Beltrão (2017) informa que "a reforma proposta implicava "abandonar o ensino verbalístico e academizante para partir, vigorosamente, para um sistema educativo de 1º e 2º grau voltado às necessidades do desenvolvimento" (SENADO NOTÍCIAS, 2017).

Para o restante do país a implantação compulsória e universal imputada por meio da lei 5.692/71 do ensino profissional, podia ser questionada, pois havia alternativas de formação, entretanto para os territórios, era um modelo que ia ao encontro das suas necessidades. Roraima estava longe das grandes metrópoles e, sem ensino superior, de modo que o ensino profissionalizante se constituía numa excelente opção, dada a necessidade de continuidade de estudos e, a formação de recursos humanos.

> Concluí em dezembro de 75 e, a partir daí, então, tive que sair daqui, pois não tinha o nível superior e fui fazer a minha formação superior lá na Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande de Sul. Fiz licenciatura em Educação Física que, na época, duravam três anos, de 76 a 78, em 79 fiz especialização e retornei para cá em 80 [...] (D04EPS [outubro 2017]. Entrevista XV concedida ao pesquisador).

A fala do Professor (D04EPS) retrata a dificuldade enfrentada naquele período pelos roraimenses, quem tinha condições saía para outras regiões em busca de formação e qualificação. Assim para ele mesmo em nível de 2º grau a criação de uma Escola Técnica "acho que foi um ganho significativo para a educação em Roraima" [...] (D04EPS [outubro 2017] Entrevista XV concedida ao pesquisador). Sem contar que auxiliaria na redução da escassez de profissionais qualificados para atuar no mercado local.

Nesse sentido, entende-se a relevância da Escola Técnica (ETFRR), sua responsabilidade era suprir essa escassez de recursos humanos qualificados e, também oportunizar a população local a dar continuidade a seus estudos.

Como exemplo:

> Houve a implantação do Curso Técnico de Enfermagem e isso não só repercutiu na questão da formação de um profissional, que era extremamente necessário no quadro do Estado, que era o técnico em enfermagem, como contribuiu para a própria melhora da qualidade de ensino. [...] (D04EPS [outubro 2017]. Entrevista XV concedida ao pesquisador).

Foi perguntado aos entrevistados que aspectos diferenciava a Escola das outras. Percebeu-se que há uma consonância entres as falas, destacando como principal aspecto a qualidade do ensino ofertado. O grande legado dessa Escola era a qualidade do ensino ofertado, mas, para isso foi preciso investir na formação continuada do professor do ensino profissionalizante, segundo a professora (P07JSC), para se chegar a esse status foi preciso trabalhar a formação pedagógica do professor, porque a técnica ele já trazia da sua formação inicial.

> [...] porque aqui havia na época SOE - Sistema de Orientação Educacional, e na configuração da Escola Técnica era a COTEP, e ali os colegas dessa área de pedagogia cada um ficou responsável pela formação e acompanhamento pedagógico dos cursos técnicos, e lidando com professores da área técnica, tinha professores da área de formação geral. Porque a gente lidava com o olhar que o professor tinha da formação técnica e aí ele vendo um olhar de repasse de conhecimento. E não caminhava na lógica de como organizar uma avaliação, e como avaliar uma atividade mais pedagógica. A gente viveu e era um grupo de seis pessoas que vieram redistribuída com essa formação de momentos bem importantes, de formação mesmo com esses professores, de ensinar eles fazer planos, o que é um projeto político

> pedagógico (P07JSC. [setembro 2017]. Entrevista XIV concedida ao pesquisador).

A recém-criada escola dispunha de professores com formação em suas áreas especificas, contudo, a humanização, o fazer docente, não são marcas dos cursos de bacharelado. Assim, faltava para os professores um olhar pedagógico, comum às licenciaturas.

Por esse motivo, o "programa de formação continuada", que além de ter como finalidade a formação em serviço para aqueles que não dispunham de formação, trouxe, também, a formação pedagógica para as áreas (P07JSC. [setembro 2017]. Entrevista XIV. Entrevista concedida ao pesquisador).

Oliveira Jr. (2008) em sua dissertação de mestrado sob o título: "A formação do professor para a educação profissional de nível médio: tensões e (in) tenções," ressalta a importância da formação pedagógica para o professor de educação profissional de nível médio, e afirma: "defendo que essa formação eleva autoestima do aluno, na ação pedagógica de avaliar, planejar e ensinar".

Contudo Tardif (2002) alerta que:

> [...] noções tão vastas como pedagogia, didática, aprendizagem etc., não têm nenhuma utilidade se não fizermos o esforço de situá-las, isto é, de relacioná-las com as situações concretas do trabalho docente (TARDIF, 2002, p. 115).

Outro aspecto ressaltado na fala dos professores e diretores entrevistados, diz do poder de inclusão econômica-social, promovido pela escola. Este fator é de uma grande importância para

que haja a universalização da educação, representando um primeiro passo para o desenvolvimento humano e da sociedade.

> [...] Lembro de dois meninos, e na época não tinha nível superior aqui, eles fizeram eletrotécnica, o vestibular na federal tinha duas provas, um tirou em primeiro lugar na primeira etapa e o outro tirou em segundo, na segunda etapa o que tirou em primeiro tirou em segundo e o que tirou em segundo tirou em primeiro, um dia desses tinha um banquinho e olho aquele moço bonito, alto me olhando, e veio me abraçou chorou, chorou, professora hoje eu sou isso... e ele era um menino filho de pedreiro e quando saia daqui ia ajudar o pai na construção civil, hoje ele é engenheiro, de uma empresa federal (P07JSC. [setembro 2017]. Entrevista XIV concedida ao pesquisador).

O acesso à educação de qualidade e transformadora possibilita ao indivíduo construir sua autonomia levando-o ao desenvolvimento pessoal e profissional. Uma escola de qualidade promove a inclusão social, visto que, ela foi capaz de cumprir seu papel. Para Freire (2005, p. 30 *apud* Silva, 2002 p. 2): "A educação deve zelar pela formação de homens críticos, capazes de participar ativamente quando inseridos em um contexto social".

Dessa forma, quando a Instituição escolar consegue, escolarizar a juventude permite desenvolver o senso crítico e questionador dessa juventude sedenta de conhecimento, como forma de conseguir ter acesso aos diferentes cursos que possam ministrar os conhecimentos que venham assegurar essa realização pessoal familiar e social. Naturalmente que os sonhos nem sempre tornam-se realidade, especialmente quando não se tem acesso ao ensino de qualidade, no que as Escolas que conseguem manter essa qualidade,

permitem a seus egressos a possibilidade da realização de seus sonhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Ninguém escapa da educação, não há prática na qual estejamos mais duradouramente inseridos que a educação, individual ou coletivamente (LOPES, 2004, p. 7).

Ao longo do estudo percebeu-se uma ausência significativa de literatura sobre a temática, desse modo, compreendeu-se este trabalho como de extrema relevância para o contexto loco-regional. Para planejar o futuro, necessário se faz conhecer e entender o passado. Diante dessas circunstâncias, as pesquisas de campo na área da História da Educação em Roraima muito têm a influenciar e contribuir para informação da sociedade e, formação dos futuros educadores.

Logo a produção científica de cunho histórico-social, trazendo a visão do sujeito a partir da compreensão dos fatos históricos ocorridos ao longo de três décadas, bem como sob olhar de suas memórias, traz novas perspectivas visto que resgata algo que pouco se tem de literatura e documentos registrando, mas que foram acontecimentos vividos.

Por conseguinte, sendo a educação uma prática social e histórica, a pesquisa trouxe como situação problema, como se desenvolveu o ensino médio no período entre 1970 a 2000 em Boa Vista, Roraima? E como objetivo geral analisar a trajetória do Ensino Médio em Boa Vista - Roraima, no período entre 1970 e 2000 considerando o contexto político, histórico e educacional do período.

Por outro lado, após serem os Religiosos Carmelitas dizimados em 1788, somente em 1865, o Poder Público inicia a tarefa de oferecer escolarização para o povo dessa terra, com a

chegada a Boa Vista de Joao Capistrano da Silva Mota, militar que fundou a primeira escola da região. Assim sendo, o processo de educação formal em Boa Vista data da segunda metade do século XIX.

Dessa forma, nos idos da década de 1940, com a criação e instalação do Território Federal do Rio Branco, é que foi criada a Divisão de Educação, instalada em uma pequena sala do Palácio do Governo, setor que contava com apenas dois funcionários, sendo: uma auxiliar de escritório e um mensageiro.

Assim, foi respondendo aos objetivos a partir das categorias histórico-políticas e educacionais, antes da criação do Território do Rio Branco e após o ano de 1943, para se entender como se iniciou o Ensino Médio em Boa Vista, e o que ocorreu no período compreendido entre 1970 e 2000, no que atende ao objetivo geral proposto.

Por outro lado, na década de 1950, educacionalmente, marcada pela Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, em nível local, foram implantadas as Instituições de Ensino; Escola Normal Monteiro Lobato (1949) e a Escola Técnica de Comércio Euclides da Cunha (1955), ambas de caráter profissionalizante, sendo que a primeira, uma escola pública e a segunda, uma escola privada ligada à igreja católica apostólica romana, fato esse que contribui para o alcance do objetivo específico constante da leta "a".

Nos anos de 1970, quando começa realmente o período analítico da investigação, há registros de que o Território Federal de Roraima, já contava com uma estrutura educacional de Ensino Pré-Escolar, Ensino de Primeiro Grau, Ensino de Segundo Grau, Ensino Supletivo, Ensino Superior (em forma de convênios), Educação Especial e ainda Assistência ao Educando, no que responde ao objetivo específico constante da letra "b".

No entanto, entre 1970 e 1990, o Ensino Médio, em Roraima, deu um pulo, de quatro instituições passou para 18 escolas. Nesse interim, a rede aumentou, significativamente, em função do crescimento populacional ocasionado pelo processo migratório, principalmente, entre os anos 1987 e 1989, em função da vinda em massa de garimpeiros e famílias para o Estado, no que responde ao alcance do objetivo específico constante da letra "c.

Por sua vez, as instituições de ensino médio, contribuíram com a formação da juventude local, e quatro escolas marcam a trajetória do Ensino Médio de Roraima no período entre 1970 a 2000, sendo elas: Escola Normal Monteiro Lobato (1949), Escola de Formação de Professores de Boa Vista (1977), Escola de 2º Grau Gonçalves Dias (1977) e a Escola Técnica de Roraima (1986), logo presentes estão suas contribuições com o desenvolvimento da sociedade local, no que atende ao objetivo específico constante da letra "d".

Portanto, a criação do Blog Interativo, como canal de comunicação entre pesquisadores, acadêmicos e comunidade permite maior interação com os membros da sociedade, que demonstrarem interesse sobre o tema e, ainda, por permitir a divulgação de trabalhos científicos que venham contribuir com a temática, no que atendeu ao último objetivo específico proposto no presente trabalho, constante da letra "e".

Por último, espera-se ter começado a reconstruir uma rede investigativa da trajetória sobre o Ensino Médio em Roraima, no período entre 1970 e 2000, sabendo-se que muito tem-se a ser desvendado, e deste modo, acredita-se ser este o início de um longo trabalho de recuperação da História e da Memória da Educação em Roraima.

Dada a escassez de literatura a respeito, ausência de trabalhos científicos voltados para a memória e o resgate de informações e

registros de seus atores sociais, certamente que este trabalho proporcionará meios de produção científica indispensáveis à formação das gerações futuras.

RECOMENDAÇÕES

Diante, das evidências observadas, nas falas dos sujeitos da pesquisa, bem como da carência de literatura sentida durante o desenvolvimento do trabalho, observou-se ainda, que para preservar o acervo de informações ainda existente, buscando torná-las acessíveis às gerações presentes e futuras, recomenda-se:

A criação da Disciplina História da Educação em Roraima, nos Cursos de Graduação em História, Licenciatura e Bacharelado, bem como nas Licenciatura em Pedagogia, em funcionamento no território estadual, para levar os acadêmicos a pesquisar e criar fontes alternativas de pesquisa, pelos fatos expostos durante os estudos do presente trabalho, visto que há necessidade de despertar para os conhecimentos da história local de forma científica desde os estudos na graduação.

A inserção de uma linha de pesquisa no Curso de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Roraima-UERR, bem como junto à Universidade Federal de Roraima-UFRR ou, ainda, nas demais instituições de Ensino Superior que venham oferecer Cursos de mesmo nível, linha de pesquisa voltada para a História e Memória da Educação Regional.

Criação de um Blog interativo como instrumento de divulgação e de acesso aos acadêmicos e a sociedade em geral, de matérias relativas ao tema aqui abordado, sob a coordenação do pesquisador, ou por instituição, que valorize a pesquisa histórica em amplo regional e local

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

ALBERTI, V. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

AMORIM, M. "A contribuição de Mikhail Bakhtin: a tripla articulação ética, estética e epistemológica". *In*: FREITAS, M. T. *et al*. **Ciências humanas e pesquisa**: leituras de Mikhail Bakhtin. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

ANTUNHA, H. C. G**. A instrução pública de São Paulo**: a Reforma de 1920. São Paulo: Editora da FEUSP, 1976.

AQUINO, J. G. A. "Desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento". *In*: AQUINO, J. G. (org.) **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus Editorial, 1996.

ARANHA, M. L. A. **História da Educação e da Pedagogia-Geral e do Brasil**. São Paulo: Editora Moderna, 2014.

ARRUDA, L. C. **Organização curricular da educação física no ensino fundamental em Catalão - GO: análise a partir dos discursos dos professores** (Dissertação de Mestrado em Educação Física). Uberaba: UFTM, 2014.

ASSIS, A. A. *et al*. **Série Monográfica - 1 - Município de Boa Vista. Território Federal de Roraima**. Boa Vista: Secretaria de Educação e Cultura, 1987.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 2011.

BEISIEGEL, C. **Estado e Educação Popular**: um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo: Editora Pioneira, 1974.

BELTRÃO, T. "Reforma tornou ensino profissional obrigatório em 1971". **Senado Notícias** [03/03/2017]. Disponível em: <www.senado.leg.br>. Acesso em: 20/10/2021.

BISPO, F. C. S. "Formação Profissional e Cidadania: A contribuição do PRONATEC". **Anais do XII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Resende**: AEDB, 2015.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: fundamentos, métodos e técnicas**. Porto: Editora Porto, 1994.

BOLFER, M. M. O**. Reflexões sobre prática docente: estudo de caso sobre formação continuada de professores universitários** (Dissertação de Mestrado em Educação). Piracicaba: UNIMEP, 2008.

BONITATIBUS, S. G. "Ensino médio: expansão e qualidade". *In*: CUNHA, C. *et al*. **Ensino Médio como Educação Básica**. São Paulo: Editora Cortez, 1991.

BORG, W. R. **Pesquisa educacional**: uma introdução. Nova Iorque: McKay, 1963.

BOTELHO, S. M. **Escola Técnica Federal de Roraima:** retrospectiva da trajetória de desenvolvimento através da memória (Dissertação de Mestrado em Educação). Manaus: UFAM, 2009.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1891. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20/10/2021.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1934. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20/10/2021.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1937. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20/10/2021.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1946. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20/10/2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1967. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20/10/2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20/10/2021.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1924. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20/10/2021.

BRASIL. **Decreto n. 98.127 de 08 de setembro de 1989**. Brasília: Planalto, 1989. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20/10/2021.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 5.812 de 13 de setembro de 1943**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1943. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20/10/2021.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 8.530, de 02 de janeiro de 1946**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1946. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20/10/2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 1 de 17 de outubro de 1969.** Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1969. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20/10/2021.

BRASIL. **Lei n. 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1961. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20/10/2021.

BRASIL. **Lei n. 4.182 de 23 de dezembro de 1962**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1962. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20/10/2021.

BRASIL. **Lei n. 5.692 de 11 de agosto de 1971**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1971. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20/10/2021.

BRASIL. **Lei n. 7.009 de 01 de julho de 1982**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1982. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20/10/2021.

BRASIL. **Lei n. 7.364 de 12 de setembro de 1985**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1985. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20/10/2021.

BRASIL. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Planalto, 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20/10/2021.

BRASIL. **Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Brasília: Planalto, 2008. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20/10/2021.

BRASIL ESCOLA. "Cidades Brasileiras. História de Boa Vista". **Portal Brasil Escola** [s. d.] Disponível em: <http://cidadebrasileira.brasilescola.uol.com.br>. Acesso em: 24/04/2017.

BYRON. G. G. "O melhor Profeta do futuro é o passado (1788-1824)". **Portal Gazeta Web** [s.d.]. Disponível em: <www.gazetaweb.globo.com>. Acesso em: 10.10.2021.

CABRAL, M. A. M. **Plano de Educação e Cultura de Roraima (Território Federal) – PEC/RR - 1980/1983**. Boa Vista: Acervo pessoal, [s.d.].

CAMPAGHOLO, D. A. **Manifestação no Parecer n. 14/CTE/RR**. Boa Vista: CTE/RS, 1975.

CAMPOS, C. J. G. "Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde". **Revista Brasileira de Enfermagem**, vol. 57, n. 5, 2004.

CANCIAN, R. "História do Brasil - Ditadura Militar (1964-1985): breve história do regime militar". **UOL** [08/03/2014]. Disponível em: <www.uol.com.br>. Acesso em: 20/04/2022.

CAPRARA, A.; LANDIM L. P. "Etnography: Its uses, potentials and limits within health research". **Interface**, vol. 12, n. 25, 2008.

CARVALHO, L. R. **As Reformas Pombalinas da Instrução Pública**. São Paulo: Editora Saraiva, 1978.

CHIZOTTI, A. "Pesquisa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios". **Revista Portuguesa de Educação**, vol. 16, n. 2, 2003.

CIDADES BRASILEIRAS. "História de Boa Vista". **Brasil Escola** [2017]. Disponível em: <www.brasilescola.uol.com.br>. Acesso em: 24/04/2017.

COLÉGIO PEDRO II. "História do CPII". **Portal Eletrônico Colégio Pedro II** [2017]. Disponível em: <www.cp2.g12.br>. Acesso em: 23/10/2021.

COMENIUS, I. A. "Didática Magna". **E-book Brasil** [2001]. Disponível em: <www.ebooksbrasil.org>. Acessado em: 27/11/2021.

CORTELLA. M. S. "Qual o papel da Escola?". **Youtube** [29/05/2017]. Disponível em: <www.youtube.com>. Acesso em: 20/10/2021.

CORTELLA. M. S. **Educação, convivência e ética**: audácia e esperança. São Paulo: Editora Cortez, 2015.

CUNHA, L. A. C. R. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

CUNHA, L. A. C. R. **Universidade Temporã**: o ensino superior da colônia a era de Vargas. Campinas: Editora da UNESP, 1980.

CURY, C. R. J. "Alguns apontamentos em torno da expansão e qualidade do ensino médio no Brasil. Ensino Médio como Educação

Básica". *In*: CUNHA, C. *et al*. **Ensino Médio como Educação Básica**. São Paulo: Editora Cortez, 1991.

DINIZ, A. M. A.; SANTOS, R. O. "Fluxos Migratórios e Formação da Rede Urbana de Roraima". **Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

DOXSEY J. R.; DE RIZ, J. **Metodologia da pesquisa científica**. Vila Velha: ESAB, 2002.

DUARTE, R. "Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo". **Caderno Pesquisa**, n. 115, 2002.

FERNANDES, M. L.; CARVALHO, F. A. **Fontes para o estudo do Vale do Rio Branco: as narrativas de viagens**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2015.

FREIRE, P. **Ação Cultural para a Liberdade. Rio de Janeiro**: Editora Paz e Terra, 1982.

FREIRE, P. **Conscientização**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro**: Editora Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P. SHOR, I. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.

FREITAS, L. A. S. A. **Geografia e História de Roraima**, 1943/1985. Manaus: Editora Umberto Calderaro LTDA, 1996.

FREITAS, L. A. S. A. **História política e administrativa de Roraima**, 1943/1985. Manaus: Editora Umberto Calderaro LTDA, 1993.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. "A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido". **Revista Educação e Sociedade**, vol. 26, n. 92, 2005.

FURLAN, E. Educação na Década de 1970: formação sem informação. **DocPlayer** [s.d.]. Disponível em: <www.docplayer.com.br>. Acesso em: 20/10/2021.

GADAMER, H. G. **Verdade e Método I**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

GADAMER, H. G. **Verdade e Método II**: complementos e índice. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

GANDRA, A. "Manoel Dias destaca importância de escolas técnicas para o futuro da juventude". **Agência Brasil** [2015]. Disponível em: <www.agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 20/10/2021.

GHEDIN, E. "Hermenêutica e pesquisa em educação: caminhos da investigação interpretativa". **Anais do II Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos**. Bauru: UNISAGRADO, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

GUIRALDELLI, J. P. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Editora Cortez, 2015.

GUIRALDELLI, J. P. **Sócrates - Pensador e Educador**: a filosofia do conhece-te a ti mesmo. São Paulo: Editora Cortez, 2015.

HAIDAR, M. L. **O Ensino Secundário no Império**. São Paulo: Editora da USP, 1972.

HARTMAN, H. I. **Como ser um professor reflexivo em todas as áreas do conhecimento**. Porto Alegre: Editora AMGH, 2015.

KERLINGER, F. N. **Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora EPU, 1980.

KOCOUREK, S. "Programa de Residência Multiprofissional – CCS". **Metodologia do ensino e da pesquisa** [2017]. Disponível em: <multiweb.ufsm.br/residencia>. Acesso em: 26/06/2017.

KOCOUREK, S. "Políticas afirmativas no campo da infância e juventude: os conselhos municipais de direitos em foco". *In*: GOERCK, C. (org.). **Múltiplas faces da questão social: o objeto de trabalho do Assistente Social em expressão**. Porto Alegre: Editora Faith, 2009.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estruturas e organização. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

LIMA, J. I. **A Matemática na formação de professores para os primeiros anos escolares (Roraima, 1940-1990)** (Tese de Doutorado em Educação em Ciências e Matemática). Cuiabá: UFMT, 2017.

LOPES, E. M. T. **Perspectivas históricas da educação**. São Paulo: Editora Afiliada, 2004.

LÜCK, H. "Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores". **Em Aberto**, n. 72, 2000.

MACEDO, I. R. D. **A implantação e a expansão das escolas públicas em Boa Vista na década de quarenta** (Dissertação de Mestrado em História). Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

MACHADO, L.R. S. "Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional". **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, vol. 1, n.1, 2008.

MACIEL, L.; SHIGUHOV NETO, A. "A educação brasileira no período das reformas pombalinas". **Revista Educação e Pesquisa**, vol. 32, n. 3, 2006.

MAGALHÃES, J. "A História das instituições educacionais em perspectiva". *In*: GATTI JÚNIOR, D.; INÁCIO FILHO, G. (orgs.). **História da educação em perspectiva**: ensino, pesquisa, produção e novas Investigações. Campinas: Editora Autores Associados, 2005.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

MARCONDES, M. E. R. S. **Educação Especial em Roraima: história, política e memória** (Tese de Doutorado em Educação Especial). São Carlos: UFSCAR, 2013.

MARQUES. J. **Quanto custa um Técnico** (Dissertação de Mestrado em Educação). Asunción: UAA, 2009.

MATOS, J. S.; SENNA, A. K. "História oral como fonte: problemas e métodos". **Historiae**, vol. 2, n. 1, 2011.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Editora Loyola, 2002.

MEIRA, D. A. **Rompendo silêncios: a trajetória do professor Franklin Cascaes na Escola Industrial de Florianópolis (1941-1970)** (Dissertação de Mestrado em Educação). Florianópolis: UDESC, 2009.

MENDES, S. B. R. **Autonomia e fortalecimento da Educação Escolar Indígena**: percepções dos sujeitos políticos envolvidos no Projeto Magistério Tamî´Kan - 2006/2013 (Tese de Doutorado em Educação). Asunción: UEP, 2016.

MENDES, S. B. R. **Avaliação institucional: uma necessidade para democratização da gestão escolar** (Dissertação de Mestrado em Educação). Madri: UAH, 2010.

MORAES, C. S. V. *et al*. **Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno I:** ensino médio e formação humana integral. Curitiba: Editora da UFPR, 2013.

MOTA, K. C. C. S. "Os lugares da sociologia na formação de estudantes do Ensino Médio: as perspectivas de professores". **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 29, 2005.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: Editora EPU, 1974.

NEVES, E. F. **História regional e local no Brasil**: fontes e métodos da pesquisa histórica regional e local. Feira de Santana: Editora da UEFS, 2002.

NOT, L.; BRU, M. **Où va la pédagogie du projet?** Toulouse: Éditions Universitaires du Sud, 1987.

NUNES, Z. C. R. M. "Anísio Teixeira: a poesia da ação". **Revista Brasileira de Educação**, vol. 16, 2002.

OLIVEIRA JR., W. **A formação do professor para a educação profissional de nível médio: tensões e (in) tenções** (Dissertação de Mestrado em Educação). Santos: UNISANTOS, 2008.

OLIVEIRA, A. M. C. **Recôncavo Sul**: Terra, homens, economia e poder no Século XIX. Salvador: Editora da UNEB, 2003

OLIVEIRA, L. "Deputado Flávio Chaves: discurso de abertura da Assembleia Estadual Constituinte". **Revista Diretrizes**, vol. 1, n. 3, 1991.

OLIVEIRA, L. "Ottomar de Sousa Pinto: discurso de posse dos Desembargadores do Tribunal de Justiça". **Revista Diretrizes: uma revista para o Estado**, ano 1, n. 3, 1991.

OLIVEIRA, R. G. **A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima** (Tese de Doutorado em História Social). São Paulo: USP, 2003.

OLIVEIRA, S. **Origem e organização do Sistema de Ensino e as Políticas Públicas de Formação Docente no Estado de Roraima** (Tese de Doutorado em Educação). São Paulo: UNINOVE, 2016.

OLIVEIRA, W. M. "Uma abordagem sobre o papel do professor no processo ensino/aprendizagem". **Portal Eletrônico INESUL** [2020]. Disponível em: <www.inesul.edu.br>. Acesso em: 20/10/2020.

PACIEVITCH, T. "Imigração alemã no Brasil". **InfoEscola** [2016]. Disponível em: <www.infoescola.com>. Acesso em: 29/05/2021.

PEREIRA, M. N. R. **História e diversidade**: política, educação, gênero e etnia em Roraima. Boa Vista: Editora da UFRR, 2010.

POLLAK, M. “Memória e identidade social”. **Estudos Históricos**, vol. 5, n. 10, 1992.

PROST, A. **Doze lições sobre a História**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008.

RAMALHO, P. O**. Lugar de Memória**: o plano urbanístico de Boa Vista - RR (Dissertação de Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural). Rio de Janeiro: IPHAN, 2012.

REIS FILHO, C. **A educação e a ilusão liberal**. São Paulo: Editora Cortez, 1981.

RICHARDSON, R. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

RONR, Z. M. T. “A função social da escola e a avaliação como instrumento facilitador do processo ensino e aprendizagem”. **Cadernos PDE**, vol. 1, 2008.

RORAIMA. **Acervo Legal da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima - 2016/2017**. Boa Vista: ALERR, [s.d.].

RORAIMA. Biblioteca Pública do Estado de Roraima. Secretaria da Educação Cultura e Desportos - SECD. **Departamento de Assuntos Culturais-DAC/1982**. Boa Vista: Acervo da Biblioteca Pública Estadual, [s.d.].

RORAIMA. Biblioteca Pública do Estado de Roraima. Secretaria da Educação Cultura e Desportos - SECD. **Diagnóstico do Ensino**

de 2º Grau -DETFRR-1975/1976. Boa Vista: Acervo da Biblioteca Pública Estadual, [s.d.].

RORAIMA. Biblioteca Pública do Estado de Roraima. Secretaria da Educação Cultura e Desportos - SECD. **Diagnóstico Educacional do Território Federal de Roraima- DETFRR - 1975/76**. Boa Vista: Acervo da Biblioteca Pública Estadual, [s.d.].

RORAIMA. Biblioteca Pública do Estado de Roraima. Secretaria da Educação Cultura e Desportos - SECD. **Plano Operacional de Educação –POEC/RR-1984/1985**. Boa Vista: Acervo da Biblioteca Pública Estadual, [s.d.].

RORAIMA. Biblioteca Pública do Estado de Roraima. **Plano Estadual de Educação de Roraima (Estado de Roraima) - PEE/RR-2003**. Boa Vista: Acervo da Biblioteca Pública Estadual, [s.d.].

RORAIMA. **Decreto n. 8.866-E de 23 de abril de 2008**. Boa Vista: Governo do Estado de Roraima, 2008. Disponível em: <www.rr.gov.br>. Acesso em: 10/10/2021.

RORAIMA. **Lei Complementar n. 192 de 30 de dezembro de 2011**. Boa Vista: Governo do Estado de Roraima, 2011. Disponível em: <www.tjrr.gov.br>. Acesso em: 10/10/2021.

RORAIMA. **Lei n. 040 de 25 de maio de 1993**. Boa Vista: Governo do Estado de Roraima, 1993. Disponível em: <www.tjrr.gov.br>. Acesso em: 10/10/2021.

RORAIMA. **Regimento Interno, Resoluções e Pareceres do Conselho Estadual de Educação - CEE/RR**. Boa Vista: Conselho Estadual de Educação, 2016.

SAES, D. **Estado e Democracia**: ensaios teóricos. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

SAMPIERE, R. **Metodologia de la investigacion**. Ciudad de México: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, R. R. Breve histórico do Ensino Médio no Brasil: seminário cultura e política na primeira república: campanha civilista na Bahia. **Portal Eletrônico da UESC [2010]**. Disponível em: <www.uesc.br>. Acesso em: 23/10/2021

SAVIANI, D. "Breves considerações sobre fontes para a história da educação". *In*: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas: Editora Autores Associados, 2004.

SAVIANI, D. "Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação". **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, vol. 6, n. 2, 2008.

SAVIANI, D. **Educação brasileira**: estrutura e sistema. Campinas: Editora Autores Associados. 2008a.

SAVIANI, D. **História do tempo e tempo da história**: estudos de historiografia e história da educação. Campinas: Editora Autores Associados, 2015.

SILVA, G. **Introdução à crítica do ensino secundário**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1961.

SOUZA, J. "Conheça a lenda sobre como Makunaima criou as pessoas após grande incêndio". **Roraima de Fato**. Disponível em: <http://roraimadefato.com >. Acesso em: 24/04/2017.

SOARES, R. "A lenda do Eldorado". **Mistério Amazônia**. Disponível em <http://misterioamazonia.blogspot.com.br>. Acesso em: 24/04/2017.

STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

STF – Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 1.921/RR**. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Data: 06/03/2008. Brasília: STF, 2008. Disponível em <www.stj.jus.br>. Acesso em: 18/04/2022.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

TESSER, O. "A formação da professora leiga no Ceará". *In*: SOARES, M. B. *et al*. (orgs.). **Escola básica**. Campinas: Editora Papirus, 1985.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

VEIGA, F. H. "Envolvimento dos alunos na escola: elaboração de uma nova escala de avaliação". **International Journal of Developmental and Educational Psychology**, vol. 1, n. 1, 2013.

VERAS, L. "Notícias". **Portal Eletrônico IFRR [2016]**. Disponível em: <www.ifrr.edu.br>. Aceso em: 04/10/2021.

VERGARA, S. C.; CALDAS, M. P. "Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990". **Revista de Administração de Empresas**, vol. 45, n. 4, 2005.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação social da mente**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1991.

XAVIER, M. (org.). **História da educação**: a escola no Brasil. São Paulo: Editora FTD, 1994.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Editora Bookman, 2001.

ZOTTI, S. A**. Sociedade, educação e currículo no Brasil**: dos jesuítas aos anos de 1980. Campinas: Editora Autores Associados, 2004.

SOBRE O AUTOR

SOBRE O AUTOR



João de Carvalho

Graduado em Química, Pedagogia e Direito. Especialista pós-graduado nas áreas de Educação e Direito. Mestre e Doutor em Direito Internacional. Doutor em Ciências da Educação. Possui experiência profissional como professor no Ensino Básico e Superior. Assessor da Assessoria de Legislação e Normas da Secretaria de Estado de Educação e Desporto. Advogado, exerceu cargos de relevância nos Poderes Legislativo e Executivo do Governo do Estado. Membro do Conselho Estadual de Educação (CEE), do qual é seu Vice-Presidente.

E-mail para contato: joaocarvalhorr@hotmail.com

NORMAS DE PUBLICAÇÃO



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2022

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2022